

LUCIANA FONTES PARZEWSKI

Rumos da história contada pelos
quinhentistas portugueses

FRANCA
2007

LUCIANA FONTES PARZEWSKI

Rumos da história contada pelos quinhentistas portugueses

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca, como requisição para obtenção de título de mestre. Sob orientação da Prof.^a Dr.^a Susani Silveira Lemos França.

Área de concentração: História e Cultura Social

FRANCA
2007

LUCIANA FONTES PARZEWSKI

Rumos da história contada pelos quinhentistas portugueses

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca, como requisição para obtenção de título de mestre. Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Susani Silveira Lemos França. Área de concentração: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: Susani Silveira Lemos França

1º EXAMINADOR

2º EXAMINADOR

Franca, de abril de 2007

Para Susani

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a orientadora Susani, por sua generosidade em relação ao conhecimento, pela dedicação em tornar o resultado final do trabalho o melhor possível, mas, acima de tudo, pela gentileza com a qual conduz suas relações, que entre outras coisas, a tornam uma pessoa muito querida. Muito obrigada pela confiança!

Agradeço, a Prof^a. Dr^a. Denise Aparecida Soares de Moura e a Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Capelari Naxara pelas sugestões e apontamentos feitos no exame geral de qualificação que auxiliaram no encaminhamento dessa dissertação. Estendo ainda os agradecimentos à cara amiga Elisa, aos meus pais, ao meu marido César e a minha filha Alice.

Esse trabalho contou com o apoio da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

RESUMO

Em meados do século XVI foram publicadas as primeiras narrativas portuguesas que se preocuparam exclusivamente com as viagens marítimas para o oriente. Uma das primeiras narrativas acerca dessa presença portuguesa foi elaborada por Fernão Lopes de Castanheda, autor português que, na primeira metade do século XVI, se dedicou a elaborar, em dez livros, a história da expansão marítima portuguesa. O objetivo desse trabalho é tratar do modo como, na *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Castanheda enfatizou a predestinação divina do seu povo para ampliar o mundo conhecido. Em outras palavras, o trabalho versa sobre o modo como Castanheda e alguns de seus contemporâneos transformaram em história o que até então chegava aos homens do seu tempo apenas por meio de narrativas esparsas, preparadas por viajantes nem sempre cultivados para a escrita. Definidas como “crônica de expansão” pela historiografia especializada, narrativas como a de Castanheda e João de Barros, embora sigam de perto a forma explorada pelos cronistas do século XV, empreendem um significativo deslocamento na forma de organização do passado. Como se pretende observar, esse deslocamento, especialmente na obra de Castanheda, é perceptível sobretudo através da substituição de uma demarcação espaço-temporal centrada no rei e no seu reinado, para uma delimitação histórica que é conduzida pelas diversas partidas dos portugueses rumo ao oriente.

PALAVRAS-CHAVE: Fernão Lopes de Castanheda, historiografia quinhentista, expansão marítima, partidas das naus.

RESUMEN

A mediados del siglo XVI se publican las primeras narrativas portuguesas preocupadas únicamente con los viajes marítimos en dirección al oriente. Una de las primeras narrativas, sobre la presencia de los portugueses, fue elaborada por Fernão Lopes de Castanheda, autor portugués, que en la primera mitad del siglo XVI se dedicó a escribir, en diez libros, la historia de la expansión marítima portuguesa. El objetivo de este trabajo es tratar el modo como, en la *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Castanheda enfatizó la predestinación divina de su pueblo para ampliar el mundo conocido. En otras palabras, el trabajo versa sobre el modo como Castanheda y algunos de sus contemporáneos transformaron en historia lo que hasta aquel momento llegaba a los hombres de su tiempo apenas por medio de las narrativas dispersas, redactadas por viajeros poco tallados para la escrita. Definidas como “crónica de expansión” por la historiografía especializada, narrativas como la de Castanheda y João de Barros, aunque sigan de cerca, principian un significativo desplazamiento en la forma de organización del pasado. Como la pretensión es observar, este desplazamiento, especialmente en la obra de Castanheda, es perceptible sobre todo a través de la substitución de una demarcación espacio-temporal centrada en la figura del rey y en su reinado, a una delimitación histórica conducida por las diversas partidas de los portugueses rumbo al oriente.

PALABRAS-CLAVES: Fernão Lopes de Castanheda, historiografía del siglo XVI, expansión marítima, partidas de las embarcaciones.

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Capítulo I <i>Os Descobrimentos na visão dos historiadores portugueses: Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros.....</i>	12
<i>O impacto do descobrimento do caminho marítimo para a Índia.....</i>	12
<i>A divulgação da notícia.....</i>	17
<i>A história como meio de divulgação.....</i>	23
<i>O descobrimento para Barros e Castanheda.....</i>	33
Capítulo II <i>O embate entre a primeira e a segunda edição do Livro primeiro da história quinhentista de Castanheda.....</i>	42
<i>A intervenção régia na publicação dos textos quinhentistas.....</i>	42
<i>Aproximações, distanciamentos formais e assuntos recorrentes.....</i>	46
<i>Intervenções, alterações e novo sentido na 2ª edição.....</i>	57
<i>Concepção de expansão e a predestinação.....</i>	67
<i>O papel da providência divina nas duas edições.....</i>	74
Capítulo III <i>O peso das partidas na história de Castanheda.....</i>	80
<i>As descrições de partidas de naus nos textos quinhentistas.....</i>	80
<i>A escolha da frota.....</i>	87
<i>O momento da partida.....</i>	95
<i>As primeiras viagens para o oriente.....</i>	101
Considerações Finais.....	114
Documentos e Bibliografia.....	117

APRESENTAÇÃO

A historiografia quinhentista elaborada por portugueses é tomada como uma das responsáveis pelas primeiras divulgações da expansão para o Oriente. Por meio de seus escritos, esses historiadores¹ auxiliaram na construção da idéia de que houve um grande impacto desse feito sobre a concepção de mundo dos homens do século XVI. Assim, neste trabalho, enfatizar-se-á o modo como Castanheda e alguns de seus contemporâneos transformaram em história o que até então chegava aos homens do seu tempo apenas por meio de narrativas esparsas, preparadas por viajantes nem sempre cultivados para a escrita. O objetivo, em outros termos, é perceber como a historiografia quinhentista, em especial o texto de Fernão Lopes de Castanheda *História do descobrimento e conquista do Oriente pelos portugueses*, desdobra a importância da predestinação divina para as conquistas alcançadas na expansão, desde a chegada dos portugueses à Índia.

Ainda que o alvo inicial tenha sido a ênfase dada por Castanheda à predestinação divina nos rituais de partidas das naus para o Oriente, o andamento da pesquisa levou à observação de que a presença divina só é enfatizada nas duas primeiras partidas que Castanheda descreve: a de Vasco da Gama e a de Pedro Álvares Cabral. Assim, a atenção da pesquisa passou a ser sobre o lugar que ocuparam, na história contada por Castanheda, essas partidas – tanto as duas primeiras que enfatizaram rituais religiosos no momento de saída e reforçaram a idéia de predestinação portuguesa para a expansão, quanto as outras partidas, que formam um conjunto homogêneo, por seguirem o mesmo padrão descritivo.

¹ Destaca-se aqui, à partida, o fato de a historiografia especializada definir esses autores como cronistas. Todavia, nesta dissertação, optamos por defini-los como historiadores, dado que a discussão sobre a relação entre história e crônica será trabalhada em pesquisa futura. Por agora, vale apenas adiantar que não há um consenso entre os estudiosos acerca da natureza dessa produção. Além disso, os próprios autores, a saber, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros – não se definem como cronistas, nem tampouco, seus textos como crônicas.

Além dessa idéia de predestinação divina, o trabalho tratou de uma outra questão não menos fundamental e que, até então, não recebera da historiografia a atenção devida: as diferenças entre as duas edições do *Primeiro Livro* da história de Castanheda, edições elaboradas pelo próprio autor com uma distância de quatro anos entre uma e outra. Os motivos pelos quais o autor pode vir a ter alterado a primeira versão, incluindo, por exemplo, os nomes dos capitães não mencionados anteriormente, são os alvos nessa altura do estudo.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro trata do modo como a *Crônica da Guiné* de Zurara, a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda e a *Ásia* de João de Barros, textos fundadores da história contada pelos portugueses sobre a expansão. Desta forma, iniciamos com a idéia de que o Oriente, antes mesmo de ter sido descoberto o caminho marítimo para a Índia, já estava presente, em especial a partir do século XII, nos escritos medievais. Além desse aspecto, tratou-se da recepção das notícias dos descobrimentos na Europa e dos textos que foram responsáveis por essa divulgação. Em um terceiro momento, foram abordados os contornos do gênero crônica e sua relação com outros textos que igualmente ajudaram a fixar uma certa idéia do "grande feito português". O capítulo termina com as impressões que as três narrativas, a de Zurara, a de Castanheda e a de Barros, responsáveis pelos primeiros passos na divulgação das notícias sobre as viagens, trazem a respeito da predestinação.

Fernão Lopes de Castanheda, ao elaborar sua narrativa, aponta que ela seria dividida em dez livros, mas partes do nono livro e do décimo foram censuradas e não chegaram até nós. A questão importante, entretanto, que será condutora do segundo capítulo não é a das causas dessa censura, mas, sim, diz respeito ao fato de o *Primeiro Livro*, constituído por 95 capítulos, ter se tornado público em uma primeira versão, no ano de 1551, e ter ganhado, em 1554, uma segunda edição, também elaborada por Castanheda, com acréscimo de mais três capítulos. Os prováveis motivos dessa inclusão são de especial relevância aqui, porque esse

Primeiro Livro ganhou muita divulgação – ao menos comparativamente a outros que também abordam a expansão – na segunda metade do século XVI, tendo sido traduzido para o francês, o castelhano, o italiano e o inglês.

Baseada, em um primeiro momento, na hipótese apontada por Luís de Sousa Rebelo de que a intervenção divina, ou melhor, o caráter de predestinação divina do povo português para a realização da expansão do mundo ganha mais ênfase na segunda edição, propusemos a compará-las para observar em quais pressupostos Castanheda se ampara quando decide reeditar, com alterações, o *Livro Primeiro* de sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. O que se observou, todavia, é que essa ênfase na predestinação não se estende por toda a segunda edição, antes aparece em dois momentos que podem ser tomados – e Rebelo o fez – como cruciais na nova versão: a inclusão da transcrição de uma carta de D. Manuel ao rei de Calicute e da informação encontrada, na praia de Sintra, em quatro colunas de pedras que continham escritos antigos – *Sibila Cumea*.

O terceiro capítulo versa sobre as partidas das naus descritas na história de Castanheda, com a intenção de perceber, em um primeiro momento, quais são os pressupostos que regem as narrações da maioria das partidas das embarcações. O objetivo será perceber a função que certos aspectos recorrentes nessas narrações vão cumprir nessa história. Em seguida, a idéia é tratar das duas primeiras partidas que, apesar de serem exceções dentro da obra, também ocupam um papel importante na *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. A intenção do trabalho é, em suma, explorar algumas das bases sobre as quais se construiu esse discurso sobre a expansão, tendo sempre em conta que o historiador, especialmente o aqui visado, deu a entender que a sua observação direta dos acontecimentos foi decisiva para a elaboração da verdade que ele quis deixar registrada.

Capítulo I *Os Descobrimentos na visão dos historiadores portugueses: Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros*

O impacto do descobrimento do caminho marítimo para a Índia

No ano de 1505, na cidade de Roma, considerada no período centro do mundo, o embaixador português Diogo Pacheco, em nome de D. Manuel, proclama ao Papa Júlio II:

— “Recebei a obediência oriental, desconhecida de vossos antecessores mas reservada para vós [...]. Recebei, enfim, o próprio mundo. O mundo? Não, outras terras, outro mar, outros mundos, outras estrelas.”² Eis a grandiosidade dos feitos portugueses para aquele que representava a Coroa diante do papa. Mas essa não é a única referência que engrandece tal conquista. A maior parte dos contemporâneos de Pacheco consideram que “não há dúvida que as navegações deste reino de cem anos a esta parte, são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e mais discretas conjecturas, que as de nenhuma outra gente do mundo.”³

Foi no reinado de D. Manuel, “senhor de grandíssimas conquistas e terras e senhoriais, mas muito mais no mar, e de riquezas de todo gênero”,⁴ que os descobrimentos, iniciados pelo infante D. Henrique, segundo os textos quinhentistas, ganharam novo impulso, de modo que este rei “terminou a esperança de tantos anos que era o descobrimento da Índia (...)” Assim, ele “procedeu da mais notável e maravilhosa obra que os homens viram, pois por ela o mundo foi estimado em mais do que se dele cuidava antes que descobríssemos esta sua tão grande parte.”⁵

² ANSELMO, Artur. O livro português ao serviço do humanismo. **Arquivos do centro cultural português**, Lisboa-Paris, v.XXIII, 1987, p.361.

³ NUNES, Pedro. Tratado de Sphera. In: _____. **Obras**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1940, v.1, p.17. A idéia de o descobrimento português estar relacionado ao encontro de “novos céus, novas estrelas” foi fundamental e repetida por todos aqueles que reivindicavam para o reino tal feito, isso porque o meio pelo qual esse povo reivindicava para si o direito de descobridor estava diretamente ligado às técnicas que desenvolveram para mapear os novos céus. Sobre o assunto: SEED, P. **Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo**. São Paulo Unesp, 1999.

⁴ Giovanni da Empoli, navegador e comerciante, apud DORÉ, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, n.44, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200004>>.

⁵ BARROS, João de. **Ásia**. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 1988, v.1, p.165.

Vale lembrar, contudo, que, a despeito desses engrandecimentos em tons nacionalistas, o Oriente, de alguma forma, sempre esteve presente nos escritos europeus. Depois da primeira Cruzada, em 1095, que viabilizou um aumento no trânsito terrestre entre Europa e essas “novas” paragens, teve início uma nova interpretação dos dados de que se dispunha acerca dessa região.⁶ Essa movimentação, que conferiu à Ásia, “berço dos sonhos”,⁷ o *status* de atemorizante e sedutora, viu-se intensificada nos séculos XII, XIII e XIV, porém, não foram ainda esses viajantes que traçaram o promissor caminho para a Índia, que só o século XV viria a desenhar. O célebre relato que, nesses primeiros tempos, ajudou a alimentar uma idéia do que era o Oriente para a Europa foi o famoso “Livro das Maravilhas” de Marco Pólo,⁸ o qual, além de bastante divulgado, veio diferenciar-se de tudo que havia sido conhecido até então, justamente por trazer uma descrição minuciosa das culturas orientais.⁹

Apesar desse pioneirismo, não há um consenso a respeito da importância que esse relato teve no estímulo à empresa portuguesa. Luis de Albuquerque é categórico ao afirmar que, quanto à gênese da expansão, é diminuta a importância dos relatos de Pólo como impulsionadores dos grandes feitos. Para ele, essa influência só foi relevante depois que os navegadores chegaram à Índia.¹⁰ O texto de Marco Pólo, muito divulgado a partir do início do século XIV, não atraiu leitores, em razão de serem poucas as suas falácias. Foram apenas as descrições fabulosas, como as de Jean de Mandeville,¹¹ que chamaram a atenção e obtiveram êxito, de modo que a atenção para lições geográficas e etnográficas só passou a ser importante

⁶ ANDRADE, António Alberto Banha de. **Mundos Novos do Mundo**. Panorama da Difusão pela Europa de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses. 2.v., Lisboa: JIU, 1972, p.27-29. Na introdução desse texto, Banha de Andrade aponta quais foram esses viajantes e faz algumas referências aos seus itinerários e escritos.

⁷ CHAUNU, Pierre. **Expansão européia do século XIII ao XV**. São Paulo: pioneira, 1978, p.63.

⁸ O pai e o tio de Marco Pólo foram os primeiros a chegar à China e à Índia. Na segunda viagem que fizeram para o Oriente, levaram Marco Pólo, que escreveu o famoso texto ao qual nos referimos.

⁹ ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**, p.29. Uma das primeiras edições de que se tem notícia desse texto teve como impressor um português, no ano de 1502. Valentim Fernandes, já na introdução, aponta para a importância do conteúdo desse escrito, repleto de “coisas novas e maravilhosas das terras e gentes novas e das suas coisas.” In: LOPES, Marília dos Santos. Artigo inter Os descobrimentos portugueses e a Europa. **Mathesis**, n.9, p.233-241, 2000, p.234.

¹⁰ Já Pierre Chaunu, considera, não somente o texto de Pólo, mas também o de Jean Mandeville, como alimento para a imaginação dos navegadores portugueses. CHAUNU, Pierre. **Op. cit.**, p.63.

¹¹ DELUZ, C. **Le Livre de Merveilles du Monde**. Paris: CNRS, 2000, p.9-10.

quando da chegada ao Oriente. Ainda no século XIV, os leitores não conseguiam distinguir – ou nem se preocupavam com isso – o que era verdadeiro ou falso nos relatos. Só a partir do século XV essa diferença começou a ser notada e a expansão auxiliou muito tal percepção. Os historiadores que costumam considerar a hipótese de o livro de Pólo ter sido importante para o início da expansão apontam que o famoso “Plano das Índias”¹² foi escrito com base naquele livro. Apesar disso, para Albuquerque, esse plano não foi parte dos objetivos de D. Henrique, o que foi tomado – por muitos historiadores e pelo senso comum português – como iniciador da grande empresa portuguesa.¹³

Já para Banha de Andrade, o único texto que se pode afirmar ter, de alguma forma, auxiliado como motivador para os portugueses e suas navegações foi justamente o de Marco Polo, sendo possível documentar essa participação comparando-o com o pouco que os portugueses divulgaram para a Europa culta.¹⁴ Apesar dessa discordância, no caso da cronística do Século XVI, é possível reconhecer o “Livro das Maravilhas” como uma importante fonte, tendo sido utilizado inclusive por Fernão Lopes de Castanheda, quando descreve o senhorio do Preste João.¹⁵

E não é por menos que Castanheda se preocupa em descrever tal figura. Sua importância no período da expansão é inquestionável. Mitos que envolviam reinos cristãos na África e na Ásia ganharam muita força entre os séculos XI e XII. Entre eles, o do Preste João, que seria um rei sacerdote de um império cristão. Desde esse período até o século XVI, são muitas as referências, que se encontram por toda a Europa, a respeito da localização do reino

¹² Para alguns autores, que se baseiam no texto de Barros, um dos objetivos do Infante com as navegações, foi circunavegar a África em direção ao Oriente em busca das especiarias, mas essa não é a posição de alguns especialistas, entre eles Duarte Leite, que não vêem esse como um dos objetivos do Infante, justamente porque somente Barros trata dessa possibilidade.

¹³ ALBUQUERQUE, Luís de. **Crônicas de história de Portugal**. Lisboa: Presença, 1987.

¹⁴ ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**, p.32.

¹⁵ AVELAR, Ana Paula M. **Visões do oriente**. Formas de sentir no Portugal de quinhentos. Lisboa: Colibri, 2003, p.16-17. Zurara também faz referência a esse texto na Crônica de Guiné quando fala dos rituais antropofágicos dos guineus. “E isso me parece que não é de duvidar, que no Livro de Marco Polo se diz que geralmente se costumava estas cousas entre muitas nações daquelas partes orientais[...]”. ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Livraria Civilização, 1973, p.212.

do Preste João.¹⁶ No início das navegações, D. Henrique, dirigindo-se a Antão Gonçalves (um dos comandantes enviados pelo infante), disse “que lho tinha em serviço, e que não somente daquela terra desejava de haver sabedoria, mas ainda das Índias,¹⁷ e da terra do Preste João se se pudesse”,¹⁸ ou seja, faz referência não só às terras orientais, mas também ao Preste João.

No que diz respeito à busca pelo caminho marítimo ao Oriente, o rei D. Manuel tinha, segundo Castanheda, “muito grande desejo de descobrir o Preste João das Índias para o conhecer por amigo, e por sua causa ter entrada na Índia (...)”.¹⁹ A idéia era que ter contato com um rei poderoso, que também fosse cristão, seria importante para facilitar o contato e interação entre os portugueses e estes novos povos. Também no reinado de D. João III, “quando falavam na Índia sempre era nomeado um rei muito poderoso a que chamavam preste João das Índias, o qual diziam ser Cristão: parecia ao rei que por via deste poderia ter alguma entrada na Índia.”²⁰

A busca por alguma identidade entre os portugueses e a nova gente levou-os à procura do lendário reino cristão. Castanheda, em sua narrativa, destaca que na chegada de Vasco da Gama a Calicute encontrou-se um cristão que entendia a língua dele – o primeiro de toda a sua viagem e contato com as novas terras –, e todos da frota deram “graças ao Nosso Senhor, chorando de prazer.”²¹ O mito do Preste surge, pois, revigorado na narrativa do autor e este, por sua vez, vê um mesmo vigor entre os navegantes de quem conta a história.

Uma outra questão presente tanto em um texto do século XV, de Zurara, quanto nos do século XVI de Castanheda e Barros foi a do medo que cercava as viagens marítimas iniciais e as que buscaram um possível caminho marítimo para o Oriente. Essas narrativas

¹⁶Sobre o tema ver GODINHO Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar séculos XIII – XVIII**. Lisboa: Didel, 1990, p.153-167.

¹⁷ A idéia que se tinha de Índia, no período do infante D. Henrique é de uma localização geográfica no sentido meridional do Atlântico.

¹⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**, p.86.

¹⁹ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia**. Introd. e notas Pedro de Azevedo. Coimbra: Imprensa Universidade, 4.v., 1924, livro I, p.8.

²⁰ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.84.

²¹ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.42.

traduziram e auxiliaram na construção da idéia do medo que cercava essas viagens. O temor de seguir para o sudeste foi intensificado pela maioria dos escritos antigos que descreviam situações subumanas não só no mar, perigoso para navegação, mas também de temperaturas elevadas que impossibilitavam a habitação daquelas paragens.²²

Essas viagens iniciais causaram inquietação não só por parte dos *mareantes*, entre os quais era dito o provérbio “quem passar o cabo (Bojador) de nau, ou tornará ou não”,²³ mas também por parte da população, porque a gente que saía nos navios deixava “muitos órfãos e viúvas no reino, além das despesas de suas fazendas, pois o perigo e os gastos ambos eram manifestos e o proveito tão incerto como todos.”²⁴ Esse medo que cercava as viagens deixava “o coração de todos (...) entre prazer e lágrimas.”²⁵ Era grande dúvida qual seria o primeiro que quisesse pôr sua vida em semelhante aventura.”²⁶

A passagem do cabo Bojador e a experiência que os portugueses ganharam no período de exploração do litoral africano foram importantes, mas não chegaram a minimizar o temor que ainda caracteriza as passagens dos textos sobre a expansão quando tratam da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Este caminho continuou a causar certo medo, porque os “marinheiros naquele tempo não eram acostumados” a se engolfar tanto no perigo do mar “e toda a sua navegação era por singraduras sempre à vista da terra, e segundo lhes parecia, eram muito afastados da costa deste reino: andavam todos tão torvados e fora dos seus juízos pelo temor lhes ter tomado a maior parte deles, que não sabiam julgar em que paragem eram.”²⁷

Depois desses primeiros momentos de absoluta incerteza, “toda a gente a uma só voz era no louvor deste descobrimento” (do caminho marítimo para a Índia).²⁸ Centenas de

²² HOOYKAAS, R. **Os descobrimentos e o humanismo**. Lisboa: Gradiva. 1983, p.25.

²³ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.20.

²⁴ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.20

²⁵ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.171.

²⁶ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.49.

²⁷ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.15.

²⁸ Idem, p.169 e 96.

homens partiam para a Índia, mesmo cogitando as dificuldades que seriam enfrentadas durante a viagem, já que

não há vista de terra senão afastados trezentos e sessenta léguas partindo do fim do Ocidente e navegando até o do Oriente sem verem mais que água e céu, rodeando toda a esfera, coisa nunca cometida dos mortais, nem imaginada para se fazer. Com imenso trabalho de fome, de sede, de doenças e de perigos de morte, com a fúria e ímpeto dos ventos[...].²⁹

As intenções que os moviam, segundo vários tipos de relatos, eram: uns de enriquecer com o comércio, e outros, em nome da consolidação do domínio português no oriente, partir para atividades que renderiam recompensas régias.³⁰

O impacto da descoberta do caminho marítimo para as Índias implicou em uma nova possibilidade comercial para os portugueses, modificando a base da economia antes agrícola. O valor dessa experiência foi muito maior, porque, com ela, muito do que se considerava verdadeiro, como a concepção espacial que se tinha do mundo, caiu por terra. Os grandes centros europeus ficaram sedentos por informações a respeito da descoberta portuguesa. De modo que, neste percurso sobre a trajetória histórica da expansão, ou melhor, sobre o papel que a história elaborada pelos quinhentistas teve na construção de uma certa idéia de expansão e de descobrimento, é incontornável examinar um pouco as formas e dimensões da divulgação das viagens expansionistas.

A divulgação da notícia

Apesar de serem os portugueses responsáveis pela navegação que possibilitou a conquista do caminho do Oriente, a “nação portuguesa (...), que mais se apressa de fazer, que dizer (...)”,³¹ não se preocupou em divulgar o feito, segundo João de Barros. Foram os

²⁹ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.4.

³⁰ ALBUQUERQUE, Luis de. Um exemplo de “cartas de serviços” da Índia. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra**, v.XXXIV, 1978, p.1.

³¹ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.2.

estrangeiros que primeiro se desdobraram para anunciar, por meio da escrita, toda e qualquer informação a que tinham acesso. O primeiro relato que se conhece a respeito das viagens portuguesas no Atlântico é o de Luis de Cadamosto, um italiano que participou de viagens marítimas³² e que, em função da falta de escritos portugueses que reivindicassem para si tal façanha, estruturou seu texto dando a impressão de que tal feito lhe pertencia.³³ Por muito tempo, o comerciante foi conhecido como o responsável pelo descobrimento das ilhas de Cabo Verde.³⁴ A participação estrangeira na expansão marítima justificava-se na medida em que a nação, recém estabelecida enquanto tal, além de não possuir riquezas, enfrentava a falta de contingente populacional. Não havia, pois, grande alternativa senão a de aceitar o auxílio que vinha de fora. Apesar disso, teria sido, segundo Banha, implantada a política de sigilo das técnicas náuticas, restando aos estrangeiros a função comercial.

Apesar de toda a argumentação do autor, que procura justificar a falta de escritos portugueses que divulgassem suas conquistas, não parece que a política de sigilo seja uma das respostas para essa questão, justamente porque a divulgação não, necessariamente, deveria ser técnica, podendo os portugueses, por outra via, buscar essa divulgação.³⁵ O que parece mais convincente é que, num primeiro momento, os portugueses não conseguiram dimensionar o significado de sua descoberta, cabendo aos estrangeiros a divulgação do achado. Essa tese da política de sigilo, a propósito, é creditada a Jaime Cortesão e foi muito questionada pela historiografia, que até considera possível uma tentativa portuguesa de não divulgar questões relacionadas à técnica de navegações desenvolvida por Portugal, mas nada que justifique o silêncio dos textos cronísticos, por exemplo, até meados do século XVI.

³² Para mais informações a respeito dos textos estrangeiros que tratavam da expansão portuguesa ver ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**

³³ Idem, p.79.

³⁴ Idem, p.82. Banha de Andrade, com o intuito de defender a expansão como feito exclusivo português, diz que o problema da pouca divulgação estava também na falta de interesses de intelectuais, que não queriam se desligar das concepções presentes em textos clássicos e demoraram para considerar relevantes as informações, mesmo que poucas, até então divulgadas, incluindo entre elas o texto de Cadamosto.

³⁵ Segundo Leonardo Olschki, no texto *Storia letteraria delle scoperte geografiche*, “a descoberta acontece a partir do momento em que a consciência transforma em pensamento e em palavra o que é visto”, apud DORÉ, Andréa. **Op. cit.**, p.2.

Uma das justificativas dadas por parte da cronística portuguesa do século XVI, para a demora na divulgação das conquistas no Oriente ressalta os portugueses como homens mais de ação que de reflexão, bem como ressalta seu árduo envolvimento nos campos de batalha. Mas João de Barros é mais depreciativo, ao dizer que: a “verdade é que os Portugueses não são muito curiosos, nem bons escritores: são mais amigos de fazer que de dizer.”³⁶

Mesmo, porém, que se tome como sugestiva a avaliação de Barros, não se pode negligenciar que todos os capitães eram instruídos a desenvolverem relatórios com descrições de vários gêneros, desde geográficas até as que descreviam o comportamento religioso desses novos povos, contudo, quase nada desses relatórios chegou até nós.³⁷ Um exemplo do que seriam esses escritos é o famoso *Roteiro de Álvaro Velho*, que foi utilizado por Castanheda quando este descreveu a viagem de Vasco da Gama, mas que, apesar disso, não é mencionado em nenhum outro texto do período e só foi encontrado em Portugal no século XIX.³⁸

As notícias sobre a descoberta portuguesa foram ambicionadas “por livreiros, comerciantes, eruditos, entre outros que construíram as vias de recepção e divulgação.”³⁹ Esses estrangeiros uniam-se em busca de novidades e transformaram-se em responsáveis pela transmissão de informações. Assim, “espargindo-se a fama deste feito pelas partes do mundo, houve de chegar à corte Del-Rei de Dinamarca e de Suécia e Noruega, e, como vedes, (...) homens nobres se entremetem de quererem ver e saber semelhantes cousas (...).”⁴⁰

Essa dianteira estrangeira, em transmitir as notícias, pode ser percebida quando se observa que os prelos estrangeiros se empenharam mais em editar textos que falavam dos feitos portugueses que os próprios portugueses, quando da introdução da imprensa no país. Textos como a relação do Piloto Anônimo, o *Livro das coisas do Oriente* de Duarte Barbosa e

³⁶ BARROS, João de. **Op. cit.**

³⁷ ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**, p.45-46

³⁸ Idem, p.196-197

³⁹ LOPES, Marília dos Santos. Artigo inter **Os descobrimentos portugueses e os novos horizontes do saber nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII**. Disponível em: <<<http://www.instituto-camoes.pt/CVC/bvc/revistaiclp/horizontes.pdf>>> p.2.

⁴⁰ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.395.

as relações de Tomé Pires, foram primeiramente impressos fora de Portugal.⁴¹ A Coroa portuguesa, preocupada com as atividades marítimas, não soube, não pôde ou não quis, utilizar a imprensa, não se preocupando em divulgar culturalmente as descobertas e o conhecimento adquirido com as viagens.⁴²

Várias notícias foram anunciadas a respeito de mares e terras povoados por monstros, além do terrível Cabo Bojador,⁴³ que impossibilitava a passagem para o sul. O clima épico, num primeiro momento, marcou os textos que circularam pela Europa e que tratavam da expansão.⁴⁴ Era um lugar comum, nos diferentes gêneros, o paralelo entre a expansão e a Antigüidade, o que pode ser observado justamente por ser o conhecimento que se tinha dos clássicos o que amparava a delimitação do mundo presente e o que não é negado nos textos. O que esses novos escritos trazem é um paralelo entre o conhecimento do passado, dado pelos clássicos, e o conhecimento do atual, trazido pelos textos que tratavam de expansão.⁴⁵

O navegador Diogo Gomes juntou esse recurso de comparação com suas observações em viagens, ou seja, juntou seus conhecimentos às informações de Ptolomeu, no que diz respeito à impossibilidade, apontada pelo antigo, de habitar o extremo norte e os trópicos. Gomes “viu uma grande parte do mundo”, o que autenticou seu conhecimento e o levou a constatar que não só era possível habitar essas regiões, mas que nela havia população. Além

⁴¹ ANSELMO, Artur. O livro português ao serviço do Humanismo. **Arquivos do centro cultural português**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, v.XIII, p.359-372, 1987.

⁴² DIAS, Geraldo J. A. Coelho. A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal. **Revista de história**, Instituto nacional de investigação científica, Porto, v.VIII, p.159-168, 1988.

⁴³ Transposto no ano de 1434 ,cuja manobra foi considerada por Chaunu uma “cabotagem mas ousada”. CHAUNU, Pierre. **Op. cit.**, p.97.

⁴⁴ RAMALHO, Américo da Costa. Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos. **Humanitas**, Coimbra, v XLIII- XLIV, p.203-216, 1991-1992.

⁴⁵ “Compreendendo-se como seguidores da cultura greco-latina, estes eruditos apoiavam-se neste quadro de valores, sem, no entanto, fecharem os olhos aos dados actuais.”. LOPES, Marília dos Santos. Os descobrimentos portugueses e a Europa. **Mathesis**, n.9, 2000, p.237. Na verdade para a autora os textos que trazem essa novidade para a Europa são os portugueses, mas como se sabe, essa é uma questão discutível porque na verdade muito, e para alguns autores quase tudo, que a Europa soube a respeito dos descobrimentos, tiveram como base textos de estrangeiros. DIAS, J.S. da Silva no texto “**Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**” ressalta que a produção dos “cientistas e < filósofos>” da expansão portuguesa ultramarina não tiveram a divulgação, pela Europa, que a historiografia atribui. Lisboa: Presença, 1982, p.77.

dele, Barros também se refere à falácia do antigo em relação à geografia, mas não tira os méritos de Ptolomeu e seus conhecimentos da astronomia.⁴⁶

Os escritores quinhentistas não só apontam os “problemas” nos textos antigos, mas também se preocupam em descrever, nos seus textos, esses novos povos. Esse é um ponto corrente nesses registros. Barros referia-se a alguns desses como “pequenos de corpo, e feios de rosto, de cor baça, e quando falavam parecia que soluçavam (...).”⁴⁷ Mas, somente em 1560 e 1570, Portugal foi palco de uma produção escrita preocupada em descrever a expansão – “da China e do Japão ao Brasil e à Guiné, do Canadá ao Cabo da Boa Esperança”. São textos de vários gêneros, desde roteiros até livros de pesos e medidas, apresentando um conhecimento “mais preciso de todo o planeta”.⁴⁸

A tônica dos prólogos desenvolvidos pelos impressores de traduções de textos portugueses sobre a expansão era a importância, ou necessidade, de conhecer os novos dados que se tinha sobre a grande empresa promovida por Portugal. Isso pode ser visto na edição alemã, de 1567, da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, na qual o impressor destaca que os portugueses “descobriram uma grande parte do outro mundo(...). Eles viram nessas terras novas, que eles descobriram, várias espécies de gentes até então nunca vistas, costumes estranhos, plantas e animais maravilhosos(...)”.⁴⁹

Em meados do século XVI, os portugueses começam cada vez mais a se preocupar com divulgação do “novo” que seus curiosos desbravadores viram, ouviram e sentiram, em viagens longínquas a lugares somente imaginados, e a literatura de viagem cumpre, nesse

⁴⁶ HOOYKAAS, R. **Os descobrimentos e o humanismo**. Lisboa: Gradiva, 1983, p.31. Para mais sobre o desenvolvimento da astronomia em Portugal no século XVI Cf: ALBUQUERQUE, Luís de. **Crônicas de história de Portugal**. Lisboa: Presença, 1987, p.131-152.

⁴⁷ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.12.

⁴⁸ GODINHO Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar séculos XIII – XVIII**. Lisboa: Difel, 1990.

⁴⁹ LOPES, Marília dos Santos. **Os descobrimentos portugueses e os novos horizontes do saber nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII**. Disponível em: <<<http://www.instituto-camoes.pt/CVC/bvc/revistaiclp/horizontes.pdf>>>. p.1.

empenho, um papel de destaque.⁵⁰ A Europa interessou-se, em um primeiro momento, pelas notícias que divulgavam o grande feito português e a verificação da existência desses novos lugares, alguns completamente desconhecidos e outros lendários. Em um segundo momento, as atenções voltaram-se para as descrições dessas novas terras, a geografia e os costumes dos novos habitantes.⁵¹

O rei D. Manuel foi o que mais se dedicou a divulgar as proezas de seu reino, de modo que divulgou, já em 1499, por meio de cartas, aos reinos com os quais tinha contato mais intenso, a descoberta do caminho para as Índias. Não se conhece, porém, a correspondência original, já que a imprensa e os editores do período não se preocuparam em divulgar esses escritos.⁵² Dado que foi em seu reinado que se descobriu o caminho marítimo para as Índias, o rei se sentiu estimulado a

mostrar logo a obra sobre a terra: de maneira que a nossa Europa começou pôr os olhos nela, louvando assim os príncipes que abriram e encheram estes alicerces com o discurso da obra [História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses] [...] que até o ano de quinhentos e cinco o rei dom Manuel mandou fazer.⁵³

Castanheda foi um dos portugueses que se desdobrou em tomar o trabalho de fazer a história dos descobrimentos e conquista da Índia, por “mandado do muito famoso e bem afortunado Rei dom Manuel para serem divulgadas pelo mundo as notáveis façanhas que fizeram com a ajuda do nosso senhor neste descobrimento e conquista.”⁵⁴ Juntamente com ele, João de Barros foi outro dos grandes nomes que iniciaram o movimento, que chamou atenção de Portugal para a gravidade que era uma nação, “a quem deus deu tanto ânimo que se tivera criado outros mundos já lá tivera metido outros padrões de vitórias”, ser, por sua vez, “tão descuidada na posteridade de seu nome, como se não fosse tão grande louvor delatá-lo

⁵⁰ LOPES, Marília dos Santos. Os descobrimentos portugueses e a Europa. *Mathesis*, n.9, 2000, p.234.

⁵¹ DIAS, J. S. da S. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Presença, 1982. Dias faz um levantamento de obras de diversos gêneros, incluindo as crônicas de Castanheda e Barros, que circularam pela Europa e auxiliaram na construção do que se concebeu como expansão marítima portuguesa no século XVI. p.106-110.

⁵² ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**, p 201-202.

⁵³ BARROS, João de. **Op. cit.**, Segunda Década, p.1.

⁵⁴ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.4.

por pena, como ganhá-lo pela lança.”⁵⁵ Diante de tamanho desleixo, ele se viu obrigado a “usar do ofício de estrangeiro, que da condição de natural”, para escrever sua Ásia.⁵⁶

Ambos fizeram uso do modelo cronístico como meio de divulgação, mas importa perguntar quais são as características que regem esse gênero textual, ou melhor, esta forma encontrada pelos quinhentistas para registrar e construir seu passado. É importante igualmente perguntar quais as diferenças, ou semelhanças entre a divulgação de ambos os historiadores do século XVI e a produção do primeiro cronista português, Zurara, que trata do tema do descobrimento marítimo. Este confronto de dois momentos na elaboração dos feitos expansionistas é incontornável quando o que está em questão são as relações entre as crenças e as ações dos homens de determinado tempo, bem como os desdobramentos do fazer histórico em torno da expansão, como é o caso deste trabalho.

A história como meio de divulgação

Um ponto fundamental para o estudioso que se dedica à cronística quatrocentista e às narrativas históricas quinhentistas, foco deste trabalho, é interrogar aqueles próprios que escreveram acerca do gênero em que pretendem inserir e que inevitavelmente atualizam – em parte voluntariamente, em parte, não. Em geral, essa concepção é apresentada no prólogo dos textos,⁵⁷ todavia, é conveniente destacar que aqui não importa pensar os limites e configurações do gênero com interesses formais, mas sim, indagar em que medida traduzem como um determinado grupo disse que percebeu o passado e desse modo ajudou a fixá-lo.

Além de discutir se a crônica é um tipo de narrativa histórica e se o que os quinhentistas fizeram pode ser assim qualificado, a pergunta é: que tipo de concepção levou

⁵⁵ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.160.

⁵⁶ Idem, p.2.

⁵⁷ GUENÉE, Bernard. Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen age. In: _____(org.). **La chronique et l’histoire au Moyen Age**. Colloque dès 24 at 25 mai 1982. p.3.

esses autores a escreverem nesse formato seus textos? Que concepções de história conduzem seu fazer? Mesmo que se argumente que as crônicas trazem consigo um teor moralizante, para White, esse teor está acima desse gênero textual, sendo parte integrante da narrativa medieval, ou seja, não se pode narrar sem moralizar.⁵⁸

No século XV, quando escreve Zurara, e nos séculos anteriores, em especial a partir do século XII, os textos cronísticos se pretendiam verdadeiros, ou seja, os textos históricos buscavam trazer a verdade sobre o passado, e tinham como função principal manter viva a memória do reino, além de servirem como exemplo, em especial aos reis, do que fora feito por seus antepassados e quais as melhores escolhas a serem tomadas. Crônica era sinônimo de história⁵⁹ e símbolo do saber medieval. A grande ambição de um erudito nesse período era escrever “uma compilação composta por uma ordem cronológica rigorosa”⁶⁰ e a crônica, no contexto medieval, foi o meio que o historiador escolheu para transmitir seu conhecimento ao leitor, sem o afastar.⁶¹

Uma das principais características que fundamentavam esse gênero era a falta de dados numéricos, já que a maioria das referências à distância eram imprecisas ou incalculáveis, com freqüentes erros de datas, graças, em grande parte, à falta de algarismos árabes. Nesse tipo de texto, abundavam as citações eruditas, e era muito comum que fossem de segunda mão.⁶² No texto de Zurara, por exemplo, as citações tratam de temas gerais que, se

⁵⁸ WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**. Barcelona: Paídos, 1992, p.17-39.

⁵⁹ Nos primeiros séculos da Idade Média a história e a crônica eram gêneros distintos. A história tinha como ponto fundamental a narração, já a crônica priorizava a cronologia.

⁶⁰ GUENÉE, Bernard. **Op. cit.**, p.10.

⁶¹ Sobre o tema ver: GUENÉE, Bernard. **Histoire et culture historique dans l’Occident medieval**. Paris: Aubier Montaigne, 1980 e do mesmo autor. *Historie et chronique. Nouvelles reflexions sur les genres historiques au moyen age*. In: **Op. cit.**, p.3.

⁶² CARVALHO, J. Barradas de. A literatura portuguesa de viagens. (séculos XV, XVI, XVII). **Revista de História**, São Paulo, v.XL, n.81, 1970. Quando trata dessa questão o autor refere-se aos textos produzidos até o final do século XV, e nesse caso a única fonte foi a Crônica da Guiné, de modo que suas observações se limitam a ela.

comparados às de outros autores do período, permitiriam defini-lo como “modesto” quanto ao saber, que não se mostra muito “consistente”.⁶³

A *Crônica dos feitos de Guiné*,⁶⁴ escrita por Gomes Eanes de Zurara, foi, a propósito, o primeiro texto português que tentou fazer a história das conquistas ultramarinas portuguesas e, assim, dar a conhecer a outros povos o que tinham explorado os portugueses. Apesar de ter sido elaborada com o intuito de divulgar a empresa portuguesa ao exterior, não teve muito êxito, pois, em função da dificuldade que ainda se enfrentava no período para a reprodução dos escritos – ainda por meio de copistas –, não houve muito interesse na reprodução dos feitos heróicos ali descritos.⁶⁵

Em muitos momentos, os textos de Castanheda, Barros e Zurara se aproximam, seja no empenho pedagógico,⁶⁶ seja nos elogios e referências que os quinhentistas fazem à *Crônica de Guiné* e seu autor Zurara. O pioneirismo de Zurara é destacado por Barros, porque “não houve alguém que se entremetesse a ser primeiro nesse meu trabalho, somente Gomes Eanes de Zurara cronista mor destes reinos nas coisas do tempo do Infante D. Henrique.”⁶⁷ Barros enfatiza, assim, a importância do texto de Zurara como fonte de seu trabalho.⁶⁸

De modo geral, é possível apontar que a crônica tem não somente a função da divulgação dos feitos do reino, mas também a de servir, como exemplo, aos monarcas.⁶⁹ Assim, para os príncipes “em especial foi feita a historia”, porque com ela é possível ter contato com “a experiência de exemplos, que são muito mais do que um homem pode ver em

⁶³ CARVALHO, Joaquim de. Sobre a erudição de Gomes Eannes de Zurara. In: _____. **Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV**. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1949, v.I, p.1-241. Carvalho, neste texto fez um levantamento de todas as possíveis fontes de Zurara, além de tratar das citações dos antigos. Aponta também a questão do plágio, que não fazia parte das concepções medievais (surge só no século XVIII).

⁶⁴ O manuscrito desse texto foi encontrado somente em 1830, na biblioteca de Paris. BRAGANÇA, José de. Introdução. In: ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.LXV-LXXIV.

⁶⁵ ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**, p.54-78.

⁶⁶ No século XVI, confrontam-se, segundo Ana Paula Avelar, duas tendências históricas, os petrarquistas e os ciceronianos, Castanheda, para a autora acaba por alimentar-se dessas duas tendências. AVELAR, A.P.M. **Fernão Lopes de Castanheda historiador dos portugueses na Índia ou cronista do Governo de Nuno da Cunha?** Lisboa: Cosmos, 1997, p. 71-72.

⁶⁷ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.3

⁶⁸ “(...) Zurara que foi cronista destes reinos de cuja escritura nos tomamos quase todo o processo do descobrimento da Guiné (...)” Idem, p.18.

⁶⁹ ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**, p.55.

sua vida por mais comprida que seja.”⁷⁰ A escrita é apresentada por ele, como se vê, como mais completa e pedagogicamente eficiente que a experiência da vida.

A ênfase na descrição dos povos encontrados é preponderante no texto do cronista quatrocentista, de modo que há uma preocupação com a terminologia aplicada para tratar essas novas gentes. Zurara não se decide entre classificar os negros africanos de mouros – termo mais pejorativo – ou gentios. Ele assumiu uma postura favorável às medidas portuguesas, justificáveis pela tentativa de doutrinação dos cativos, porém, o cronista reconhece o sofrimento demonstrado pelos capturados como semelhante aos dos seus. Eram, no final das contas, “todos filhos de Adão”.⁷¹ Esse tipo de descrição não só dos povos, mas também de seus costumes e diferenças, também é parte integrante dos textos quinhentistas de Barros e Castanheda.

Na *Crônica da Guiné*, fica evidenciada a idéia de que o que se escrevia nas crônicas era a verdade, ou melhor, o cronista deveria ter compromisso com a verdade, por isso, “entre os grandes cargos do historiador, principalmente devia ser lembrado de escrever verdade, e que escrevendo a verdade não minguassem dela nenhuma coisa”.⁷² A função desses escritos era, à semelhança do “cuidado que os antigos houveram”,⁷³ de escrever para garantir aos descendentes o conhecimento dos feitos passados e manter na memória os feitos portugueses. Assim, o principal objetivo do cronista era eternizar, por meio da escrita, os grandes feitos, para que não fossem esquecidos.

Outro lugar comum dessas três narrativas, e não só delas, mas de toda a cronística desenvolvida a partir de Fernão Lopes, primeiro cronista régio de Portugal, é que a história, além de memorialista, possuía também a função moralista, mostrando-se mais eficiente nesta

⁷⁰ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.3. “Na época dos descobrimentos a palavra experiência designava o conjunto das aquisições do espírito em contato com a realidade. Já no final do século XVI, o termo adquire conotações científicas, significando [praticar operações destinadas à estudar algo]” NOVAES, Adauto. *Experiência e destino*. In: NOVAES, Adauto. (org) **A descoberta do homem e do mundo**, São Paulo: Companhia das letras, 1998, p 9.

⁷¹ MACEDO, Helder. **Op. cit.**

⁷² ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.129.

⁷³ Idem, p.12.

função, segundo os cronistas quatrocentistas e também as narrativas quinhentistas, do que outros agentes moralizadores, porque ela atua como as “pessoas desapaixonadas, dando mais verdadeiros conselhos que os conselheiros vivos”, pois estes estão sujeitos a afeições e parcialidades e “muitas vezes erram como humanos.”⁷⁴ A história, ao registrar os acontecimentos passados, deveria ser utilizada como exemplo para as ações futuras, ou seja, as narrativas serviam de exemplo a serem seguidos ou não de acordo com as benesses alcançadas pelos antepassados.⁷⁵

Um outro ponto importante para Zurara e Castanheda, que dá credibilidade ao trabalho, é o fato de ser o próprio escritor testemunha daquilo que narra; o que os leva em alguns momentos a destacar que, dos acontecimentos narrados, são “certa testemunha”.⁷⁶ O autor da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* destaca a importância de ver com os próprios olhos aquilo que vai narrar, para tanto, embarcou em direção ao Oriente, onde viu “os lugares em que se fizeram as coisas que havia de escrever para que fossem mais certas: porque muitos escritores fizeram grandes erros no que escreveram por não saberem os lugares de que escreviam.”⁷⁷ O pressuposto por trás dessa busca de ouvir e ver em viagens era de que a vivência nos lugares visitados permitiria o distanciamento da “fábula” e a aproximação da verdade, ou seja, ser testemunha do acontecimento possibilitaria chegar ao que de fato ocorreu – tópico em vários autores dos séculos XV e XVI que remonta a Heródoto.⁷⁸

⁷⁴ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.4.

⁷⁵ Essa idéia de história como fonte de exemplo está presente já na concepção que os Antigos apresentam para a história. “A lição da história para os Antigos, resume-se a uma negação da história. O que ela lega de positivo são os exemplos dos antepassados, heróis e grandes homens.” In LE GOFF, Jacques. *Verbetes história Enciclopédia Einaudi*. Memória-História, v.I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. p.189. Em referência a Montesquieu, p.189.

⁷⁶ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.297.

⁷⁷ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.5. O autor viajou para a Índia em 1528 com seu pai, onde recolheu o material que utilizou para escrever a crônica.

⁷⁸ DORÉ, Andréa. *Cristão na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos*. Cristãos na Índia. **Op. cit.**, p.3.

A intenção de Zurara, ao se dedicar ao trabalho, era “ordenar e ajuntar” fatos relacionados ao princípio da expansão marítima, era trabalhar para que “os leitores mais perfeitamente pudessem haver delas conhecimento.”⁷⁹ Por ordem de D. Afonso, porque “pareceu-lhe que seria erro não haverem ante o conhecimento dos homens autorizada memória, especialmente pelos grandes serviços que o dito senhor sempre fizera aos reis passados e pela grande benfeitoria que pelo seu azo receberam seus naturais”,⁸⁰ Zurara se dedicou a escrever os feitos do infante D. Henrique. Em função dessa necessidade do contato com a história dos antepassados, “foi instituído que nos reinos houvessem cronistas que fiel e particularmente escrevessem os feitos dos Reis.”⁸¹

A ênfase ao valor da escrita justificava-se para os autores, porque esse artifício, que mais parecia “por Deus inspirado que inventado por algum humano entendimento”,⁸² possibilitou a manutenção da memória do reino que se perderia, porque “as outras coisas que não são obras da natureza, mas feitos e atos humanos, estas porque não tinham virtude animada de gerar outras semelhantes a si e por a brevidade da vida do homem acabam com seu autor.”⁸³

Barros, em certa medida, reafirma as concepções de Zurara, porque destaca “que tudo ou a maior parte do que” até ali havia escrito foi “tirado da escritura de Gomes Eanes, e assim deste Afonso Cerveira” – o antecessor de Zurara ao qual se refere mais de uma vez na *Crônica da Tomada de Ceuta*. E mais, adianta que não foi de pouca monta o trabalho que teve “em ajuntar coisas derramadas, e por papéis rotos e fora de ordem que ele Gomes Eanes levou

⁷⁹ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.10.

⁸⁰ Idem, p.9.

⁸¹ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.3. Aqui é importante ressaltar que no momento em que Castanheda utiliza o termo cronista ele se refere a àqueles que escreveram a história dos reis.

⁸² BARROS, João de. **Op. cit.**, p.1.

⁸³ Idem, p.1.

no processo deste descobrimento.”⁸⁴ Barros não se esquece de elogiar este cronista do reino como

homem neste mister da história assaz diligente, e que mereceu o nome do ofício que teve. Porque se alguma coisa há bem escrita das crônicas deste reino é da sua mão: assim dos tempos que ele concorreu como alguns atrás, de coisas de que não havia escritura.⁸⁵

A Crônica de Guiné dá muita ênfase à figura do infante D. Henrique, ou seja, seu tema principal é o infante e suas descobertas marítimas. Deste modo, Zurara afirma no texto que a conquista de Ceuta foi um dos feitos com os quais “todos seus dias passou em grandíssimo trabalho, que por certo entre todas as nações dos homens, não se pode falar de algum que mais grandemente senhoriasse a si mesmo,” enaltecendo desse modo a figura do infante.⁸⁶ Isso porque diferentemente de Castanheda e Barros, o texto de Zurara tem um maior peso biográfico. Castanheda e Barros empenham-se em tratar de um grande feito português: a presença portuguesa no Oriente. Este é um ponto fundamental que os diferencia da cronística quatrocentista do descobrimento, cujo único exemplar mais célebre é a *Crônica da Guiné*.

É importante ressaltar que, menos do que falar das diferenças entre a cronística oficial quatrocentista, representada pelo texto de Zurara, e a produção histórica quinhentista sobre a expansão, acabou-se por tratar mais das aproximações que existem entre ambas, isso porque, para além das questões que dizem respeito à mudança de temática, não há estudos que reflitam diretamente e sistematicamente sobre essas diferenças. Ao contrário, a historiografia tende a incluir essa produção histórica portuguesa sobre as descobertas e conquistas lusas em um grupo maior, que definem como narrativas de viagem ou de expansão e que englobariam as mais diversas produções que tratam do tema. Alguns historiadores e críticos, porém, preferem a classificação de historiografia marítima, um gênero que ganhou força em Portugal, em meados do século XVI, justamente com a publicação dos textos de Castanheda e de

⁸⁴ Idem, p.64. Questão que será retomada no capítulo dois.

⁸⁵ Idem, p.63.

⁸⁶ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.22.

Barros. Esse novo gênero teria fronteiras flexíveis, já notáveis nessas duas primeiras publicações que tratam da expansão marítima para o Oriente.⁸⁷ Apesar disso, e tendo ainda em conta os riscos que se corre em optar apressadamente por uma dessas classificações ou definições, este trabalho apenas procurará apontar as diferenças e aproximações entre as narrativas dos dois séculos que se aproximam pela temática da expansão.⁸⁸

Fernão Lopes de Castanheda, com sua *História do descobrimento e conquista da Índia* e João de Barros com a *Ásia* são, como já foi apontado, tidos como iniciadores de um movimento que se preocupou em tratar da empresa marítima, elaborando esses dois textos que são as primeiras obras significativas, desenvolvidas por portugueses, que trouxeram informações sobre a expansão marítima e que tiveram divulgação pela imprensa.⁸⁹ Outros autores contemporâneos, como Duarte Pacheco e Diogo do Couto – um pouco mais tarde –, também se dedicaram a tratar da presença portuguesa no oriente, mas não serão referenciados. O primeiro porque não teve seu texto impresso no século XVI e o segundo porque é um pouco posterior a Barros e Castanheda e foi responsável pela continuação da *Ásia* de Barros, já que Barros escreveu somente as quatro primeiras décadas. Além disso, o trabalho vai abarcar somente os autores considerados precursores da cronística que trata da expansão, deixando também por ora de lado a obra de Gaspar Correia.

Vale mencionar que, na *Historia do descobrimento...* e na *Ásia*, os “acontecimentos saíram da esfera da experiência para se tornar história”. Cada uma delas se diferenciando por serem textos pensados, organizados e escritos por somente um autor, ao contrário das divulgações que até então esses feitos haviam ganhado a partir de relatos diversos e dispersos

⁸⁷ MATTOSO, José. **Op. cit.**, p.361.

⁸⁸ José Manuel Garcia propõe uma reflexão acerca das definições dadas aos textos que tratam da expansão. Fala da falta de trabalhos que se dediquem a refletir sobre esse problema, já que as definições da historiografia ou são muito abrangentes, ou propõe um recorte muito limitado. Seu texto segue com uma possível ordenação, na qual as crônicas seriam classificadas dentro do grupo designado por literatura portuguesa de expansão, o qual teria em comum o fato de descrever “viagens, terras e acontecimentos nos novos mundos”. In GARCIA, José Manuel, **Ao encontro dos descobrimentos**. Lisboa: Presença, 1994, p.191-194.

⁸⁹ Ambos se consideram o primeiro autor a tratar da expansão marítima para o oriente.

sobre a experiência no mar⁹⁰ e, como foi adiantado na introdução, elaborados por homens quase sempre de pouco saber, com pouca familiaridade e quase nenhuma reflexão sobre o significado cultural do alargamento do mundo.

O descobrimento do caminho marítimo para a Índia é o alvo do século XVI, mostrando-se como uma problemática incontornável para Castanheda e Barros. O contato com novos povos levaram esses dois historiadores a refletir sobre a relação do descobridor com o outro.⁹¹ O primeiro texto cronístico impresso, que tratou da descoberta e conquista da Índia, foi o de Castanheda, apesar de João de Barros também reivindicar para si essa realização.⁹² É certo que ambos publicaram seus textos em datas muito próximas, mas Castanheda teve o *Primeiro Livro* da história do descobrimento e conquista da Índia publicado no ano de 1551, enquanto Barros publicou sua primeira *Década*, em 1552.

O texto de Castanheda teve grande divulgação, sendo traduzido para o francês por Grouchy, em 1553. Em seguida, vieram as versões espanhola, em 1554, a italiana, um pouco depois, em 1578, e finalmente a inglesa, em 1582. A *Ásia* de Barros ganha somente uma versão em língua italiana no ano de 1562.⁹³ Esses dois textos têm em comum o fato de tratarem do mesmo tema, qual seja, a presença portuguesa na Índia e serem considerados crônicas da expansão destinadas a um público curioso por notícias; razão pela qual importava que fossem impressos e alcançassem uma divulgação maior. Essas duas preocupações, o

⁹⁰ AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **Brasil 1500: Quarenta Documentos**. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília: Unb, 2001, p.413.

⁹¹ REBELO, Luís de Sousa. Damião de Góis, Diogo de Teive e os arbitraristas do século XVII. **Humanitas**, Coimbra, v.XLIII-XLIV, p.203-216, 1991-1992. Sobre o tema ver ALBUQUERQUE, Luís de (org.). **O confronto do olhar**. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas. Lisboa: Caminho, 1991.

⁹² Já que ambos reivindicam para si o privilégio de ser o primeiro a escrever acerca dos descobrimentos no oriente é possível pensar em uma “concorrência entre agentes de uma mesma configuração intelectual”. MATTOSO, José (dir. e coord.). **História de Portugal. A Monarquia Feudal**, v.III. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. “[...] fui o primeiro que brotei este fruto de escritura dessa vossa Ásia.” BARROS, João de. **Op. cit.**, p.4.

⁹³ ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**, p.69. O autor não se refere à tradução alemã que ganhou vida em 1565.

público alvo e a divulgação, faziam parte do universo daqueles que utilizaram fontes de diversos gêneros, desde cartas, manuscritos ou impressos até testemunhos orais.⁹⁴

A obra de João de Barros estava ligada a uma geração que até meados do século XVI, segundo Antônio Rosa Mendes, gerenciou a “modernização da cultura portuguesa”. O fato de os homens letrados do reino português terem, em sua maioria, se formado no exterior e trazerem consigo “uma orientação mental livresca e estruturalmente divorciada da realidade prática das coisas”, atrapalhou na introdução em suas obras da questão dos descobrimentos, o que tornou esse um tema de menor grandeza.⁹⁵ O grupo de poetas, artistas e acadêmicos portugueses, menos envolvidos com a navegação, apresentava uma postura “humanista típica”, de “admiração incondicional” aos antigos.⁹⁶ Os descobrimentos e as mudanças culturais que a Europa sofreu, no século XVI, estavam desarticulados, ou seja, de algum modo as concepções humanistas que se desenvolveram na Europa, no período, não estiveram relacionadas à expansão marítima portuguesa.⁹⁷

De outro lado, o grupo, no qual se enquadrou Castanheda, encontrava-se à margem dessa corrente e, por isso, a seu modo, trouxe a público a expansão portuguesa. Eles estariam mais ligados à idéia de experiência, de contato com o novo, em oposição ao outro, mais voltado para o livro e “seu saber codificado”. Outros autores do século XVI, como Duarte Pacheco, D. João de Castro e o já citado Pedro Nunes, enaltecem a experiência marítima como fundamental para perceber os erros que os antigos cometeram. O próprio Camões tece elogios ao equilíbrio entre o conhecimento dos livros e a experiência, para a qual se dava mais valor.⁹⁸

⁹⁴ AVELAR, Ana Paula Menino. Breves sombras da China na cronística da Expansão (século XVI). **Camões**, n.7, p.148-155, 1999.

⁹⁵ MATTOSO, José. **Op. cit.**, p.377. Esse é um ponto abordado também por J. S. da Silva Dias no livro **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Presença, 1982, p.13-76. Para Dias, a questão da divulgação tardia está diretamente ligada a essa formação estrangeira dos intelectuais que, em função da distância, não estavam inteirados do “espírito e da problemática criados pela empresa”, p.21.

⁹⁶ HOOYKAAS, S. **Os descobrimentos e o humanismo**. Lisboa: Gradiva, 1983, p.42.

⁹⁷ DIAS, J.S. da Silva. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**, p.115.

⁹⁸ HOOYKAAS, S. **Op. cit.**, p.37.

E essa diferença foi observada ainda no século XVI por Pêro Magalhães Gândavo que, em uma publicação de 1574, elenca quais eram os escritores portugueses, listando Barros, juntamente com Francisco Sá de Miranda, Camões, André de Resende, entre outros quase desconhecidos nos dias de hoje.⁹⁹ A intenção não é entrar nos méritos dessa escolha, em especial porque não só Castanheda não foi citado, mas outros nomes como Gil Vicente também não foram contemplados, mas apenas notar que, de alguma forma, um contemporâneo diferencia os textos de Barros e Castanheda, ou melhor, destaca Barros em relação a Castanheda.

O fato de os dois autores apresentarem formações distintas em seus textos, sendo o de Barros considerado, sob o ponto de vista literário, superior ao de Castanheda, e de o enfoque deste último em discussões filosóficas e teóricas ser bem menor se comparado a Barros, faz emergir a interrogação de se isso implica, necessariamente, em uma mudança de concepção em relação à expansão marítima. Em outras palavras, vale tratar da forma como os textos desses dois autores concebem a expansão e qual a diferença entre a divulgação de ambos e a divulgação da primeira crônica sobre o descobrimento (Zurara).

O descobrimento para Barros e Castanheda

Antes de tratar especificamente dos textos do século XVI, tratar-se-á das razões, apontadas por Zurara, que levaram o infante D. Henrique a dar continuidade às navegações, porque o fato de Castanheda e Barros utilizarem, como base das suas investigações na elaboração das suas histórias, o texto de Zurara, aproxima muito a concepção que os três apresentam da expansão, pelo menos no que diz respeito à grandeza da mesma para ser feita história.

⁹⁹ MATTOSO, José. **Op. cit.**, p.361. O autor do texto propõe a seguinte reflexão a respeito da exclusão de alguns nomes importantes “Apontará esta exclusão pra uma desqualificação de um gênero que ainda hoje é considerado popular?”.

Para os autores, a expansão marítima foi um grande feito, que trouxe muitas glórias ao reino, em função, em grande parte, das qualidades de seu iniciador, o infante. Já nas narrativas de Zurara, ou melhor, na sua crônica de Guiné, a idéia de que os predicados da expansão estavam relacionados às muitas qualidades de D. Henrique, seu primeiro realizador, é muito forte, ou seja, as benesses desse evento estavam diretamente ligadas aos muitos predicados de seu agente.¹⁰⁰ D. Henrique “tinha vontade de saber a terra que ia além das ilhas de Canária, e de um cabo que se chama Bojador”, já que até o momento não se tinha podido “determinar a qualidade da terra que ia para além do dito cabo.”¹⁰¹ A figura do infante ganha, na crônica de Zurara e também na de Castanheda e Barros, importância determinante para o início e desenvolvimento da expansão marítima e exploração da costa africana. Assim, a *Crônica de Guiné* aponta os motivos que levaram D. Henrique a investir em tal empresa

Uma dessas razões foi a busca por “alguma povoação de Cristãos, ou alguns tais portos em que sem perigo pudessem navegar”, para que assim abrissem caminho para um comércio com essas terras, com as quais “não tratavam outras pessoas estas partes, nem doutras nenhuma que sabidas fossem.”¹⁰² Outra era diminuir o poder dos “Mouros” que lá habitavam, causa, pois, diretamente relacionada à busca por “alguns príncipes Cristãos em quem a caridade e o amor de Cristo fossem tão esforçadas que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé.”¹⁰³ Para os autores quatrocentistas e quinhentistas, o infante tem como objetivo a consagração da fé católica, por duas razões: uma pré-disposição natural, inerente ao infante, e o vínculo à Ordem de Cristo, o que o obrigava a promover a guerra contra os infiéis.¹⁰⁴ Um outro ponto, talvez mais predominante para tal empreendimento era o desejo de salvar as almas dessas terras desconhecidas. Por fim, a razão, “raiz donde todas as outras procedem”, está ligada à predestinação do infante à conquista, questão já apontada

¹⁰⁰ GODINHO, Vitorino Magalhães **Documentos sobre a expansão portuguesa**. Lisboa: Glala, s/d., p.136.

¹⁰¹ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.43.

¹⁰² Idem, p.44-45.

¹⁰³ Idem, p.45

¹⁰⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães. **Op. cit.**, p.132.

anteriormente¹⁰⁵ e que, como veremos adiante, é um tópico dessa produção histórica sobre a expansão, pois a idéia da predestinação dos portugueses é recorrente na história contada tanto por Castanheda quanto por Barros.

No final da crônica, Zurara, sobre este tema da salvação, enfatiza que “a maior parte [das gentes encontradas] foram tornadas ao verdadeiro caminho da salvação”.¹⁰⁶ E enfatiza que ele próprio, que a “história” escreveu, viu “tantos homens e mulheres daquelas partes tornados à santa Fé.”¹⁰⁷ Ou seja, a questão da salvação das almas que desconheciam a doutrina cristã é mencionada como a razão maior que move o infante em suas navegações, de modo que esse ideal remanescente da idéia de cruzada contra o Islã e da expansão do cristianismo foram o mote da iniciativa do infante e o que mais o tornou digno de louvor.¹⁰⁸ Apesar de abordar também a questão da possibilidade de comércio com as novas terras, não é esse o ponto fundamental para o texto. Como o período mercantil, envolvendo a África, inicia-se em 1448, são poucas as referências da crônica de Zurara a questões comerciais.¹⁰⁹

D. Henrique, assim que soube das novas terras, tratou “logo de enviar embaixada ao Santo Padre para lhe requerer que dividisse com ele os tesouros da santa Igreja para salvação das almas daqueles que nos trabalhos desta conquista fizeram seu fim (...).”¹¹⁰ Ele recebe do papa a autorização para evangelizar, além da certeza de que “a cada um que na dita guerra e batalha forem, pela autoridade apostólica e pelo teor das presentes letras, concederia e outorgaria comprida perdoança de todos os pecados, dos quais de coração seriam contritos, e

¹⁰⁵ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.46-47.

¹⁰⁶ Idem, p.405.

¹⁰⁷ Idem, p.46.

¹⁰⁸ PERES. Damião. **História dos descobrimentos portugueses**. Porto: Vertente, 1992, p.37-38. O autor destaca também a importância econômica da expansão para Portugal, porém reconhece que o texto de Zurara não dá tanta ênfase à questão comercial como razão para a iniciativa do Infante.

¹⁰⁹ LEITE. Duarte. **Acerca da “Crônica dos feitos de Guiné”**. Lisboa: Bertrand, 1941, p.127. Para Antônio Baião a expansão marítima está relacionada à necessidade de mais terras por parte da Coroa portuguesa, da nobreza e da burguesia quatrocentista. BAIÃO, Antônio. **História da expansão portuguesa no mundo**. Lisboa: Ática, 1937, p.353.

¹¹⁰ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.81.

por boca confessados.”¹¹¹ Essa idéia de evangelização desses novos povos é recorrente no texto, e a possibilidade de compor uma aliança com o Preste João foi parte do plano do infante para promover a cristianização.¹¹²

As novas terras eram habitadas por *guineus* – negros africanos –, por isso, são todas nomeadas de “Guiné, e não por que a terra seja toda uma, que grande diferença tem umas das outras.”¹¹³ Na verdade, o objetivo desse texto, mais do que falar do descobrimento da Guiné, era tratar da conquista de várias terras africanas.¹¹⁴ Essas propensões de Zurara de alguma forma estão presentes no texto de Barros que, apesar de ter como objetivo “escrever os feitos que vossos vassalos [do rei] na milícia e conquista delas fizeram”¹¹⁵ – para o que pediu autorização ao rei e, em 1520, começou a escrever –, tomou como ponto de partida os primórdios da expansão e, por isso, teve a crônica de Zurara como principal fonte. Castanheda também faz referência a Zurara quando trata da importância de o historiador presenciar aquilo que descreve, como já dito anteriormente.

Outra questão importante para Castanheda, Barros e Zurara é a da predestinação divina, já que a expansão é um feito português que consideram dever muito à divina providência, porque “Nosso senhor, (...) por sua misericórdia, queria abrir as portas de tanta infidelidade e idolatria para salvação de tantas mil almas que o demônio no centro daquelas regiões e províncias bárbaras tinham cativas (...)” Assim, os portugueses surgem como os instrumentos para a efetivação da vontade divina. Essa é uma característica também presente no texto de Castanheda e no relato de Duarte Pacheco, que compreendem a influência da providência divina como fator preponderante no desenvolvimento das ações dos portugueses

¹¹¹ Idem, p. 83. Trecho da carta de resposta do Santo Padre.

¹¹² BAIÃO, Antônio. **Op. cit.**, 1937

¹¹³ ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.146.

¹¹⁴ LEITE, Duarte. **Op. cit.**, p.126.

¹¹⁵ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.4.

no oriente.¹¹⁶ Todos esses autores contemplam que a predestinação divina garantiu o sucesso das navegações. Esse é um ponto fundamental na narrativa de Barros e Castanheda, já que na percepção de ambos o

rei dom Manuel louvava a Deus, pois lhe provera ser ele o instrumento por quem quisera conceder um bem tão universal como era abrir as portas de outro novo mundo de infiéis, onde seu nome pode ser conhecido e louvado e as chagas de seu precioso filho Cristo Jesus recebidas por fé e batismo, para redenção de tantas mil almas como o demônio naquelas partes da infidelidade imperava.¹¹⁷

E não só D. Manuel foi digno dessa inspiração, mas ainda, nos primórdios da expansão,

[...] parece que por inspiração divina começou o infante Dom Henrique este descobrimento por mar que outro nenhum príncipe da Europa que eram senhores de muito maior estado que ele, porque dele herdassem os reis de Portugal que foram dali por diante este descobrimento principalmente o ilustríssimo rei dom Manuel, para quem a divina providência tinha guardado o feito dele que era a Índia.¹¹⁸

Assim, é possível perceber que, para os três autores, as dádivas da expansão são também fruto de inspiração divina e o infante sai à frente, porque foi ele que iniciou o movimento, tendo sido seguido por D. Manuel. São, assim, ambos abençoados pelo auxílio divino em suas decisões, idéia de predestinação que é fundamental e reger a concepção que esses autores apresentam da expansão portuguesa.

A narrativa de Castanheda traz, a propósito dessa predestinação, a reprodução de uma carta,¹¹⁹ possivelmente enviada por D. Manuel na viagem de Pedro Álvares Cabral, ao rei de Calicute, na qual o rei assinala que

Deus quis que fosse, inspirado haverá sessenta anos em um nosso tio vassalo nosso chamado Infante Dom Henrique, Príncipe de virtuosa vida e santos costumes, que por serviço de Deus tomou propósito inspirado por ele de fazer esta navegação e pelos Reis nossos antepassados foi até agora proferida.¹²⁰

¹¹⁶ AVELAR, Ana Paula M. **Visões do Oriente**. Formas de sentir no Portugal de quinhentos. Lisboa: Colibri, 2003, p.148.

¹¹⁷ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.169.

¹¹⁸ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.71.

¹¹⁹ A autoria dessa carta é atribuída a Duarte Galvão no texto de Castanheda.

¹²⁰ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.80.

Toda a história de Castanheda é de alguma forma construída de modo a fazer com que as medidas tomadas pelos portugueses apareçam justificadas como se esses não passassem de instrumentos de uma vontade divina “tão manifesta”¹²¹. As navegações portuguesas, além dos benefícios temporais que possibilitavam, traziam, desse modo, igualmente benefícios espirituais. Os portugueses nada mais eram que títeres de Deus na divulgação da doutrina cristã. Essa questão da predestinação da expansão nas páginas da cronística quinhentista é fundamental para o trabalho e será retomada nos demais capítulos.

A despeito das semelhanças entre o cronista quatrocentista e os quinhentistas, há uma diferença fundamental entre a crônica de Zurara e as de Barros e Castanheda, no que concerne ao objetivo da expansão: sua função comercial, ou seja, a idéia de que o comércio com essas novas terras era o objetivo central da expansão ganha muito mais peso no século XVI. Para Castanheda e Barros, D. Manuel deu prosseguimento ao projeto de expansão e chegou da Índia por via marítima justamente porque se, já com a costa da Etiópia, o reino vinha adquirindo “novos títulos, novos proveitos e renda”, poder-se-ia esperar mais com o prosseguimento do descobrimento, como, por exemplo, “aquelas orientais riquezas tão celebradas dos antigos escritores, parte das quais por comércio tem feito tamanhas potências como são Veneza, Genova, Florença e outras muitas grandes comunidades de Itália.”¹²² O comércio com o Oriente foi fundamental no século XVI e mudou a estrutura econômica do reino, que antes era essencialmente agrícola e, a partir desse período, passa a depender do ouro e das especiarias, responsáveis pela metade da receita de Portugal.¹²³

Para tanto, era essencial que fizessem um bom contato com essas novas gentes, para o desenvolvimento do já referido comércio com essas novas paragens. Por isso, as embarcações oficiais levavam negros bem vestidos e com “mostra de prata, ouro e especiarias”, que eram

¹²¹ Idem, p.81.

¹²² BARROS, João de. **Op. cit.**, p.123.

¹²³ GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Presença, 1981, v.I, p.49.

deixados pela costa para que, ao chegarem ao seu povoado, “pudessem notificar de uns a outros a grandeza do (...) reino [de Portugal] e as coisas que nele havia”¹²⁴. Acreditava-se que essa demonstração da grandeza do reino facilitaria o descobrimento da Índia.

Apesar do destino da viagem de Vasco da Gama estar repleto de incertezas, o rei Dom Manuel mesmo assim o envia para as Índias. O próprio Vasco aponta ao príncipe da Índia

que a causa principal que movera ao rei seu senhor enviá-lo àquelas partes orientais tão remotas do seu estado: fora ser ante ele muito celebrada a fama da real pessoa dele Çamori e da grandeza de seu senhorio, e estarem em seu poder a maior parte das especiarias que por mãos dos mouros se navegavam para as partes da cristandade.¹²⁵

Ele partiu em busca das especiarias e trouxe de sua viagem informações acerca dessas e da seda, não tratando em momento algum da existência de ouro no oriente.¹²⁶ A mercância, principal razão de o contato português com o Oriente ganhar muita força na cronística, e a crença nos benefícios que o comércio proporciona são destaques não só em meados do século XVI, mas também no final deste século e início do seguinte, como pode ser visto em Couto, que aponta que “nem o marinheiro, nem o mercador, nem o soldado, nem ainda o fidalgo querem que lhe pergunte senão pelos preços das fazendas que correm na terra, pelo que valerá em Ormuz e em Malaca.”¹²⁷ Não é por menos que um tema muito recorrente nos textos, desde meados do século XVI, é o “preçário das especiarias”, que está presente não só nos escritos portugueses, mas também nos estrangeiros.¹²⁸

Os portugueses optaram pela supremacia militar na Índia, já que perceberam nos contatos com os mouros que não tomariam o controle do comércio de outra forma,¹²⁹ e podiam ver glória em “suas conquistas, pois são contra infiéis”.¹³⁰ Duas idéias puderam ser utilizadas para justificar moral e juridicamente essa posse dos portugueses das terras

¹²⁴ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.125.

¹²⁵ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op.cit.**, Livro I p 82.

¹²⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães. **Op. cit.**, p.209-210.

¹²⁷ COUTO, Diogo do, Década V, parte II, livro VIII, p.2002, apud MATTOSO, José. **Op. cit.**, p.47.

¹²⁸ ANDRADE, António Alberto Banha de. **Op. cit.**, p.198.

¹²⁹ MATTOSO, José. **Op. cit.**, p.46.

¹³⁰ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.308.

descobertas. A primeira tem suas bases fundadas na herança do Direito Romano e na doutrina do “agostinismo político”. Esse direito foi importante, porque possibilitou a fundação da idéia do descobrimento seguido de posse. Para os expansionistas, os mares eram de todos os navegantes das nações Cristãs, com exceção dos mares extra-europeus, nos quais os portugueses foram os primeiros a navegar. Desse modo, os mouros e gentis não se incluem nessa regra, que se baseia em uma lei cristã, ou seja, os descobridores poderiam tomar posse das novas terras, desde que elas fossem habitadas por povos não cristãos. Reforçando essa idéia, apelavam também para a doutrina baseada na teoria de Santo Agostinho, que tira dos infiéis a capacidade de mando.¹³¹

Luis de Sousa Rebelo, dando prolongamento a essa argumentação, destaca também a política cultural que, com a fundação do Colégio das Artes, possibilitou a formação de um grupo nacional de intelectuais que defenderam a posse destas novas terras, baseando-se em uma comparação entre Portugal e seu império com o império romano, ou seja, com base na cultura greco-latina, criaram um imaginário clássico nacional. Mas os autores do mesmo período, cada qual a seu modo, questionaram algumas medidas tomadas por portugueses no oriente; foram eles: Damião de Góis, Diogo de Teive, Diogo do Couto e o próprio Castanheda.

De qualquer modo, em Castanheda e Barros a expansão está diretamente ligada à questão do comércio, principalmente se compararmos com a Crônica de Guiné, na qual a possibilidade de comércio nas novas terras é até levantada, mas não como objetivo primordial do infante navegador. Zurara chega a subestimar a idéia de fazer comércio no final de seu texto, quando diz que tem a intenção de fazer “outro livro que chegue até o fim dos feitos do Infante, ainda que as coisas seguintes não [tenham sido] tratadas com tanto trabalho e

¹³¹ REBELO, Luís de Sousa. Damião de Góis, Diogo de Teive e os arbitristas do século XVII. **Humanitas**, Coimbra, v.XLIII-XLIV, p.203-216, 1991-1992.

fortaleza como as passadas”, ou seja, esse novo período foi marcado “mais por tratos e avenças de mercadoria que por fortaleza nem trabalho das armas.”¹³²

Castanheda e Barros, como já foi apontado, atribuíram as navegações ao auxílio dos desígnios divinos, além disso, ambos apresentam a missão evangelizadora como um dos objetivos das viagens lusitanas, mas essa idéia está mais presente no texto de Zurara.¹³³ Nas narrativas quinhentistas, a questão do comércio acaba por se sobrepor à anterior. Em se tratando, contudo, da *História do descobrimento e conquista da Índia*, é importante assinalar que a versão utilizada, neste trabalho, para pensar essas primeiras questões, foi a edição de 1554, que, porém, não é a primeira edição do *Livro I*. Castanheda havia editado, em 1551, uma primeira versão, na qual, pelo que foi possível apurar, não dá tanta ênfase no referido aspecto da predestinação divina, que depois se tornaria tão fundamental. Dessa forma, será importante uma comparação entre esses dois textos para percebermos quais as diferenças entre um e outro no que diz respeito à idéia do que foi o descobrimento dessa nova rota marítima e qual o papel da predestinação nessa trajetória dos portugueses.

E essa é a questão que vai reger o próximo capítulo.

¹³² ZURARA, Gomes Eanes. **Op. cit.**, p.406.

¹³³ AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **Op.cit.**, p.415.

CAPÍTULO II O embate entre a primeira e a segunda edição do *Livro Primeiro* da história quinhentista de Castanheda

A intervenção régia na publicação dos textos quinhentistas

Diogo do Couto, na continuação das *Décadas* de João de Barros, falou da viagem em que o rei D. João III mandou Fernão Lopes de Castanheda “à Índia para escrever os feitos daquelas partes”. Por lá andou ele, segundo seu congênera, “quase dez anos, correndo a maior parte dela, até chegar a Maluco, escrevendo as coisas daquele tempo”, e o fez de forma tão “diligente, que recopilou em dez livros, acabando o seu décimo com o governador D. João de Castro”, mas, lamentavelmente, não viu todos serem publicados, pelo contrário, teve o décimo livro, “como disseram algumas pessoas dignas de fé”, recolhido a mando do Rei D. João III em atenção à solicitação “de alguns Fidalgos, que se achavam naquele raro e espantoso cerco” e julgavam que faltava nele verdades.¹³⁴

Essa alusão ao recolhimento do *Livro décimo* a pedido de alguns fidalgos que tinham suas ações descritas por Castanheda foi seguida por uma reflexão de Couto acerca da dificuldade de se escrever história “enquanto vivem os homens sobre quem o fazem”, porque isso podia gerar algum tipo de incômodo com o texto. Nem por isso, contudo, o autor das *Décadas* IV, V, VI e VII deixou de produzir, defendendo que, “posto que também em algum tempo se mande recolher algum volume”¹³⁵ daqueles que fez, outro viria para de novo dar-lhes a conhecer.

¹³⁴ COUTO, Diogo do. **Décadas**. Década 4, livro V, capítulo I, p.383-384 (obra digitalizada). Disponível em: <<<http://purl.pt/7030/4/>>>. Acessado em agosto de 2006. Pedro de Azevedo chamou a atenção para um lapso cometido por Couto ao apontar D. João III como o responsável pela proibição da publicação do décimo livro, já que segundo o autor isso aconteceu durante e regência de D. Sebastião. Apud AVELAR, A.P.M. **Fernão Lopes de Castanheda historiador dos portugueses na Índia ou cronista do Governo de Nuno da Cunha?** Lisboa: Cosmos, 1997, p.109.

¹³⁵ COUTO, Diogo do. **Op. cit.** p.383-384.

Assim, pode-se ver que Castanheda não enfrentou dificuldades somente com a edição do *Livro primeiro* da sua obra – como foi adiantado no capítulo anterior –, mas que também o *Décimo* não pôde ser editado; fato que mereceu de um dos seus sucessores essa reflexão a respeito das intervenções que um texto pode sofrer ou dos obstáculos que lhe podiam ser postos. O próprio Castanheda, no *Livro terceiro*, tratou das dificuldades que enfrentava e do desgosto por “todos saberem tachar e poucos fazer”, ou seja, destacou a facilidade de encontrar pessoas que censurassem os livros e a dificuldade de achar, poucos que fossem, para se aventurarem a escrevê-los. O autor chegou mesmo a pensar em “não levar à luz”¹³⁶ seus livros, mas mudou de idéia em função dos incentivos reais que recebera.

Este capítulo pretende, considerando as adversidades enfrentadas pelo quinhentista na publicação de quase todos os volumes da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*, tratar especificamente do *Primeiro Livro* e das duas edições que esse volume ganhou, a primeira em 1551 e a segunda em 1554. O objetivo desse capítulo é notar, neste cenário em que as personagens da história procuram intervir no resultado final das narrativas, as alterações que o autor empreendeu na primeira edição do *Primeiro Livro*, quando ainda em vida o reeditou.

Dessa primeira edição de 1551, é importante ressaltar, restaram até os dias atuais somente três cópias, mas, apesar disso, esse foi um livro muito publicado. Como já foi apontado no capítulo primeiro da dissertação, nenhuma outra obra quinhentista portuguesa foi traduzida para o francês, façanha alcançada somente pelo *Primeiro Livro* da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Impressa em 1553, no prelo de Michel Vascosin, em Paris, o texto ganhou o título de *L’Histoire des Indes de Portugal, contenant*

¹³⁶ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro III, p.495. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, não somente o livro décimo não pôde ser impresso, o nono também não recebeu autorização régia “devido à influência de certas casas nobres que se julgavam atingidas pela omissão ou menos realce que delas fizeram o cronista. É quase certo que este – Castanheda – não quis reformar os livros IX e X como fora obrigado a fazer com o livro I, em 1554”. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal (1495 – 1580)**. Lisboa: Verbo, 1978, p.191.

comme l'Inde a été? decouverte...faict par Fernand de Castanheda et traduit de portugés em français par Nicolás de Grouchy – este Grouchy era um amigo de Castanheda do Colégio das Artes. O próprio Castanheda refere-se a essa façanha, apontando que estava sendo impresso em Paris, em língua Francesa, o *Primeiro Livro* desta história.¹³⁷ O texto ganhou ainda versões quinhentistas em espanhol, no ano de 1554, outras três francesas – tamanho o sucesso que alcançou –, em 1576, 1581 e 1587, em inglês, no ano de 1582 e em italiano, no ano de 1577.¹³⁸

As poucas informações que se têm das exportações dos textos produzidos em Portugal apontam para uma total falta de um qualquer “movimento exportador”, apesar de ter havido um interesse estrangeiro pela produção portuguesa que, ao menos no que se refere a textos em língua latina, era editada no exterior. Em uma escala bem menor era a tradução de textos em português para outras línguas vernáculas,¹³⁹ como foi o caso da obra de Castanheda e a de Barros, dois portugueses de destaque num tempo de crescente interesse por textos sobre a expansão.

Já em relação à segunda versão, 1554, as edições disponíveis são ainda em maior número e, a princípio, seria aqui trabalhada apenas a edição portuguesa de 1924. Todavia, logo de saída, algumas questões emergiram a partir do estudo da introdução dessa edição elaborada por M. Lopes de Almeida. Este autor menciona que, na segunda edição da obra histórica, de 1554, na qual se baseia sua própria edição, haveria uma referência, talvez do editor, a mudanças empreendidas por Castanheda. A despeito do exame minucioso realizado no volume de Almeida, a tal menção não foi localizada. O referido comentário anunciando modificações na nova edição do *Primeiro Livro* só foi encontrado em uma outra edição dessa segunda versão do *Primeiro Livro*.

¹³⁷ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro III, p.495.

¹³⁸ SERRÃO, J V. **Op. cit.** p.191. Cf.: AVELAR, Ana Paula M. **Op. cit.**, p.98-99.

¹³⁹ ANSELMO, Artur. **Estudos de história do livro**. Lisboa: Guimarães, 1997, p.94.

Nessa outra edição, que data de 1554,¹⁴⁰ ano da reedição com modificações do *Primeiro Livro da História dos Descobrimentos e conquista da Índia pelos portugueses*, há uma nota introdutória que, além de fazer referência à reedição do *Primeiro Livro*, agora “emendado e acrescentado”, também inclui comentário ao projeto da obra como um todo: que seria composta por dez livros que conteriam o que ocorreu em um “espaço de cinquenta anos”.¹⁴¹ Ainda, na mesma nota, é destacado o privilégio dado a Castanheda por D. João III para a edição dos dez livros, informação seguida pela carta em que eram concedidos esses privilégios, a qual carta deveria ser impressa “no princípio de cada um dos ditos livros”. Nessa carta, o rei declara que “pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, não possa imprimir, nem mandar imprimir os ditos livros da dita história da Índia, nem cada um deles: nem os possa fazer, nem mandar vir impressos de fora do reino, se não o dito Fernão Lopes, ou quem seu poder para isso tiver”.¹⁴² Esse privilégio, que havia sido solicitado pelo autor ao rei, duraria dez anos a partir da data do decreto.

Todos os livros a serem publicados necessitavam desse tipo de privilégio régio, isso porque a publicação, em Portugal, passava pelo cunho do rei, que concedia esse chamado *privilégio* àquele que iria publicar a obra,¹⁴³ o que garantia ao seu editor e vendedor – já que no início do século XVI uma mesma pessoa assumia as funções relacionadas à reprodução e venda dos livros – o direito de reproduzir e comercializar as obras por um determinado tempo, dez anos mais precisamente, como foi o caso do concedido a Castanheda.

A partir de 1536, a inquisição, instalada em Portugal, assume também papel importante na publicação de textos, não permitindo a impressão de nenhum livro sem

¹⁴⁰ Essa edição foi localizada no IEB – Instituto de Estudos Brasileiros e tem a peculiaridade de não referir uma data de edição, ou melhor, só traz no volume uma anotação à mão, provavelmente recente, ao ano de 1554.

¹⁴¹ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Edição de 1554 (arquivo do IEB/USP), p.4.

¹⁴² Idem, p.5

¹⁴³ No caso de Castanheda, quem recebeu o privilégio foi o próprio autor, o que não era muito comum, já que a separação entre as funções de editor, impressor e livreiro inicia-se a partir de meados do século XVI e, nesse século, a figura do tipógrafo ganha um destaque que chega a suplantiar até mesmo a figura do autor, que em alguns textos impressos não são nem citados. ANSELMO, Arthur. **Op. cit.**, p.77.

autorização inquisitorial. A Inquisição incide sobre várias instâncias, atendo-se ao processo tipográfico, e acompanhando também a aquisição do papel, entrada e saída de obras estrangeiras, bibliotecas particulares e o legado dos livros aos herdeiros.¹⁴⁴ Apesar de todo esse rigor, livreiros estrangeiros apontavam que a inquisição, no país, era menos rígida que a da Espanha¹⁴⁵ e, ao que tudo indica, não foi ela que levou à elaboração de uma segunda versão para o *Primeiro Livro*.

Além dessa referência à mudança que encontramos na edição que data de 1554, a consulta a essas duas versões da segunda edição do *Primeiro Livro* de Castanheda possibilitou também perceber diferenças na forma como os textos se apresentam. A primeira diferença está no frontispício das duas edições, como veremos adiante. Outras diferenças passam pela forma e pelo conteúdo, desde o formato de apresentação. A apreciação das diferenças formais observadas na comparação entre as duas edições é fundamental, porque indica que foram alterados os dispositivos que convidam à interpretação da parte material do texto.¹⁴⁶

Aproximações, distanciamentos formais e assuntos recorrentes

Já na abertura dos textos, pode-se notar que os frontispícios utilizados nas duas edições são diferentes:

¹⁴⁴ Sobre obstáculos à circulação de livros em Portugal. Cf. ANSELMO, Artur. O livro português ao serviço do humanismo. **Arquivos do centro cultural português**, Fundação Calouste Gulbenkian, v.XXIII, Lisboa- Paris: 1987, p 369-370.

¹⁴⁵ ANSELMO, Arthur. **Op. cit.**, p.12-14.

¹⁴⁶ CHARTIER, Roger. **A ordem do livro**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994, p.13.

IMAGEM 1 – Frontispício da obra *Panegyrica oratio* de Antônio Luis, editada por Luís Rodrigues em 1539¹⁴⁷

¹⁴⁷ A imagem é a mesma disposta no frontispício da edição de 1551 da *História do Descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, cuja diferença está somente no título que a imagem traz. O frontispício original não pode ser utilizado em função dos direitos de imagem reservados à Biblioteca da Ajuda, em Portugal.

O frontispício de 1551 (imagem 1) traz na gravura dois sátiros segurando o que parece ser uma cortina aberta, tendo acima dois anjos que auxiliam na tarefa. Na parte inferior, dois homens apontam para o título do texto, que aparece como *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Além disso, os dizeres que seguem abaixo do título atribuem o texto a Fernão Lopes de Castanheda e terminam aludindo que a obra foi “aprovada pelos senhores deputados da Santa Inquisição”.¹⁴⁸ Desse modo, o que ganha destaque no frontispício é o conteúdo escrito. Abaixo, entre os homens que apontam, tem-se o escudo de armas portuguesas, característico do reinado de D. Manuel entre 1495 e 1521, escudo composto por sete castelos,¹⁴⁹ em formato de cunha e, em sua parte superior, contendo uma Coroa aberta representativa do poder centralizador régio.

Já no frontispício que compõe a segunda edição (imagem dois) não há o nome da obra inserido em seu centro. Ao contrário, no centro, em destaque, está o escudo de armas português, com alguma diferença da imagem apresentada na primeira edição, já que seu formato é arredondado. Não só o escudo ganha essa nova forma, mas também as quinas. Em torno dele, têm-se ornamentos em formato de folhas e, no seu topo, a Coroa que aparece é, ao contrário da anteriormente descrita, fechada, além de trazer um dragão em cima. O nome da obra está embaixo da imagem e precede o texto já anteriormente comentado que fala da questão do privilégio régio de impressão dado a Castanheda. Mudanças indicativas do distanciamento temporal das duas edições, tanto no que diz respeito à sucessão de reis quanto à mudança de editores.

¹⁴⁸ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Edição de 1554 (arquivo do IEB/USP).

¹⁴⁹ Neste período ainda não haviam fixado, na imagem do escudo, o número de castelos para sete. Isso só acontece no reinado de D. João III.

IMAGEM 2 – Frontispício da segunda edição de 1554.



Esses mesmos frontispícios foram utilizados também na abertura de outras obras quinhentistas, como a de António Luís, *Panegyrica Oratio*, editada por Luís Rodrigues em 1539 e o *Vicentius Levita: et Martyr* de André de Rezende, editado em 1545, obras que receberam o mesmo frontispício da edição de 1551. Com o mesmo frontispício da segunda edição, temos as *Ordenações do Rei dom Manuel*, editada em 1539 por Jacob Cromberger;¹⁵⁰ o *Livro das Obras* de Garcia de Rezende, editado por de Luís Rodrigues em 1545; o *Epistolarum familiarium libellus* de Jerônimo Cardoso, editado por João de Barreira em 1556

¹⁵⁰ <http://www.obrasraras.usp.br/obras/000109/>

e o *Memorial das proezas da segunda Távola Redonda*, igualmente de João de Barreira, em 1567. A obra de Jacobo Tevio Lusitano, denominada *Comentarius de rebus in Índia*, editada por João de Barreira e João Álvares, em 1548, traz as duas imagens que descrevemos: a que compõe a edição de 1551 e a de 1554.¹⁵¹

Essa reincidência de frontispícios, nas mãos de mais de um tipógrafo, pode se justificar pela grande circulação, não só dos livros, mas das gravuras e dos caracteres que iam de um país para o outro, de cidade em cidade e até de tipógrafo para tipógrafo.¹⁵² Além disso, os impressores de Portugal, pela falta de opção, ou melhor, pelo pequeno número de material tipográfico disponível, adaptavam as imagens que haviam sido produzidas para textos específicos, utilizando-as, por exemplo, em posições diferentes, para ornamentarem outros textos. A maior parte desse material tipográfico tinha origem estrangeira e foi trazida pelos primeiros impressores que chegaram a Portugal.¹⁵³

Uma imagem recorrente nas duas edições é a do escudo de armas, que na primeira edição fica abaixo do título do texto e na segunda fica no centro do frontispício, ganhando assim maior destaque. Na primeira edição, a imagem também vem acompanhada de dizeres que se referem à aprovação que o texto recebeu da Santa Inquisição e a segunda edição traz, como já dito, uma carta régia dando a Castanheda o direito de reprodução da obra. Essas informações são importantes e ganham destaque nas edições, porque dão ao texto um tom, se não “oficial, pelo menos oficioso”.¹⁵⁴

¹⁵¹ SAMPAIO, F. de S. **História da Literatura portuguesa ilustrada**. Paris, Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1929, p.179, 251 e 319.

¹⁵² O reaproveitamento das imagens era comum, não só das que compunham os frontispícios, mas também das que adornavam o interior dos textos. De modo que, é comum encontrar imagens que contradizem o texto e que vão cumprir apenas a função “ilustrativa”. Sobre a reutilização de imagens em *Flos Sanctorum* ver: D’ALMEIDA, A. J. Desencontros entre textos e imagem “ilustrativa”, no *Flos Sanctorum* de 1513. **Revista Cultura**, Centro de História e Cultura, v.XXI, 2º série, p.45-65, 2005.

¹⁵³ MARTINS, José V. de Pina. Para a história da cultura portuguesa do renascimento: a iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Dürer. **Arquivos do centro de cultura Calouste Gulbenkian**, Paris, v.5, p.80-189, 1972, p.99-101, 118.

¹⁵⁴ MONIZ, A. M. de A. **A História trágico-marítima. Identidade e condição humana**. Lisboa: Colibri, 2001, p.30.

É importante ressaltar que todos os capítulos tanto da primeira quanto da segunda edições são iniciados por diversas capitais, como são exemplo as seguintes:

FIGURA 3 – Capitais presentes na edição de 1554



Apesar de serem semelhantes, não são idênticas nas duas versões e o editor não usa as mesmas para iniciar os capítulos que são correspondentes em uma e outra edição. Além disso, é comum encontrar a mesma capital reproduzida no início de vários capítulos, como é o caso da primeira capital da figura 3, que inicia o capítulo XVIII e se repete no XXXI, no XXXVII, no XL e mais quatro vezes, representando a letra D. A imagem se encontra na versão de 1554 e é composta por um homem que, pelo que indicam seus trajes, representa um nobre e pelo destaque do seu dedo, este seria figurativo da letra indicada. Pina Martins sugere que os desenhos representam ações cujo verbo é iniciado pela capital, como é o caso do movimento indicado na terceira capital acima colocada. O texto todo inclui também iniciais historiadas, vinhetas e desenhos no interior das letras. Alguns outros capítulos trazem capitais fitomórficas e floreadas, padrão mais recorrente na primeira edição.

Em geral, é possível perceber a seguinte distinção nos materiais tipográficos, mais especificamente, nas capitais utilizadas nos impressos portugueses: de um lado capitais nas quais as letras se destacam sob adornos florais e imagens de animais, e de outro as que representam imagens que variam entre cenas do Evangelho ou de animais que aparecem em

primeiro plano, ou ainda cenas que representam a letra de alguma forma.¹⁵⁵ Apesar das duas edições trazerem capitais com essas características, os traços dessas imagens são muito simples, isso porque, em Portugal, não houve um grande desenvolvimento desse tipo de material e eram poucos os artistas com os quais os tipógrafos podiam contar para desenvolver as imagens, de modo que não é possível apontar um único artista português que tenha ganhado destaque nessa área, o veio a impor aos textos impressos do reino um certo padrão, que está também presente nas duas edições do *Primeiro Livro*.

Já quando a comparação diz respeito ao tipo gráfico utilizado, ou melhor, o formato das letras utilizadas na edição dos textos, percebe-se uma diferença entre a edição de 1551 e a de 1554, isso porque a primeira foi editada, segundo José do Canto, em tipo romano, e a segunda em tipo gótico.¹⁵⁶ Assim, o tipo de letra das duas edições são diferentes, tendo a da primeira uma proximidade com o tipo de grafia que se usa atualmente, e que é classificada como romana, e a segunda com letras mais grossas e escuras, além de maiúsculas mais adornadas que, ao que tudo indica, são características da escrita gótica. Apesar desses indícios, a intenção não é propor nenhum tipo de classificação para as grafias desses textos, porque, além de os formatos das letras apresentarem características variadas de acordo com a região em que são elaboradas, mudam também essas características de impressor para impressor, o que dificulta a classificação. Prova disso é que, contrariando o que vem expresso na introdução da segunda edição, Viterbo classifica os caracteres utilizados na edição de 1554 de semi-góticos.¹⁵⁷

No final do século XV e início do XVI, vários tipos de letras foram usadas nos diversos escritos, de acordo com os princípios estéticos que regiam o período em que o texto

¹⁵⁵ MARTINS, José V. de Pina. **Op. cit.**, p.177.

¹⁵⁶ CANTO, José. Apêndice III. In: CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Introd. e notas Pedro de Azevedo. Coimbra: Imprensa Universidade, 4.v., 1924, p.XXXIII.

¹⁵⁷ VITERBO, Sousa. **O movimento tipográfico em Portugal no século XVI**. Coimbra: Imprensa universitária, 1924, p.162.

era publicado. Existia o puro estilo gótico e o gótico bastardo, ou o puro estilo romano do qual deriva a forma cursiva, a itálica e a aldina. No mundo germânico, por exemplo, os impressos que circulavam tinham caracteres góticos e, na Itália, mais especificamente nos escritos humanísticos, os caracteres utilizados eram os redondos romanos, que facilitam a leitura, se comparados aos góticos.¹⁵⁸ A tipografia imitava os manuscritos e, na Península Ibérica, não era diferente, de modo que foi utilizada, predominantemente, a grafia gótica, em imitação aos manuscritos que lá circulavam.¹⁵⁹ Uma outra característica que aproxima o texto da segunda edição dos manuscritos, inclusive os medievais, é o fato de ser organizado em duas colunas, de forma que, além das questões relacionadas ao tipo gótico, a formatação da segunda edição acompanha esse modelo encontrado nos manuscritos.¹⁶⁰

Isso, de alguma forma, pode explicar o que a princípio surge como contradição: que é a primeira edição ter sido impressa com caracteres romanos, ou algum derivado deles, caracteres que foram desenvolvidos e passaram a ser utilizados, especialmente na Itália, em textos humanistas, visando a maior clareza que proporcionam para a leitura, mas que, apesar disso, não eram os mais correntes em Portugal e podem ter causado algum tipo de estranheza em um meio em que o tipo gótico era vigente. Essa possível estranheza explica o retorno da segunda edição de 1554 aos caracteres góticos, ou algum derivado destes, e também essa mesma opção nos outros sete livros da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. A hipótese pode ser reforçada pela ênfase da historiografia especializada na importância da circulação dos manuscritos na Península Ibérica, até o século XVII. Ao contrário do que parece, mesmo com a chegada da imprensa, essa circulação permanece

¹⁵⁸ O estilo Romano surgiu nos escritos humanistas italianos no século XV, mas esse tipo de grafia só vai ganhar espaço nos escritos franceses no século XVI. Antes disso, o gótico e seus derivados eram os mais utilizados nas publicações. MARTIN, Henri- Jean; CHARTIER, Roger. **Histoire de l'édition française Du Moyen Age au milieu du XVII siècle**. Paris: Fayard, 1989, p.245. Ainda em relação ao tipo gráfico ver: GRAFTON, A. O leitor humanista. In CHARTIER, R.; CARVALHO, G. **Historia de la Lectura en el mundo occidental**. Madrid: Taurus, 2004, p.326-334.

¹⁵⁹ MARTINS, José V. de Pina. **Op. cit.**, p.82-98. Sobre primeiros livros impressos em Portugal ver: DIAS, Geraldo J. A. Coelho. A ideologia e os começos da imprensa em Portugal. **Revista de História**, Instituto de investigação científica, Porto, v.VIII, p.159-169, 1988.

¹⁶⁰ GRAFTON, A. **Op. cit.**, p.325.

intensa e ganha relevo especialmente graças às notícias de textos impressos que ganharam cópias manuscritas.¹⁶¹

Essas escolhas, tanto as que tratam das capitais quanto dos tipos gráficos, remetem para semelhanças e diferenças importantes entre as edições do *Primeiro Livro*, e estão diretamente ligadas à escolha do responsável pela editoração; mais uma diferença entre o primeiro e segundo texto. Os editores da versão de 1551 foram João de Barreira e João Álvares, que trabalharam juntos por muito tempo, mas continuaram a produzir textos sozinhos. Já a segunda versão recebeu assinatura somente de Barreira, que foi um dos impressores que mais produziram no século XVI, tendo mais de 100 livros impressos com sua marca.

Esses dois impressores foram instituídos, em 1548, tipógrafos oficiais da Universidade de Coimbra por Dom João III, o que não os impediu de continuarem a trabalhar nos textos que quisessem. Essa função dava prestígio aqueles que a possuíam, de modo que essa designação de “impressor do rei da Universidade de Coimbra”¹⁶² aparece nos diversos textos editados por eles. Nesse período, Fernão Lopes de Castanheda já trabalhava na Universidade como guarda do cartório e da livraria, além de ser o responsável por entregar os materiais tipográficos que os tipógrafos oficiais solicitassem. Após a morte de Castanheda, esse material, de valor considerável, ficou aos cuidados de João de Barreira e João Álvares, apesar de ainda pertencerem à Universidade.¹⁶³

João de Barreira foi também impressor da Companhia de Jesus. Possivelmente de origem espanhola, teve oficina de impressão junto ao arco da rua de São Mamede e utilizou

¹⁶¹ O autor propõe que o manuscrito não seja visto como texto que é produzido sem intenção de divulgação. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. Cultura escrita e história do livro. **Revista Leituras**, Lisboa, n.9/10, p.63-95, 2001-2002, p.65-66.

¹⁶² CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Livro primeiro. edição de 1551 (arquivo da Biblioteca da Ajuda/Portugal), p.267. CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Introd. e notas Pedro de Azevedo. Coimbra: Imprensa Universidade, 4.v., 1924. p.204

¹⁶³ **A IMPRENSA da Universidade entre 1537 (transferência definitiva para Coimbra) e 1772 (Reforma Pombalina)**. Disponível em: <<<http://www.imp.uc.pt/historia/index.php?lang=PT>>>. Acessado em setembro de 2006.

em suas impressões os tipos góticos, os redondos e os itálicos.¹⁶⁴ Provavelmente obteve material tipográfico de Luís Rodrigues, já que ele utilizou, junto com João Álvares, sua marca de impressão em algumas obras que editaram.¹⁶⁵ Isso pode explicar também a utilização que Barreira fez de alguns frontispícios de Rodrigues – destacado impressor de Portugal –, dado o grande número de textos humanísticos saídos de seu prelo. O material com o qual trabalhava foi obtido em sua maioria de uma viagem que fez à França, de onde trouxe também mão de obra especializada.¹⁶⁶

FIGURA 4 – Marca de impressão de Luís Rodrigues



O tipógrafo tinha, na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII, um papel fundamental tanto na formatação quanto no conteúdo final dos livros, já que podia intervir não só no

¹⁶⁴ VITERBO, Sousa. **O movimento tipográfico em Portugal no século XVI**. Coimbra: Imprensa Universitária, 1924, p.155-159.

¹⁶⁵ CANAVEIRA, Rui. **Dicionário de Tipógrafos e Litógrafos famosos**. 2002. (Obra digitalizada). Disponível em: <<http://webpace.zmail.pt/pag/livro_dicionario.pdf>>.

¹⁶⁶ ANSELMO, Arthur. O livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos. **Actas do congresso internacional Humanismo português na época dos descobrimentos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.

suporte material que os livros recebiam, mas também no conteúdo. É comum encontrar relatos de autores insatisfeitos com os impressores, que dizem que, se ficassem “meio dia” que fosse sem acompanharem seu trabalho, os tipógrafos “arruinavam tudo”.¹⁶⁷ Essa denuncia coloca uma questão importante quando o que está em jogo são as mudanças entre as duas edições de 1551 e 1554 do *Primeiro Livro*: quanto há de intervenção do editor nas mudanças de uma para outra edição? Essa é uma questão que, oportunamente, tem preocupado a historiografia que se dedica à história dos livros e da leitura, a saber, qual o papel desempenhado pelo editor/impressor no processo de produção e circulação dos sentidos nos séculos XVI e XVII? Ou melhor, até que ponto ele intervinha e podia intervir na obra?¹⁶⁸

Desse modo, vale retornar à pequena introdução, já descrita anteriormente, da edição de 1554. O texto anuncia que essa nova edição sofreu mudanças e apresenta um pequeno resumo da obra, que, como foi adiantado, refere a divisão em dez livros destinados a tratar de acontecimentos ocorridos em cinqüenta anos. Pode-se supor que essa nota, por não se encontrar em todas as edições, seja uma intervenção do tipógrafo, mesmo porque não há no texto nenhuma outra referência ao fato de a edição de 1554 apresentar modificações. Outro dado é fornecido por Viterbo, que aponta que João de Barreira apresentava um certo dom para a escrita, perceptível na apreciação de uma dedicatória que escreveu no texto *A História das cousas que o mui esforçado capitão Dom Cristovão da Gama fez nos reynos de Preste João*, editado em 1564. Essa dedicatória, além de ser mais extensa que a introdução da edição de 1554, teve a autoria assumida pelo editor e, por isso, pode ser vista como uma efetiva intervenção do mesmo. No caso do *Primeiro Livro*, a autoria da referida nota não é declarada, de modo que só é possível levantar como hipótese a idéia de que a pequena introdução da edição de 1554 pode ter sido escrita pelo tipógrafo João de Barreira.

¹⁶⁷ André de Rezende a João de Castro em 1547, apud ANSELMO, Artur. **Estudos de história do livro**. Lisboa: Guimarães, 1997, p.22.

¹⁶⁸ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. **Op. cit.**, p.65-66.

Essa diferença na introdução é apenas uma, entre muitas outras que se encontram no decorrer do texto e que serão tratadas a seguir.

Intervenções, alterações e novo sentido na 2ª edição

Para além das diferenças e aproximações formais que as duas edições apresentam, grande parte do que é descrito nos textos ganha sentido diverso. Dado, entretanto, o número avultado de peculiaridades, foi necessário um recorte que enfatizasse mais aquelas que se repetiram em vários capítulos, bem como as que auxiliaram a perceber mais diretamente sobre quais pressupostos estão apoiadas as mudanças entre as duas edições. Essas duas vias, a reincidência e a relevância, nortearam as escolhas aqui feitas, na medida em que as muitas diferenças, às vezes ínfimas ou correntes no período – como, por exemplo, as que aparecem na forma como as palavras eram escritas, ou seja, estão relacionadas mais à forma e menos ao conteúdo –, para serem inteiramente examinadas, demandariam que se contemplassem todas as variações.

Uma outra imposição que dificulta o trabalho de comparação das edições é a falta de estudos que se dediquem, de modo mais intenso, a tratar das diferenças. Autores como Ana Paula Avelar, Diogo Kopke, Fernandes Tomás,¹⁶⁹ Luís de Sousa Rebelo e Pedro Azevedo – na introdução da edição de 1924 – têm em comum o fato de escreverem acerca de Castanheda e sua obra, fazendo referência às duas edições do *Primeiro Livro*, mas não indo além do levantamento de hipóteses e de uma abordagem superficial do tema. Assim, o que resta é tratar da comparação com base em um recorte bem restrito.

As diferenças começam já nos prólogos, pois enquanto o da primeira edição não se refere à obra como um todo, ou seja, não adianta que o texto em questão se trata de um

¹⁶⁹ AVELAR, Ana Paula Menino. **Fernão Lopes de Castanheda historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?** Lisboa: Cosmos, 1997, p.98.

primeiro livro de um conjunto maior de escritos a ser realizado. Na segunda edição, o texto é apresentado como sendo o “primeiro dos dez livros da história do descobrimento...”, numa clara referência à continuação da obra. E convém aqui lembrar que, no ano dessa segunda edição, Castanheda já tinha conseguido editar mais seis volumes da sua obra, ou seja, o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto e o sétimo livro, sendo João Barreira e João Álvares os impressores dos três primeiros destes, tal como tinham sido da primeira edição do *Primeiro Livro*, que saiu no dia 6 de março de 1551. A edição do livro II findou no dia 20 de julho de 1554 e a do livro III, dia 12 de outubro de 1552. Nos livros IV e V, saídos do prelo no dia 15 de outubro de 1553, a parceria se desfaz, e João de Barreira assume a função de tipógrafo das edições dos restantes, que incluem a segunda edição do *Primeiro Livro*, que é de 20 de julho de 1554, do Livro VII, de 1554 – mas sem discriminação de mês e dia no colofão –, e do livro VIII de 26 de agosto de 1561 publicados por intercessão dos filhos, em razão da morte de Castanheda. Ou seja, as referências à obra como um todo aparecem quando grande parte do texto já havia sido editado.

Apesar disso, pelo menos parte deles já estava pronta antes da edição da primeira versão do *Primeiro Livro*, como pode ser visto a partir das citações de acontecimentos que seriam descritos, posteriormente, nos livros seguintes. Desse modo, se não é possível afirmar que a organização dos textos antecedeu sua edição, pelo menos é que a concepção do projeto da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* a antecedeu. Como se pode verificar, as referências aos outros livros estão presentes nas duas edições, e não são poucas as vezes em que os textos fazem menção aos outros livros tanto da primeira como da segunda edição, como pode ser visto nos casos em que Castanheda, usando o verbo na primeira pessoa, assinala: “como direi no segundo livro”.¹⁷⁰ Isso acontece, entre outros momentos, no capítulo XXXVI da primeira edição, que equivale ao XXXVIII da segunda, em

¹⁷⁰ CASTANHEDA, Fernão Lopes. Livro I, edição de 1551, p.217 e edição de 1924, p.162.

que há menção ao livro quinto.¹⁷¹ O autor utiliza também termos como os presentes no capítulo LXIV da segunda edição: “atrás fica dito”, “como direi adiante”, “como agora direi”,¹⁷² que dão aos livros essa idéia de articulação dos acontecimentos, fundamental em qualquer história narrada. Ana Paula Avelar considera que essas citações que se referem aos próximos livros do trabalho de Castanheda seriam características somente da primeira edição, todavia, o exame e cotejo das duas edições permitiram notar que aparecem em ambas e são poucas as referências que estão somente em um ou em outro.¹⁷³

Além da disparidade inicial, praticamente todo o texto do prólogo da edição de 1551 difere da de 1554. Diferenças que são tanto mais significativas, porque foi especialmente nesse espaço que Castanheda tratou do modo como concebe a história e da razão que o levou a escrever tal texto. Assim, no prólogo da edição de 1551, o autor inicia falando da dificuldade de “escrever as milagrosas façanhas que fizeram os Portugueses no descobrimento e conquista da Índia” e que teve vontade de desistir várias vezes, mas não o fez porque “o motivo dessa empresa” era “servir a Deus todo poderoso e a vossa alteza”. Em seguida faz uma menção à antigüidade e à importância da escrita para deixar na memória os feitos.¹⁷⁴

Além disso, trata da questão da escolha de quem escreveria essas “coisas” da expansão, já que “a grandeza delas consistia muito na eloquência de quem as escrevia”, por isso, os escolhidos eram muito valorizados. Essa valorização levava os autores a incluir fórmulas de modéstia, tão comuns na escrita medieval.¹⁷⁵ O prólogo toca também na falta de escritos sobre o passado, ao enfatizar que “quase não há nenhuma memória para quanto haveria de haver e até as coisas da Índia que foram ontem, não há lembrança mais que em

¹⁷¹ Idem, Livro I, edição de 1551, p.116 e edição de 1924, p.90.

¹⁷² Idem, edição de 1924, p.134 e 136.

¹⁷³ AVELAR. Ana Paula Menino. **Op. cit.**, p.98.

¹⁷⁴ Essa idéia da escrita como responsável por transmitir os acontecimentos passados é um tópico dos escritos medievais e aparece, por exemplo, na *Crônica Geral da Espanha*, no *Livro da montaria* de D. João I, e é “reatualizado” por Castanheda.

¹⁷⁵ Os *topoi* da modéstia estão presentes, já em textos produzidos no final da antiguidade pagã e cristã, e ganha força nos textos medievais. Cf. MUNIZ, M. R. C. Os leais e prudentes conselhos de El-Rei D. Duarte In MONGELLI, Lênia Márcia (coord). **A literatura doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.272. Um exemplo de texto quatrocentista que utiliza esse recurso é a *Crônica de Guiné* de Zurara.

quatro pessoas que, se morressem, se acabará com elas”, numa clara referência à falta de escritos sobre a temática da qual irá tratar. Argumentação também presente nas *Décadas* de João de Barros.

Na seqüência compara, à semelhança de Barros, as façanhas portuguesas às gregas e romanas, destacando a superioridade das portuguesas. O autor refere-se ainda ao investimento régio na Companhia de Jesus para que fossem ensinados os preceitos cristãos nas novas terras e o investimento no Colégio de Coimbra, numa clara alusão à preocupação do rei com as letras, porque “assim como muitos de seus vassalos defendem a república e a alargam com as armas, assim outros a enobrecem com as letras”.¹⁷⁶ Em seguida, diz que fez e está fazendo outros livros, sem dizer exatamente quais são, e adita que foi à Índia e examinou uma infinidade de depoimentos de fidalgos e capitães, cartas e sumários, além de informações em Portugal para assim elaborar os textos. Faz menção ainda ao seu trabalho na Universidade de Coimbra e ao tempo e dinheiro que gastou para fazer esse livro que oferece ao rei – Dom Manuel –, que faleceu deixando como sucessor o príncipe D. João III.

Já no prólogo da edição de 1554, Castanheda inicia exaltando a história e sua importância para aqueles que governam, porque ela ensina com “experiência de exemplos que são muito mais do que um homem pode ver em sua vida por mais cumprida que seja”. Acrescenta ainda que a função dos cronistas é “escrever os feitos dos reis” para que fiquem registrados e sejam seguidos ou não pelos sucessores.¹⁷⁷ Quando aborda o motivo que o levou a escrever esse trabalho, aponta para a importância que ele reconhecia na história e para o seu compromisso de servir ao rei. De modo que se dedicaria a escrever sobre a presença portuguesa na Índia, que havia sido iniciada por D. Manuel e continuada por D. João, “com a

¹⁷⁶ CASTANHEDA, Fernão Lopes. Edição da Biblioteca da Ajuda.

¹⁷⁷ Essa idéia de fazer do passado exemplo para as ações do presente era um lugar comum ao longo da Idade Média e vai se dissolver somente no século XVIII com a Revolução Francesa, segundo Koselleck. Cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Paidós: Barcelona, Buenos Aires e Cidade do México. 1993, p.150-152. Esse lugar comum aparece também em *Leal Conselheiro* e no *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*, ambos de D. Duarte, como também na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Zurara, entre outros.

ajuda de Nosso senhor”, para que fosse divulgada pelo mundo. As lembranças das façanhas, se mantidas vivas apenas na memória dos homens, apagar-se-iam com a vida desses homens.¹⁷⁸

Além de salientar seu medo de que se perdesse “a memória de feitos tão notáveis”, acrescenta um outro dado não menos relevante quando o que está em cena são as bases da história feita no século XVI: o conhecimento direto do historiador. Castanheda explicita que ir à Índia o ajudou muito, porque assim viu “os lugares em que se fizeram as coisas que havia de escrever para que fossem mais certas.”¹⁷⁹ Finaliza tratando das dificuldades financeiras que enfrentou na realização do seu trabalho, das suas atividades na universidade de Coimbra, do tempo que dedicou à escrita e termina dedicando ao rei D. Manuel, que havia morrido e deixado em seu lugar o príncipe, o resultado final de todo o seu empenho: a famosa “História do descobrimento....”.

As diferenças entre as edições são já notáveis na primeira colocação do texto de 1551, em que Castanheda menciona, antes de tudo, as dificuldades que enfrentou para elaborar o trabalho, em oposição à versão de 1554, com um viés político mais atento às demandas do período – por exemplo, ao empenho régio na expansão e ao valor do povo nesta trajetória – e um início que lança uma enfática defesa da história e da função de seu autor. Essa inclusão, porém, vale realçar, pode ser vista como marca do período, dado que era comum descrever as adversidades enfrentadas na elaboração do texto como uma forma de deixar o ato mais glorioso. Essa fórmula encontrada na segunda versão, no final do prólogo – como referido

¹⁷⁸ Essa é uma outra idéia recorrente em textos medievais, a de que a escrita é fundamental porque a memória dos homens não é suficiente para guardar o legado do passado como pode ser visto nos prólogos da *Crônica geral da Espanha* e do *Livro da Montaria*.

¹⁷⁹ CASTANHEDA, Fernão Lopes. Edição de 1924, p.3-5. Numa nítida retomada da idéia, já desenvolvida no capítulo I da dissertação, da experiência como parte integrante dos escritos que se relacionam a expansão, tendo em vista que grande parte dos que se dedicaram a tratar do tema, no século XVI, enfatizam a importância de presenciar aquilo que vão narrar.

anteriormente – aparece também no prólogo da primeira década de João de Barros, além de ser recorrente em textos anteriores, como o já citado de Frei João Álvares.¹⁸⁰

Uma outra mudança, agora relacionada mais efetivamente com as razões que levaram o autor a se dedicar à escrita do texto, aparece no prólogo, quando Castanheda, em 1551, enfatiza que enfrentou as dificuldades e elaborou tal texto para servir a Deus e ao rei, mas, na segunda versão, o motivo passa a ser servir especialmente ao rei, e Deus aparece somente como auxiliador de tal atividade. Assim, o rei ganha maior destaque na edição de 1554, e não só ele, mas a nação portuguesa. Tal idéia, reforçada no decorrer do texto, pode também indicar um deslocamento no sentido da história da expansão. Mesmo que não se possa afirmar ter sido consciente a alteração, o historiador, na segunda versão, pode ter querido minimizar o caráter de cruzada da expansão e fazer sobressair o valor do Estado português na trajetória de ampliação do mundo.¹⁸¹

Mas a essa significativa diferença se contrapõe uma aproximação entre os dois prólogos: a ênfase no próprio trabalho de historiador. A disposição de Castanheda concentra-se em grande parte no seu próprio ato de se dirigir à Índia para buscar o material necessário para a elaboração da obra. Esse é um ponto fundamental que recebe muitas menções em ambas as edições no decorrer de todo o *Livro primeiro*, porque de alguma forma, na visão do autor, a presença e o contato com os acontecimentos descritos dão mais credibilidade aos escritos, reforçando a idéia de que a experiência direta era, senão a matriz, uma das principais responsáveis pela verdade sobre o presente e o passado.

¹⁸⁰ A primeira década de João de Barros foi impressa em 28 de junho de 1552 na oficina de Germão Galharde, que foi um impressor francês que montou uma tipografia em Portugal com um material tipográfico vindo da França e da Alemanha e que viera em parte da oficina de Valentim Fernandes. MARTINS, José V. de Pina. Para a história da cultura portuguesa do renascimento: a iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Dürer. **Arquivos do centro de cultura Calouste Gulbenkian**, Paris, v.5, p.80-189. 1972, p.86.

¹⁸¹ Sobre a nacionalização do reino ver :BUESCO, Ana Isabel. O mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: CURTO, Diogo Ramada. (org) **A memória da nação**. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p.49-70. Ana Paula Avelar destaca que Castanheda utiliza termos como “nação, sangue, terra, pátria”, mas que é muito difícil remeter significados a esses “conceitos”. In AVELAR, A.P.M. **Fernão Lopes de Castanheda historiador dos portugueses na Índia ou cronista do Governo de Nuno da Cunha?** Lisboa: Cosmos, 1997, p.113.

Outro ponto comum às duas versões é a finalização do prólogo, na qual o autor trata da função que ocupou na Universidade de Coimbra. João de Barros também se preocupa em tratar das suas atividades na Casa da Índia, mas enfatizando que, apesar das dificuldades impostas pelo volume de trabalho, essa função auxiliou no recolhimento de materiais que foram utilizados na elaboração de suas *Décadas*. Já a função ocupada por Castanheda não lhe serviu senão para financiá-lo, possibilitando a escrita dos livros, mas principalmente o atrapalhou, levando-o a ocupar um tempo que poderia ser dedicado à sua função principal, que era a de historiador dos feitos da Índia.

Mas se é de diferenças e semelhanças que importa tratar, as primeiras se mostram também nos títulos de cada capítulo, identificáveis já na abertura do livro, após o prólogo, em que o autor aponta quais as questões que farão parte da obra. Na primeira versão, o texto que compõe o primeiro título é mais curto, assinalando que será descrita a “descoberta [do caminho marítimo para o oriente] por mando do muito famoso Rei D. Manuel, de gloriosa memória,” e também a primeira guerra dos portugueses nas novas terras, “até o ano de mil quinhentos e quatro”.¹⁸² Na segunda edição, por sua vez, as citações são mais completas, no sentido de que, além de apontar que o tema é a descoberta do caminho marítimo para a Índia, o autor se refere a Vasco da Gama como descobridor e também define o recorte temporal ao qual o livro se dedicará, um recorte que abarca o “tempo em que foram capitães mores Francisco de Albuquerque e Duarte Pacheco”. Ou seja, a diferença que se mostra mais fundamental está no destaque que a segunda edição dá àqueles que seriam os personagens do acontecimento – ou que foram construídos como tal –, passando a contar o tempo a partir de cada governo. Apesar dessa característica mais explicativa presente no título do primeiro capítulo, não é este um lugar comum em todos os títulos dos capítulos da segunda edição. Ao contrário, os da primeira são, em geral, mais extensos, como é possível observar, por

¹⁸² CASTANHEDA, Edição de 1551, p.1.

exemplo, no título do capítulo IV, no qual o autor é mais sucinto na segunda edição que na primeira. Isso acontece também no título do capítulo VI e em quase todos os outros que compõem as duas versões.

A elaboração de subtítulos extensos e explicativos é um recurso que dá ao texto não só uma noção temporal mais clara, mas também auxilia na compreensão do desencadeamento de cada acontecimento, ligando um ao outro. Embora comum às duas edições,¹⁸³ na primeira edição, os subtítulos são mais extensos, em oposição à objetividade dos da segunda versão. Mais do que “medir” a capacidade explicativa de cada título, a diferença a ser ressaltada é a de que nos títulos da primeira os nomes dos capitães mores e capitães não aparecem, e sempre que o autor vai se referir a um deles utiliza a designação “capitão-mor ou capitão”, já na segunda versão o autor passa a tratá-los pelos nome próprio; recurso indicativo de uma possível tentativa do autor de atender às pessoas que, pelo que viram na primeira versão, se julgaram insatisfeitas e pouco valorizadas na sua história.

Essa falta dos nomes ocasionou algumas dificuldades interpretativas, como foi apontado por Avelar, quando fala da primeira edição – capítulo 92 –, em que as figuras de Duarte Pacheco Pereira e de Lopo Soares parecem se confundir. Talvez por isso, ao reeditar o *Primeiro Livro*, o autor optou por citar repetidas vezes o nome dos capitães sempre que descreve a ação de cada um. Com essa modificação, alguns subtítulos puderam ser encurtados, sem que com isso perdessem sua função explicativa.

No que diz respeito ainda aos nomes, existe uma diferença nos daqueles que são designados como participantes da armada comandada por Pedro Álvares Cabral. Na primeira edição, foi citado o nome de dois capitães que não estão na segunda: Simão Leitão e Luis Coutinho, mas o autor complementou essa informação ressaltando que os nomes que cita

¹⁸³ Não só as duas versões, mas toda a obra de Castanheda. Esse recurso é corrente no período e permaneceu também posteriormente.

foram os que ele pôde saber.¹⁸⁴ Na segunda edição, diferentemente, essa frase foi ocultada e o autor inclui três nomes que não estão presentes na primeira: Luis Pires, Simão de Pina e Vasco D’Ataide.¹⁸⁵ Como houve essa mudança dos nomes, nos capítulos seqüenciais a esse ocorre também a diferenciação.¹⁸⁶ Essas diferenças entre as descrições que mencionam os nomes dos participantes das armadas são muito comuns e também podem ser encontradas quando comparadas às descrições de Barros. Certamente essas distinções estão relacionadas às diferentes fontes de informação que os autores utilizaram. O próprio Castanheda reconhece a impossibilidade de conhecer todas as informações, quando comenta que o que descreve foi o que pôde saber.

Uma outra diferença, entre as descrições, está no capítulo XXVIII da primeira edição, que já de saída se distingue do seu correspondente na segunda. O título da primeira edição cita a ida à costa do Brasil, fato que é negligenciado no título da segunda, talvez porque Castanheda não tenha pretendido dar tanta ênfase à chegada ao Brasil, já que não se dedicou tanto a descrever como foi esse acontecimento. Essa hipótese ganha reforço quando, na continuação da comparação, se observa que em ambas, o autor, quando descreve um pouco o Brasil, termina dizendo que, por ser uma terra “que a todos é muito comum”, não vai dizer “mais dela”.¹⁸⁷ Na segunda, há também referência sobre o nome dessa terra que era “Terra de Santa Cruz, e depois se perdeu este nome e lhe ficou o de Brasil, por amor do pau Brasil”.¹⁸⁸

Essa designação ao Brasil é no mínimo inesperada, tendo em vista que até 1551 não circulava, praticamente, nenhuma informação a respeito dessas paragens em Portugal.¹⁸⁹

¹⁸⁴ CASTANHEDA, Edição de 1551, p.89.

¹⁸⁵ Idem, Edição de 1924, p.74.

¹⁸⁶ Como pode ser visto em Castanheda na Edição de 1551, p.94 e na Edição de 1924, p.76.

¹⁸⁷ Idem, Edição de 1551, p.82 e Edição de 1924, p.75.

¹⁸⁸ Idem, Edição de 1924, p.75. Castanheda utilizou o Roteiro de Álvaro Velho para descrever pormenores acerca do Brasil.

¹⁸⁹ Banha de Andrade trata da questão da divulgação do descobrimento das novas terras, apontando que foram os estrangeiros que primeiramente divulgaram tal feito. Os portugueses, como era de se esperar não trataram da questão. O autor aposta na hipótese do sigilo régio, que já foi desdobrada no primeiro capítulo. De qualquer modo, em Portugal a notícia não teve grande divulgação. ANDRADE, António Alberto Banha de. **Mundos**

Tanto é que João de Barros, em sua primeira década, nem sequer refere essa passagem pelo Brasil da armada comandada por Pedro Álvares Cabral. O próprio Pero de Magalhães Gândavo, ao justificar a elaboração de sua *Primeira história do Brasil*, diz que o faz “por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta anos que esta província foi descoberta.”¹⁹⁰

A falta de referências ao Brasil, é uma entre outras distinções que existem entre o texto de Barros e de Castanheda. Um outro exemplo é a observação que Castanheda faz no capítulo XLIX da primeira versão e que, no XLIX, seu correspondente na segunda, ganha um comentário que se dirige ao livro sexto das *Décadas* de Barros. Essa narrativa descreve um entrave entre Diogo Fernandez, que ficou em Cochim para auxiliar seu rei numa guerra com Calicute, e Vicente Sodré, que recebeu também esse comando, mas respondeu “que era capitão do mar, e não da terra, e ficaria na Índia para fazer guerra por mar”. Acrescenta também que, “se o rei de Calicute houvera de fazer por mar guerra a Cochim, que o ajudaria: mas que por terra não tinha de ver com isso, que se defendesse o rei se quisesse, que ele queria descobrir o estreito do mar roxo.” Diante dessa resposta, seu feitor solicitou em “nome de Deus e do rei de Portugal”¹⁹¹ que Sodré ficasse e auxiliasse, mas não foi atendido.

A segunda edição assinala que Sodré tinha se recusado a ajudar, afirmando que “essa é a verdade, ainda que alguns digam que Vicente Sodré se ofereceu ao rei de Cochim para o ajudar na guerra se tivesse necessidade”. Castanheda questiona igualmente a versão que diz que o rei de Portugal teria dito que Sodré poderia ir, já que a guerra não aconteceria em função do inverno que se aproximava. E ressalta ainda que, ao contrário do que diziam, a

Novos do Mundo. Panorama da Difusão pela Europa de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses. 2.v., Lisboa: JIU, 1972, v.1., p.228.

¹⁹⁰ GÂNDAMO, Pero de Magalhães. **A primeira historia do Brasil.** História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. texto modernizado e notas: Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2004, p.37.

¹⁹¹ CASTANHEDA, Edição de 1551, p.144.

guerra aconteceu e que “bem parece que quem isso dizia não foi à Índia”.¹⁹² O autor está se referindo a Barros, que em seu texto aponta que Sodré não auxiliou no combate por ter sido liberado pelo rei de Portugal.¹⁹³

Castanheda faz muitas vezes menção à sua presença na Índia e à importância da mesma para a elaboração do texto. Em muitos momentos, faz alusão à sua experiência no Oriente, utilizando para isso frases na primeira pessoa, como naquela em que fala das “grandes calmarias que dão no mar muito grande fadiga, como eu tenho visto na viagem da Índia”¹⁹⁴, fazendo, assim, menção a si mesmo. Em outros momentos diz frases semelhantes a: “como eu tenho visto na Índia”.¹⁹⁵ Além dessa forma, o autor utilizou, ainda, referências à falta de informações sobre a volta de Vasco da Gama a Portugal. Menciona que “as muitas particularidades que aqui por diante passou o capitão-mor até a ilha de Santiago eu não pude saber.”¹⁹⁶ Temos também na primeira edição um outro caso em que ele se refere a nomes de capitães, deixando claro que aqueles eram “os nomes dos outros capitães que pude saber”.¹⁹⁷ Numa citação de sua experiência no oriente, o autor comenta que não tinha conhecido um português, João da Vila, que ficara na feitoria em Cananor.¹⁹⁸ Essa idéia da presença “in loco” é fundamental para Castanheda e, como já adiantado no primeiro capítulo do trabalho, aparece na referência que o autor faz a Zurara e sua concepção de história.

Concepção de expansão e a predestinação

¹⁹² Idem, Edição de 1924, p.106

¹⁹³ BARROS, João. *Ásia*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 1988, p.236.

¹⁹⁴ CASTANHEDA, Edição de 1551, p.83 e Edição de 1924, p.69.

¹⁹⁵ Idem, Edição de 1551, p.83. É comum encontrar nos prólogos das crônicas medievais, a partir do século XVIII, a utilização do pronome pessoal eu, que está diretamente relacionado a idéia de que o que se escreve é a verdade. MARCHELLO-NIZIA, Christiane. L'historien et son prologue: forme littéraire et stratégies discursives. In: GUENÉE, Bernard. Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen age. In: _____(org.). *La chronique et l'histoire au Moyen Age*. Colloque dès 24 at 25 mai 1982. p 16-18.

¹⁹⁶ CASTANHEDA, Edição de 1551, Idem, p.87.

¹⁹⁷ Idem, p.89.

¹⁹⁸ Idem, Edição de 1924, p.104.

No que diz respeito mais diretamente à forma como vê e constrói a expansão, os textos começam a se diferenciar quando tratam do responsável ou responsáveis pela expansão. No primeiro e no segundo capítulo, o autor se dedica a descrever sobre os preparativos da viagem de Vasco da Gama para a Índia. Duas questões são mais marcantes quando se trata das diferenças entre a primeira e segunda edição. Uma pode ser observada logo no começo do primeiro capítulo da primeira edição, quando o autor inicia discorrendo sobre o Rei D. João como aquele que, percebendo as possibilidades de enriquecimento vindo da Índia, “determinou de descobrir por mar aquela terra de onde vinha tanta riqueza”.¹⁹⁹ Já na segunda versão, a figura de D. João não ganha esse destaque inicial. O que o autor enaltece é o descobrimento dos portugueses, porque “antes que a Índia fosse descoberta pelos portugueses, a maior parte da especiaria, droga e pedraria dela vazava pelo mar roxo...”.²⁰⁰ D. João ainda é o iniciador desse movimento em busca da Índia, mas essa não é a primeira questão que se coloca no texto. No segundo capítulo, o título começa, na primeira versão, referenciando D. Manuel como aquele que “mandou descobrir a Índia por Vasco da Gama...”. Na segunda, o título se refere somente à figura de Vasco da Gama, que “com outros capitães foi descobrir a Índia”.²⁰¹

Desse modo, é possível perceber que a ênfase à Coroa como responsável pelo feito, apontada ainda no prólogo da segunda edição, divide espaço com uma concepção mais alargada, no sentido de que o autor considera também os portugueses, ou o grupo de capitães, como responsáveis pelo grande ato, de modo que não apresenta o feito como ato de responsabilidade única e exclusiva do poder régio.

Ainda em relação aos capitães citados nos livros, a mudança que Castanheda elaborou de uma edição para a outra também está muito relacionada com o modo como foram descritas as ações deles nas novas terras. No capítulo XXV da primeira edição, que equivale ao XVII

¹⁹⁹ Idem, Edição de 1551, p.1.

²⁰⁰ Idem, Edição de 1924, p.7.

²⁰¹ Idem, Edição de 1924, p.10.

da segunda, aparece uma mudança significativa, porque o autor, na primeira, descreve um episódio em que o capitão-mor, Vasco da Gama, “mandou açoitar fortemente um homem para que confessasse se era verdade o que diziam dele” – a saber, que era espião –, como não confessava, o capitão “buscou outro tormento mais forte que os açoites (...) e, com dor que era muito grande (...), confessou que era espião”, mandado ali para saber “que gente trazia o capitão-mor e que armas trazia, porque por toda aquela terra [Calicute] lhe queriam muito grande mal, por serem”,²⁰² os embarcados, cristãos.

Na segunda edição, esse episódio se resume a uma linha que diz que o capitão “o mandou meter na capitania, onde por tormentos o homem confessou que era espião”.²⁰³ Ambos os textos terminam considerando que o capitão prende o indivíduo para que, indo a Portugal, pudesse falar das coisas da Índia, e que depois esse mouro se converte ao cristianismo, tendo como padrinho Vasco da Gama. A diferença é que na primeira edição o capitão “mandou cuidar dele muito bem. E fazia-lhe muitos mimos, dizendo que o não prendia por via de o cativar, se não para o levar ao rei seu senhor pra lhe dar novas da Índia, e que ele lhe faria muita mercê”²⁰⁴ e, na segunda, “Vasco da Gama mandou prendê-lo para o levar a Portugal por testemunha das coisas da Índia”.²⁰⁵

Uma mudança desse tipo também pode ser observada no capítulo XXVI da primeira versão, o qual trata da ocasião em que as embarcações, quando tentavam sair da Índia, passaram por um momento de calmaria, no qual Paulo da Gama e Nicolau Coelho, comandantes de navios que iam junto ao de Vasco da Gama, “fizeram conselho cada um em seu navio para que, se acudisse vento com que se pudessem tornar à Índia, que tornassem”, o que não foi preciso, porque no dia dois de fevereiro, uma quarta feira, depois de dezesseis

²⁰² Idem, Edição de 1551, p.81.

²⁰³ Idem, Edição de 1924, p.68.

²⁰⁴ Idem, Edição de 1551, p.82.

²⁰⁵ Idem, Edição de 1924, p.68.

dias, “foi posta a vista em terra”.²⁰⁶ Essa mesma descrição foi abordada na segunda edição, no capítulo XXVII, e não se refere a essa possibilidade de retorno à Índia.²⁰⁷ Em comum, tem-se a alusão ao auxílio divino, porque os mareantes louvaram “a nosso senhor por grande mercê que lhes fazia”,²⁰⁸ já que os ventos vieram graças à piedade de nosso senhor.²⁰⁹

Não menos importante é a diferença que aparece relacionada ao conteúdo do capítulo XXVII da primeira edição. Esse mesmo conteúdo é dividido em três capítulos na segunda, de modo que, ao falar da viagem de volta e da chegada a Portugal de Nicolau Coelho, a segunda edição dá maior ênfase, porque foi uma ocasião na qual “o rei ficou tão contente como a quem se dava uma nova de tamanho prazer como aquela era”. Apesar disso, muitos não podiam crer que a Índia tinha sido descoberta, principalmente porque não se via nenhuma mostra de especiaria, nem de nenhuma coisa da Índia, “já que tudo veio com Gama, que chegou mais de dois meses depois.”²¹⁰ Essa referência à dúvida não aparece, entretanto, na primeira edição, que faz apenas uma pequena menção à chegada de Coelho.

Todas essas ações, de algum modo, ganharam uma versão modificada na segunda edição do *Livro primeiro* e, possivelmente, foi imposta ou sugerida contundentemente por aqueles que, de algum modo, quiseram ver alterada a primeira versão dada dos acontecimentos. Dessa forma, Vasco da Gama não teve suas ações extremadas – seja de tortura violenta, seja de excessivos bons tratos ao espião mouro – tão enfatizadas na segunda versão, e, do mesmo modo, a hesitação de Paulo da Gama e Nicolau Coelho quanto à decisão de Gama de prosseguir viagem de volta a Portugal a despeito das adversidades é esquecida na segunda versão. Rebelo assinala que a ausência desse tipo de narrativa na segunda edição pode ser explicada justamente, porque “desmereciam a dignidade e grandeza” dos

²⁰⁶ Idem, Edição de 1551, p.84.

²⁰⁷ Idem, Edição de 1924, p.69.

²⁰⁸ Idem, Edição de 1551, p.84.

²⁰⁹ Idem, Edição de 1924, p.69.

²¹⁰ Idem, Edição de 1924, p.70-71.

personagens.²¹¹ Além dessas sutis ocultações, surgem, do mesmo modo, alguns convenientes destaques, como, por exemplo, o realce ao mesmo Nicolau Coelho por ser o primeiro português a voltar com a notícia da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

Há ainda um caso que merece relevo, o do capítulo LXIV da segunda edição, que foi acrescentado e cujo conteúdo não consta na versão anterior. O tema é a viagem de Antônio Saldanha para a Índia e o texto vai descrever as dificuldades e conquistas desse capitão até chegar ao destino. Na verdade, a primeira edição não dá tanto destaque à figura de Saldanha, que ganha apenas no capítulo LXXXIX uma breve menção sobre sua saída de Portugal, tendo como capitão-mor Ruy Lourenço, em direção ao oriente “para descobrir o estreito do mar roxo”,²¹² o que entretanto não veio a acontecer. Na segunda edição, além de mudar de lugar a referência a essa viagem, o autor optou por dar mais ênfase a essa partida e à figura de Saldanha, tratando da questão em um capítulo específico. Essa diferença não foi destacada nem por Ana Paula Avelar e nem por José do Canto, os quais apenas referem a inclusão do capítulo para confirmar a hipótese de que o *Primeiro Livro* era incompleto, se comparado ao segundo.²¹³ Na verdade, a viagem ganha destaque na segunda edição, com um capítulo que fala somente sobre ela, em oposição a uma simples menção, como aparece na primeira edição.

Os objetivos da expansão também foram objeto de mudanças entre as edições de 1551 e 1554, isso porque, no capítulo que fala do envio da armada comandada por Pedro Alvarez Cabral e que equivale, na primeira edição, ao número XXVIII e, na segunda, ao XXXI, tem-se também diferenças. Na primeira edição, além de uma reflexão sobre a importância da expansão para que, na Índia, fosse divulgada “lei evangélica para aquelas gentes perdidas a receberem, como para proveito de sua fazenda, e universalmente a todos os seus vassalos”. Há também uma alusão a um regimento, que era levado pela armada e que dizia ao capitão-mor

²¹¹ REBELO, Luís de Sousa. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. **Op. cit.**, p.189.

²¹² CASTANHEDA, Edição de 1551, p.255.

²¹³ AVELAR, Ana Paula M. **Op. cit.**, p.99.

que fizesse as feitorias e que, “não querendo o rei de Calicute dar carga de especiarias para as naus que levava, nem consentir feitoria, que lhe fizesse cruel guerra, pelo que fizera a D. Vasco da Gama”.²¹⁴

Na segunda edição, essas referências à guerra e ao objetivo da expansão foram retiradas do capítulo correspondente. O rei teria ordenado que “lá pregassem a lei evangélica, assim para a reforma dos Cristãos que lá houvesse, como para trazerem em conhecimento dela os gentios. E para assentar esta amizade com o rei de Calicute e feitoria”,²¹⁵ destacando, desse modo, a missão evangelizadora como um dos motes – e o primeiro a ser ordenado – da viagem de Gama. Ana Paula Avelar avalia que os rituais eclesiásticos ganharam na primeira edição um peso maior do que na segunda, mas o que se pode acrescentar é que o caráter missionário ganhou um peso muito maior na segunda edição.²¹⁶

A questão da guerra vai aparecer na segunda edição, mas acompanhada da negação de que ela seja um recurso a ser utilizado em caso de não se conseguir carregar as naus. Assim, no momento em que Pedro Álvares passa por Quiloa, e que o rei não cumpre os acordos que havia feito, dizendo que não tinha necessidade das mercadorias trazidas pelos portugueses, o capitão-mor não declara guerra a ele “por (...) levar por regimento que lhe não fizesse guerra (...) e partiu para Melinde.”²¹⁷ Apesar dessa diferença, é importante destacar que, no decorrer dos combates travados entre a armada portuguesa e o rei de Calicute, um lugar comum dos dois textos é a justificativa dada para a violência portuguesa, que teria advindo “porque o rei não cumpriu”²¹⁸ com o combinado. Esta também é justificada como “vingança dos nossos que em tempo de Pedro Álvares foram mortos”.²¹⁹ Além disso, grande parte das ações do rei, julgadas erradas, estavam ligadas a uma má influência dos mouros que, ao perceberem a

²¹⁴ CASTANHEDA, Edição de 1551, p.89.

²¹⁵ Idem, Edição de 1924, p.73.

²¹⁶ AVELAR, Ana Paula M. **Op. cit.**, p.99.

²¹⁷ CASTANHEDA, Edição de 1924, p.77.

²¹⁸ Idem, p.101.

²¹⁹ Idem, Edição de 1551, p.134.

intenção portuguesa de comércio, ficaram com medo de perderem espaço, e “estorvavam”²²⁰ como podiam. De modo que, nas medidas equivocadas tomadas em geral pelo rei, o que “o moveu (...) foram os mouros”.²²¹ Essa idéia de que o rei de Calicute não era o responsável pelas decisões, ou melhor, as tomava em função da influência moura é sugestiva de uma possível tendência da política de intervenção no oriente adotada por Portugal: o empenho a impedir os mouros de continuarem suas negociações no oriente. Grande parte das armadas enviadas para o oriente tinha como função dificultar a passagem dos mouros pelo mar Vermelho, como será tratado no terceiro capítulo.

Essa é talvez a diferença mais fundamental entre as duas edições: na primeira, o rei autoriza a guerra, caso não haja negociação, e, na segunda, a guerra deixa de ser uma opção e o objetivo, antes de tudo, passa a ser a evangelização e o comércio. Como a guerra acabou acontecendo, em ambos os livros, a culpa é atribuída ao “inimigo”, ou seja, a falta de palavra do rei de Calicute, que errou por influência dos mouros; argumento que reforça o que já foi dito no primeiro capítulo da dissertação em relação às justificativas apontadas para a guerra. Essa alusão à guerra, na primeira edição, aparece como uma diferença não só da segunda edição, mas também do primeiro livro das *Décadas* de Barros, que narra um discurso de Vasco da Gama, proferido antes de sua partida, em que ele recomenda “juntamente a todos a paz e a concórdia”.²²² Mas é importante ressaltar que em momento nenhum esses textos condenam os portugueses pela guerra, ao contrário, ela é bem justificada. A diferença é que ela não é apresentada como explicitamente encomendada pelo rei, como na primeira edição.

Além disso, a missão evangelizadora encontra-se também presente na primeira edição, como se pode ver no registro do encontro entre os navios dos portugueses com os do irmão do rei de Melinde. Ao ver as naus, o mouro jogou parte do ouro que transportava no mar e, quando soube que os portugueses eram amigos, perguntou se traziam “algum feiticeiro para

²²⁰ Idem, p.136.

²²¹ Idem, p.138.

²²² BARROS, João **Op. cit.**, p.124.

que, com suas palavras de encantamento, lhe tirasse o ouro que mandara lançar no mar”. A resposta do capitão-mor foi carregada de ensinamento religioso, “que os Cristãos criam em Deus verdadeiro que lhes defendia que não usassem de feiticeiro e por isso não usavam deles”.²²³ O que se observa é que o *Livro Primeiro* apresenta um caráter mais evangelizador para a expansão, ou melhor, enfatiza mais a idéia de que a função da expansão era levar a fé cristã para os povos pagãos. Os outros livros que compõe a obra de Castanheda, concentram-se mais em descrever a presença portuguesa e em especial as medidas tomadas pelos portugueses. Quase não há referências à função evangelizadora da expansão, principalmente se comparada às diversas alusões às questões que envolviam o comércio nas “novas terras”. Isso pode ser explicado pelo fato de o *Livro Primeiro* ser aquele que vai “apresentar” a expansão, o que leva o autor a justificar e enaltecer as intenções portuguesas.

O papel da providência divina nas duas edições

Para finalizar este confronto, convém lembrar que, em seu estudo sobre a historiografia do século XVI, Luís de Sousa Rebelo²²⁴ levanta a hipótese de que a diferença capital entre as duas edições do *Livro Primeiro* de Castanheda está no conteúdo do capítulo XXVIII, presente somente na segunda edição, o qual se refere ao descobrimento como tendo sido, por “inspiração divina”, começado pelo Infante Dom Henrique por mar, sem ajuda de “nenhum príncipe da Europa, que eram senhores de muito maior estado que ele”. Além do destaque ao infante, a segunda edição aponta D. Manuel como aquele “para quem a divina providência tinha guardado esse feito dele que era a Índia, cujo descobrimento estava profetizado antes pela *Sibila Cumea*,²²⁵ segundo conta um autêntico livro impresso em latim...”; uma clara alusão, portanto, à predestinação portuguesa para a expansão marítima. O

²²³ CASTANHEDA, Edição de 1551, p.95.

²²⁴ REBELO, Luís de Sousa. **Op. cit.**, p.190.

²²⁵ Idem, “Os livros sibilinos, compostos em latim, andavam dispersos e muitos dos seus dizeres encontravam-se em lápides antigas”.

rei apareceu assim como responsável pelo feito que fora já profetizado, no ano de 1505, na rocha de Sintra, “junto à praia do mar onde foram achadas debaixo da terra três colunas de pedras quadradas”, nas quais havia “umas letras romanas, das quais apenas em uma das colunas se puderam ler, por as outras estarem gastas pelo tempo...”, os seguintes dizeres, que foram traduzidos do latim, segundo Castanheda, por Rui de Pina:

Profecia da Sibila determinação aos do ocidente.
Serão revoltas as pedras com as letras direitas e em ordem
Quando tu ocidente vires as riquezas do oriente
O Ganges, Indo e o Tejo será coisa maravilhosa de ver
Que cada um trocará com o outro as suas mercadorias²²⁶

Essas colunas, encontradas dias antes da chegada de Coelho, deixaram o rei D. Manuel, segundo Castanheda, “muito espantado com todos os de sua corte, e houve sobre isso diversos pareceres, porque uns creram neles, outros diziam que por nenhum modo podia ser, e que aquilo eram gentilidades a que não se devia dar nenhum crédito”. Coincidência ou não, com a chegada tempos depois de Nicolau Coelho, “foi a profecia havida por verdadeira”.²²⁷ Com essa narração, Castanheda confere ao descobrimento um tom de acontecimento profético, já previsto nos escritos antigos, e que, por meio do aparecimento das colunas, perde o caráter oral para ganhar a forma escrita.

A confirmação dessa profecia foi a chegada de Coelho, um acontecimento que veio juntar os fios da profecia e fazer com que os que não acreditavam por fé em tal predestinação, o fizessem agora a partir da constatação da chegada à Índia. Essa narrativa foi a forma encontrada por Castanheda de responder a anseios coletivos, que de algum modo auxiliaram também na construção da idéia de uma expansão como predestinação, não importando se as colunas eram ou não autênticas.²²⁸ Ana Paula Avelar considera esse evento – da chegada de

²²⁶ CASTANHEDA, Edição de 1924, p.72.

²²⁷ Idem, Edição de 1924, p.72.

²²⁸ REBELO, Luís de Sousa. **Op. cit.**, p.190-191. Essas colunas foram uma prova forjada pelo Henrique Caiado. “A idéia de destino tem origem na própria tradição política portuguesa: das cruzadas (‘dilatando a fé e o império’) às navegações (‘...toda história de Portugal gira em tono dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram – a e são ainda – conseqüências desses grandes

Coelho – a como sendo desconhecido por Castanheda quando elabora a primeira edição, e que fora acrescentado à segunda edição, tornando-a mais completa se comparada à primeira.²²⁹

Uma outra diferença que reforça essa idéia da expansão como predestinada aos portugueses está nos capítulos que descrevem o contato da armada portuguesa com o rei de Calicute. Castanheda, na primeira edição, faz apenas menção a uma carta do rei D. Manuel, que seria endereçada ao rei de Calicute e, na conclusão da qual, ele propunha a este rei “amizade com ele” e que lhe permitisse “ter feitoria em Calicute abastecida de todas as mercadorias que nela pudessem gastar e, a troco delas ou por dinheiro, lhe desse especiarias para lhe carregarem aquelas naus”.²³⁰ Esse é um resumo da carta que a primeira edição traz, na segunda edição, ao contrário, esta é transcrita integralmente, incluindo, além dessas indicações, o destaque para a importância de Deus nesse acontecimento, porque, “ainda que esta coisa seja feita por homens, não se deve julgar se não por obra de Deus, a cujo poder é possível o que os homens não podem fazer.”²³¹ Essa é uma entre muitas outras referências que a carta faz à vontade divina, ou melhor, à predestinação divina como a responsável pela chegada dos portugueses a essas terras.

A idéia de que as mudanças, observadas na comparação entre as duas edições do *Primeiro Livro*, justificam-se pela falta de informação do historiador Fernão Lopes de Castanheda, é corrente entre autores que se dedicaram, mas de forma não muito sistemática, à tarefa de comparar as edições de 1551 e 1554. Para tanto, utilizam uma argumentação que, como tentamos demonstrar, a partir deste confronto minucioso, contempla sobretudo os sentidos gerais. Além do mais, considerações como as encontradas na introdução de Pedro Azevedo à edição de 1924, que propõe ser a primeira edição, “um livro reconhecidamente imaturo” e que teria sido refugado pelo próprio Castanheda na sua busca da verdade da

empreendimentos”, escreve Barradas de Carvalho). NOVAES, Adauto. Experiência e destino. In: NOVAES, Adauto. (org) **A descoberta do homem e do mundo**, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.10.

²²⁹ AVELAR, Ana Paula M. **Op. cit.**, p.99.

²³⁰ CASTANHEDA, Edição de 1551, p.103.

²³¹ Idem, Edição de 1924, p.81.

história – de modo que, Castanheda teria optado, em nome de sua “retidão intelectual” pela “correção e amplidão dos factos de maior relevo”. Azevedo desconsidera, desse modo, qualquer intervenção de “alguma entidade superior que tenha cominado e sugerido a rejeição do trabalho”,²³² não justificando, de forma decisiva, a opção pela reedição, com alterações, do *Livro Primeiro*.

Um outro exemplo de interpretação, proposta por Ana Paula Avelar, toma como ponto de partida a carta que o rei de Calicute decide mandar ao rei de Cochim, que apoiava os portugueses, na esperança de que ele “não consentisse na sua cidade a feitoria do rei de Portugal, nem desse carga a D. Vasco”.²³³ É importante ressaltar que o autor prefere, na segunda edição, dividir o capítulo em dois, deixando, desse modo, um para a transcrição das cartas. Neste capítulo introduzido, são transcritas quatro cartas: a primeira do rei de Calicute ao de Cochim, como já foi dito. A segunda seria a resposta do rei de Cochim para as solicitações de que, por “amor” ao rei de Calicute, não acolhesse os portugueses, nem lhes desse “nenhuma especiaria”.²³⁴ Nessa resposta, o rei de Cochim se recusa a expulsar os portugueses, porque “tal coisa” ele não cometeria “nunca sobre os mouros nem a ninguém, pois se costuma entre” eles “vender” as mercadorias “a quem” as “comprar”.²³⁵ Insatisfeito com a resposta, o rei de Calicute tornou a escrever, rogando que não fossem acolhidos nem recebessem a mercadoria que necessitassem, porque com isso o rei de Cochim ganharia a inimizade dele, não podendo assim apoiá-lo em qualquer mal que recaísse sobre ele. Nesse momento, o capítulo da segunda edição acaba, mas, na primeira, há uma continuação dessa troca de correspondências que diz que o rei de Cochim “riu” dessa última carta e mandou uma resposta dizendo que Deus favorece quem tivesse “justiça” e que acreditava que o rei de Calicute escusasse “morte de gente, e destruição da terra” e que se, todavia, quisesse

²³² CANTO, José. **Op. cit.** p.XIX-XXXIV.

²³³ CASTANHEDA, Edição de 1551, p.135 e Edição de 1924, p.102.

²³⁴ Idem, Edição de 1551, p.139 e Edição de 1924, p.102.

²³⁵ Idem, Edição de 1551, p.139 e Edição de 1924, p.103.

“sustentar sua opinião”, Deus veria, pois saberia que o rei de Cochim não tivera culpa. Com essa resposta, o rei de Calicute “determinou de o destruir”²³⁶ depois da partida do capitão-mor português.

Ao discorrer acerca dessas diferenças, a autora argumenta que a segunda versão seria mais clara que a primeira. Questão, porém, complicada de se avaliar, já que a clareza estaria presente, por exemplo, no momento em que o autor suprime o restante da correspondência entre o rei Cochim e o de Calicute. Para ela, isso se justifica, porque o que está transcrito seria o suficiente para transpor a idéia de que o rei de Cochim era amigo do de Portugal, e que o restante era desnecessário.²³⁷

Na comparação entre a primeira e a segunda edição foi possível perceber distinções que tornam a predestinação divina, no feito expansionista, mais enfatizada, justamente em função das descrições que nela foram acrescentadas e anteriormente descritas, neste capítulo. Essa hipótese foi baseada no também já citado estudo de Rebelo e, ao menos parcialmente, veio a se confirmar. Contudo, essa ênfase não ganha um espaço tão significativo ao ponto de tirar do rei e do povo português as glórias pela conquista. O que a princípio pode parecer contraditório – a oposição entre predestinação divina e a expansão do povo português –, no final das contas mostra-se complementar, no sentido de que a intervenção é descrita de modo que intensifica a idéia de predestinação do povo, ou seja, a ênfase dada ao divino intensifica idéia de que a nação portuguesa estava predestinada às conquistas tão gloriosas que alcançaram.

Mais do que formular uma tese acerca do motivo, ou motivos, que levaram Castanheda a tal medida, a intenção desse estudo foi salientar que o autor, ao preparar uma segunda edição, confere um lugar especial ao papel da predestinação portuguesa para o descobrimento do caminho marítimo para o oriente. Nessa nova elaboração, dois acréscimos

²³⁶ Idem, Edição de 1551, p.140.

²³⁷ AVELAR, Ana Paula M., **Op. cit.**, p.99.

são especialmente expressivos na construção da trajetória dos portugueses como povo a quem a providência tinha reservado o mar²³⁸ como promessa: a carta do rei D. Manuel e os escritos proféticos antigos.

²³⁸ A presença do mar na história portuguesa é um dos tópicos da historiografia portuguesa de vários séculos e é destacada, por exemplo, na obra DIAS, J. S. da S. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Presença, 1982. RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Portugal e o mar: um mundo entrelaçado**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997, p.7.

CAPÍTULO III O peso das partidas na história de Castanheda

As descrições de partidas de naus nos textos quinhentistas

Em 1509, Gil Vicente escreve o *Auto da Índia*, que trata, entre outros temas, da volta de um marido que havia partido há anos para o oriente, deixando a mulher sem esperanças de revê-lo. Apesar disso, o homem volta, e sua esposa surpresa descreve o sofrimento que enfrentou nos dias que se seguiram à partida:

E eu, oh quanto chorei,
Quando a armada foi de cá.
E quando vi desferir
que começaste de partir,
Jesus, eu fiquei finada,
três dias não comi nada,
a alma se me queria saltar.²³⁹

Além de falar do sofrimento daqueles que viam seus parentes partirem nas naus em direção ao desconhecido, Gil Vicente trata, no decorrer do texto, da questão da traição conjugal, que rondava as casas daqueles que viajavam por muitos anos, sem terem a certeza do retorno. A questão das apreensões no momento da partida e dos rituais que o cercam são, a propósito, descritos neste e em diversos textos que falam da expansão marítima portuguesa. Autores como Barros, Diogo do Couto e Camões falam da tristeza daqueles que partiam. Camões, por exemplo, ao se referir à partida de Cabral relata:

Em tão longo caminho e duvidoso
Por perdidos as gentes nos julgavam;
As mulheres c'um choro piedoso,
Os homens com suspiros que arrancavam;
Mães, esposas, irmãs, que o temeroso
Amor mais desconfia, acrescentavam
A desesperação, e frio medo
De já nos não tornar a ver tão cedo.²⁴⁰

²³⁹ VICENTE, Gil. *Auto da Índia*. Disponível em: <<www.nead.unama.br>> p.12.

²⁴⁰ CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Canto quarto. São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre: W. M. Jackson L.N.C., 1949, p.156.

A idéia inicial que direcionaria este texto era a de tratar justamente dos rituais religiosos descritos no texto de Castanheda momentos antes das partidas das naus e visavam auxiliar não só os que embarcavam, ao anunciarem a benção e a colaboração divina, mas também alentavam os que ficavam. Com a intenção de perceber qual o papel que esses rituais cumpriam na narrativa, o capítulo tinha como alvo versar sobre o modo como os historiadores quinhentistas apelaram para a predestinação divina e que função lhes atribuíram na narração e na trajetória expansionista portuguesa. O motivo da escolha tinha sido o destaque que mereceram tais rituais nas duas primeiras descrições de partidas na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*, quais sejam, a de Vasco da Gama, que descobriu o caminho marítimo para a Índia, e a de Pedro Álvares Cabral, que, tendo saído para percorrer o mesmo caminho do seu antecessor, foi parar em terras que viriam a ser, mais adiante, consideradas um “novo mundo”. O desenvolvimento da pesquisa, entretanto, veio mostrar que essa ênfase inicial não se confirmava nas demais narrativas de partidas. Entre as vinte e quatro descrições de partidas presentes na história de Castanheda, somente essas duas, já apontadas, desdobraram esse ritual. As duas narrativas, pois, longe de confirmar um padrão descritivo, podem ser vistas como duas exceções na obra de Castanheda. Assim, se é possível notar um padrão de descrição das partidas, esse modelo não enfatiza os rituais religiosos, ao contrário, trata mais dos objetivos que as armadas deveriam cumprir, dá destaque àqueles que assumiriam as funções de capitães, fala do momento em que as naus partem, e acima de tudo, aponta as dificuldades que as armadas enfrentaram durante a viagem. Diante disso, uma questão tornou-se incontornável: porque esses rituais de solicitação do auxílio divino para aqueles que partiam só ganham ênfase nas duas primeiras partidas? Antes de tocar mais detidamente neste aspecto, importa refletir um pouco sobre a tendência predominante das partidas por Castanheda.

As partidas que se direcionam de Portugal para o Oriente, de algum modo, ganham na narrativa relativa importância e são descritas seguindo um modelo que está presente em todos os livros da *História do Descobrimento*.... Cumprem, pois, essas narrativas sobre o momento pré-viagem um papel na história quinhentista que merece ser examinado. Além dessas partidas, outras são também narradas, como as de naus que se destinam a retornar do oriente para Portugal e as dos portugueses que se movimentam de uma região a outra, ainda no oriente. Todavia, entre esses três tipos de descrições, ganham mais destaque as que falam das naus que saem de Portugal, pois o autor se dedica, na maioria das descrições sobre elas, a tratar não só dos preparativos diversos que as envolveram – desde a organização da viagem, até os momentos imediatos da partida em si –, mas também dos objetivos a serem executados pelas armadas. A observação desses objetivos, como se pretende desdobrar, possibilita perceber quais as medidas adotadas pela Coroa portuguesa no oriente.

A história de Castanheda descreve, em vinte e quatro momentos, as partidas de naus para o oriente, que aconteceram entre 1497 a 1541. Em alguns casos, parte somente uma armada e, em outros, a narrativa se refere a várias partidas. Apesar das diversas especificidades que cada descrição apresenta, se comparadas umas às outras, é possível apontar para um padrão de descrição que se resume aos seguintes pontos: quem era o capitão-mor da armada, que eram os outros capitães que o acompanharam, qual a data da partida, quais as condições de partida, quais os objetivos a serem cumpridos, e finalizar com comentários acerca da viagem, em especial tratando das dificuldades que as naus enfrentaram, como foi adiantado anteriormente.

Vale, aqui, examinar que função pode ter cumprido este padrão, bem como, em contrapartida, tentar perceber o possível porquê da quebra do padrão das outras duas narrativas, para, desse modo, notar que lugar essas partidas vão ocupar na história contada por Castanheda. É fundamental adiantar, de saída, que, apesar das distinções entre essas duas

partidas e as outras vinte e duas, há aproximações entre elas, especialmente nos aspectos relativos ao objetivo a ser cumprido pela armada no oriente, aos capitães escolhidos e às partidas. Optou-se por separar a análise das duas, que não seguem o padrão predominante no texto de Castanheda, com base na hipótese de que ambas se amparam também em um padrão de descrição de partidas que é encontrado em outros textos quinhentistas, mas que não ganhou tanta força na história de Castanheda. O capítulo tratará, dessa forma, primeiro das características fundamentais do padrão das vinte e duas partidas e depois das questões que envolvem a preparação e partida da armada comandada por Vasco da Gama e da comandada por Pedro Álvares Cabral.

Os objetivos das partidas

Um dos pontos em comum de todas as narrativas da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* que falam das partidas para o oriente é que nelas o objetivo de cada viagem, ou seja, a missão a ser cumprida pelos capitães das armadas encontra-se descrita. O historiador preocupou-se em justificar a necessidade de cada um dos embarques referindo qual a importância que cada missão cumpriria no projeto de expansão. Os objetivos variam entre comerciais, militares e evangelizadores; e em muitos casos, as armadas acumulam mais de uma destas funções. Em outras palavras, o rei envia as armadas de acordo com o que ele julga necessário, e os objetivos a serem cumpridos pelos capitães alternam entre auxiliar, nos combates, os portugueses estabelecidos na Índia, levar os ensinamentos cristãos a estes povos ou ainda partir em busca de mercadorias.²⁴¹ Várias armadas cumpriam essa tripla função: levavam militares para lutarem, religiosos para evangelizarem e tinham que voltar com pelo menos parte das naus carregadas de mercadorias.

²⁴¹ A expansão iniciada pelo Infante D. Henrique não foi motivada por uma política mercantil. Essa idéia de expansão com a dupla função – evangelizadora e comercial – ganha força nos escritos quinhentistas. GODINHO, Vitorino Magalhães. **A expansão quatrocentista portuguesa**, Lisboa: Contemporânea, 1944, p.11. No caso da história de Castanheda, a idéia de comércio é mais destacada que a de divulgação da fé cristã.

O levantamento desses objetivos das armadas descritos por Castanheda abre espaço para notar o modo como ele observa e descreve a política de expansão adotada pela Coroa nos primeiros cinqüenta anos do século XVI.

Das vinte e quatro descrições de partidas saídas de Portugal, somente em duas os objetivos que as armadas deveriam cumprir não foram explicitados. Todas as outras foram descritas de forma a salientar o objetivo a ser atingido no oriente. A primeira viagem que chegou às Índias tinha a função de descobrir a viabilidade de um caminho pelo mar que chegasse às terras orientais. Como o alvo da armada foi narrado nos capítulos anteriores àquele em que trata da partida de Vasco da Gama, no momento em que o texto descreve esta partida, o narrador não retoma a descrição da função que a armada deveria cumprir.

Na narrativa de Castanheda, o descobrimento – como dito nos capítulos um e dois da dissertação – foi concebido como dádiva divina ao rei e ao povo português, por isso o autor, quando justifica o envio da segunda nau, esta comandada por Pedro Álvares Cabral, ressalta “a muito grande mercê que (...) Nosso Senhor fizera [ao rei D. Manuel] em descobrir a Índia”. E este rei, satisfeito com os resultados obtidos pela armada, “determinou logo de mandar lá [para a Índia] um fidalgo com uma grossa armada para que assentasse amizade com o Rei de Calicute”, cumprindo, assim, o que lhe estava predestinado.

A função dessa armada era estabelecer uma feitoria que “carregasse de especiaria” as naus que a compunham. Além disso, o rei “determinou de mandar que lá pregasse [Cabral] a lei evangélica, assim para reformação dos Cristãos que lá houvesse, como para trazerem em conhecimento dela os gentios”.²⁴² De modo que, para além das questões comerciais, o texto se preocupa em enfatizar o caráter de cruzada²⁴³ da expansão. Essas duas primeiras partidas

²⁴² Idem, livro I, 2ª partida.

²⁴³ Acerca da concepção de cruzada nos escritos acerca da expansão desde o século XV ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia Portuguesa**. Doutrina e Crítica, v.I. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p.83-84; DIAS, J. S. da S. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Presença, 1982, p.50; ALBUQUERQUE, Luis de. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Alfa, 1983, p. 27-44; e LEITE, Duarte. **História dos descobrimentos**, Lisboa: Cosmos, 1958, p.79-96.

foram descritas de forma mais detalhada e receberão atenção especial no decorrer deste capítulo.

Na terceira armada enviada pela Coroa às Índias, e não só nela, mas também na sexta, na sétima, na oitava e em outras descrições, o texto ressalta como objetivo primeiro das armadas a construção de fortalezas, o que se justifica tendo em vista que essas fortalezas serviriam, neste momento de consolidação das relações comerciais com o oriente, de “base militar e entreposto comercial”.²⁴⁴ O objetivo geral do rei era, com essas fortalezas, organizar a presença portuguesa por meio da constituição de uma estrutura que possibilitasse o combate aos reis orientais que se negassem a fazer negócios com os portugueses.

Além disso, a busca do estreito do Mar Vermelho foi um tema recorrente nas descrições da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, isso porque Castanheda ressalta, a todo momento, que os mulçumanos – ainda designados como mouros²⁴⁵ – atrapalharam as relações dos portugueses com o rei de Calicute, e que para efetivar as trocas comerciais era necessário impedir, por meio do domínio do estreito de Bad-el-Mandeb, a circulação dos mouros. Essa idéia foi muito destacada no texto e aparece pelo menos como objetivo a ser cumprido por três armadas diferentes.

A missão militar foi também um dos objetivos das armadas portuguesas enviadas para o oriente, já que a guerra contra Calicute iniciou-se, segundo a narrativa, ainda no princípio da expansão. Mais do que isso, a guerra é um ponto fundamental do texto de Castanheda e que ganha um destaque muito grande não só quando os objetivos das armadas são descritos, mas no decorrer de todo o texto, dado que foi um recurso inevitável usado pelos portugueses para ganharem seu espaço no oriente.²⁴⁶ Apesar disso, é importante sublinhar que, na narrativa,

²⁴⁴ BOXER, C. R. **O império marítimo português**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.59-60. [1.ed. 1969].

²⁴⁵ Designação comumente utilizada na Idade Média. ALBUQUERQUE, Luís de (org.). **O confronto do olhar**. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas. Lisboa: Caminho, 1991.

²⁴⁶ Sobre o imaginário guerreiro medieval ver: MIRANDA, José Carlos. A dimensão da cultura da nobreza em Portugal no século XIII. **Revista da faculdade de letras**, Porto, v.CV, II série, t.II, 1998. p.1551-1565. Nos

com exceção da primeira edição do *Livro primeiro*, a intenção fundamental anunciada não é guerrear, mais sim estabelecer relações amistosas com o oriente, desde que os reis orientais estabelecessem as desejadas relações comerciais, prejudicadas pela influência dos mouros na região.²⁴⁷

Embora acentue, além das questões comerciais, a idéia de cristianização desses novos povos, as alusões à evangelização aparecem apenas na primeira e na segunda narrativas de partida e voltam a ser retomadas somente na sétima como objetivo de uma armada. Desse modo, pode-se dizer que a questão comercial e militar ganha muito mais destaque dentro dessas descrições e os outros objetivos tratados andam quase sempre relacionados com a intenção comercial. É esse o caso da narrativa que aponta como meta do rei tolher o contato dos Cafres com os mouros para que se tornassem “mais asinha à (...) santa fé católica”, e que também com isso tirassem os portugueses “maior proveito de Çofala.”²⁴⁸ De qualquer modo, os portugueses acabavam por fazer comércio com os pagãos, e essas relações comerciais acabam por substituir a idéia de ecumenismo na empresa.²⁴⁹

Assim, há na *História do descobrimento e conquista da Índia* um padrão de descrição que enfatiza que os objetivos das armadas vão girar em torno: da idéia de construção de fortalezas que serviriam tanto como suporte para os combates quanto de base para carregar mercadorias, do envio de um novo vice-rei, de mantimentos, armas e contingente militar. Questões que envolvessem a pregação da fé cristã no oriente não são mais levantadas nas outras descrições, ou seja, vão se restringir às já tratadas primeira, segunda e também nona narrativa de partida.

escritos medievais, em especial nas crônicas portuguesas, a guerra foi eleita como matéria principal que compunha as narrativas. AMADO, Teresa. (coord) **A guerra até 1450**. Lisboa: Quimera, 1994.

²⁴⁷ Sobre as questões comerciais na expansão ver: DÓRIA, A. Álvaro. Repercussões européias dos descobrimentos portugueses. **Bracara Augusta**, v.XXX, t.II, n.70,jul.-dez., 1976, p.676-678.

²⁴⁸ Idem, livro II, p.307-308.

²⁴⁹ BAIÃO, Antônio. **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa: Ática, 1937, p.327.

A narração das partidas e a explicitação de seus objetivos regem uma quantidade considerável de capítulos. O destaque que se dá ao objetivo a ser executado é grande e, em geral, os capítulos que tocam neste aspecto se relacionam, pois entre uma descrição e outra há referências às antecedentes. Portanto, os objetivos se relacionam na medida em que as naus são geralmente enviadas para completarem missões iniciadas pelas anteriores, mas que não foram inteiramente efetivadas. Além disso, a observação das descrições dão a idéia exata do andamento da política de conquista militar adotada pela Coroa portuguesa, que, como já foi adiantado, prioriza as medidas favoráveis às relações comerciais.

Conquanto o ideal de pregação apareça em toda a história de Castanheda como parte das intenções da Coroa, o princípio da pregação da fé cristã a esses povos pagãos é mais referenciado no *Livro primeiro* do texto. É no início de sua história que a necessidade de legitimar não só a expansão, mas igualmente a opção pela guerra, é mais forte. Além disso, a própria idéia de predestinação dos portugueses à expansão corrobora e reforça as opções da Coroa pela guerra. A descrição das duas partidas de Gama e Cabral, em que, como já foi dito, a presença dos rituais religiosos é muito forte, avigora no *Livro primeiro* a questão a intervenção divina, que utilizaria os portugueses como instrumentos de um projeto maior: o de salvar esses povos pagãos. Já no decorrer da narrativa, em que discussões acerca dos motivos que levaram os portugueses à expansão não cabem mais, a ênfase é dada mais às questões ligadas às conquistas comerciais; o que pode ser observado nas missões que são destinadas às naus que partiam para o oriente.

A escolha da frota

A organização das partidas das armadas passa também pela escolha e recrutamento daqueles que embarcariam para ocupar diversos cargos. A qualificação para tanto variava de

acordo com as necessidades de cada função.²⁵⁰ Nas narrativas da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, os únicos cargos que ganham destaque, sendo qualificados em todas as partidas, são os de capitão-mor e capitão, homens que teriam nas embarcações o poder que em terra estava reservado ao rei. Logo, é comum encontrar designações como a que diz que foi escolhido como “capitão-mor um fidalgo chamado Afonso D’Albuquerque, que depois governou a Índia,” ou ainda dizeres como este:

tendo escolhido para este ofício um fidalgo chamado Tristão da Cunha que cegou neste comenos, escolheu outro chamado D. Francisco Dalmeida, filho do primeiro conde Dabranes, que tinha feito assaz experiência da sua pessoa em feitos de esforçado cavaleiro assim na conquista do reino de Granada, como em outras partes em que se tinha achado.²⁵¹

A escolha do homem que assumiria o cargo mais importante, ou melhor, de maior poder e melhores recompensas, estava diretamente relacionada com o prestígio da linhagem à qual o pretendente pertencia, como mostra Oliveira Marques.²⁵² Assim, a necessidade de qualificar aquele que assumiria o cargo de capitão-mor da armada e que aparece em todas as descrições mostra-se justificada. Em outras palavras, a escolha daquele que assumiria o cargo de capitão não acontece por critérios técnicos, ou seja, o capitão não é escolhido em função dos conhecimentos e experiência náutica que possui para cumprir tal função – com algumas exceções, como foi o caso de Bartolomeu Dias.²⁵³ Na verdade, a escolha, baseada em regras estabelecidas já no século XV, estava mais relacionada à capacidade de comandar, em outras palavras, a qualidade essencial de um bom capitão era a de mando, o que somente uma boa descendência podia garantir. Assim, os capitães, em especial os enviados em armadas oficiais, eram escolhidos de acordo com a linhagem à qual pertenciam, e a qualidade essencial que

²⁵⁰ MATTOS, José (dir) **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, s/d, p.106.

²⁵¹ CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.117, 209-210.

²⁵² MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel. **A expansão quatrocentista**, Lisboa: Estampa, 1998, v.II, p.201-203.

²⁵³ PIMENTA, José de Melo. **De Sagres à Índia portuguesa**. São Paulo: Biblos, 1960, p 49-52.

deveriam apresentar era a de bom líder, que conseguisse impor respeito aos seus subordinados.²⁵⁴

Um bom exemplo encontra-se na narração da escolha de D. Duarte de Meneses como capitão, devida aos “muitos anos que tinha dado [o rei] assaz de testemunho de seu esforço e valentia contra os mouros em muitas batalhas que vencera (...), e por esta experiência que havia D. Duarte”. O autor não se contentou em tratar da questão da experiência, isso porque, como já foi dito, a capacidade para cumprir cargos como estes de capitão-mor e de vice-rei estava diretamente ligada à questão da linhagem, e Meneses se enquadrava bem no perfil “por ser filho do conde de Tarouca: prior do Crato e alferez mor do Rei”.²⁵⁵

Essa função, mais do que conferir poder de decisão em relação aos comandos náuticos adotados, era um cargo que trazia honra àquele que o possuía. Um grande número destes capitães era de fidalgos que partiam para assumir a capitania de alguma fortaleza e faziam uma única vez essa viagem – o que pôde ser verificado em um levantamento das naus enviadas pela Coroa portuguesa nos séculos XVI e XVII e mostrou que a média de viagem por capitão gira em torno de uma viagem e meia.²⁵⁶ Muitos ambicionavam a função e era o rei o responsável por “enjeitar muitos fidalgos de sua corte que lhe pediam o cargo”.²⁵⁷ O capitão era, como foi adiantado, a figura que representava o rei no navio, de modo que tinha poder total sobre os embarcados. Abaixo dele, pela hierarquia, estava o piloto que tomava as decisões relativas à navegação. Apesar da importância do cargo, os pilotos são citados

²⁵⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. ; SERRÃO, Joel. **A expansão quatrocentista**, v. II Lisboa: Estampa, 1998, p.171.

²⁵⁵ Idem, p.115.

²⁵⁶ Nas viagens financiadas por particulares essa situação era bem diferente. Os critérios de escolha se baseavam no conhecimento técnico e experiência que esses capitães possuíam, de modo que, a maior parte dos selecionados eram mercadores sem origem nobre PAULO, Eulália; GUINOTE, Paulo. A caminho do oriente: preparação e cotidiano da gente nas naus da Índia. **Actas do VIII Colóquio de História Militar – Preparação e Formação Militar em Portugal**. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1997, p.59-110. Disponível em: <<<http://nautarch.tamu.edu/shiplab/01guifruilopes/Pguinote-milit97.htm>>>. Acessado dia 28/10/2006.

²⁵⁷ CASTANHEDA, Op. cit., p.210.

genericamente como homens do mar e só ganham destaque na narrativa em questão por suas falhas e não por seus acertos.

No texto de Castanheda, há somente duas narrativas que chegam a falar do piloto, mas sem ao menos citar seus nomes. A primeira refere um que cometeu uma falha “antes de chegar às ilhas das Canárias”. Conta o historiador que “se foi a nau de João de Freitas ao fundo, porque abriu da popa até a proa de duas pancadas que lhe deu a nau de Simão da Cunha, e isto por culpa do piloto da nau de João de Freitas”. O texto, deste modo, segue um modelo de escrita comum no período, tratando daqueles cargos que estariam abaixo do de capitão apenas quando o fato que o envolve é extraordinário. O outro piloto foi culpado pela perda de direção da nau que “foi ter à ilha de São Tomé e daqui aquém do Cabo de Boa Esperança.”²⁵⁸

Este cargo fundamental – o de piloto –, ao contrário do de capitão, exigia um grande conhecimento técnico, e por isso recebia da Coroa uma atenção especial na escolha. De modo que, apesar da falta de preocupação das narrativas em tratar daqueles que o cumpriam, a Coroa se preocupava em instruir os que pretendiam ocupar essa função com informações a respeito de cosmografia, cartografia, entre outras.²⁵⁹ Em função desta necessidade de qualificação, o número de pilotos disponível era pequeno e aquele que se dispunha a isso passava a maior parte da vida em viagens.²⁶⁰

Em seguida, tendo em conta a hierarquia, estavam os cargos de sota-piloto e o de mestre, que comandavam todos aqueles que trabalhavam no navio. O contra-mestre era o

²⁵⁸ CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.608 e 134.

²⁵⁹ “As tarefas mais importantes dos pilotos eram: o cálculo da latitude pela observação dos astros (a chamada náutica astronômica, que os portugueses criaram no decorrer do século XV, quando lhes passou a ser imperioso poder determinar a posição de um navio no alto mar), recorrendo a instrumentos como o astrolábio náutico, também ele uma criação dos navegadores portugueses; cálculo da longitude que se fazia por estimativa, o que requeria uma grande experiência de mar, bom conhecimento do navio e das condições concretas em que navegava a cada momento; a marcação do ponto e o acompanhamento da progressão sobre a rota prevista nas cartas de marear; e, por fim, o piloto deveria ainda anotar tudo o que de relevante se passava no diário da navegação...” Para essa função contava com o auxílio do sota- piloto. DOMINGUES, Francisco. Contente. **A carreira da Índia**, disponível em: <<<http://pwp.netcabo.pt/fcdomingues/apoio/CIndia.pdf>>>, p.20.

²⁶⁰ PAULO, Eulália; GUINOTE, Paulo. **Op. cit.**

responsável pelas cargas do navio e os grumetes eram as gentes que cumpriam os serviços mais pesados na viagem. Encontravam-se hierarquicamente abaixo dos marinheiros e eram forçados, até por meio da força física, a cumprirem o que era determinado pelo guardião.

Além desses, havia também outros cargos, como de condestável, de escrivão do navio, de cirurgião, de carpinteiro, de tanoeiro, entre outros.²⁶¹ Todos eles recebiam remunerações que variavam de acordo com cada função e de acordo com o itinerário de cada armada.²⁶² Castanheda tratou da questão dos trabalhos que os vassalos prestavam ao reino e da necessidade de recompensá-los, porque, se a Coroa não favorecesse “com honras e mercês as boas coisas que seus vassalos fazem, assim nas armas como nas letras, como em qualquer outro gênero de ofícios virtuosos com que a república é ilustrada”, não haveria nenhuma pessoa que se desse a eles, nem os seguisse.²⁶³

A única referência que há nas partidas sobre pagamentos é o que foi oferecido ao doutor Pero Nunes, que assumiu o cargo de vedor da fazenda da Índia, pelo qual “ofício levava mil cruzados de ordenado cada ano” e poderia mandar “cada ano da Índia cem quintais de pimenta comprados pelo seu dinheiro, e assim cem quintais de cobre que compraria ao rei pelo preço que lhe custavam na casa da Índia. Deveria mandar também “cada ano a Portugal três caixas forras e dois escravos e levava vinte homens pagos à custa do rei para o acompanharem.”²⁶⁴ No século XV, o responsável pelos pagamentos e por outras questões relacionadas à organização da armada era o escrivão da frota real. Essa função foi depois assumida pela Casa de Ceuta, e passada às que a sucederam: a Casa de Guiné, depois a Casa da Mina, denominada mais tarde de Casa da Índia, que era responsável por todas a

²⁶¹ Para mais sobre as gentes que embarcavam para o oriente ver: ALBUQUERQUE, Luís de. Um exemplo de “cartas de serviços” da Índia, **Boletim da biblioteca da universidade de Coimbra**, v.XXXIV, Coimbra 1978, p.1-12 e MATTOS, José (dir) **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, s/d, p.106.

²⁶² FONSECA, Luis Adão da. **De Vasco a Cabral**. Bauru: Edusc, 2001, p.105-111 [1.ed. 1997].

²⁶³ CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.371.

²⁶⁴ Idem, p.29.

providências burocráticas que envolviam a organização e partida das armadas para o oriente.²⁶⁵

Cargos como os de mestres, contra-mestres, carpinteiros, calafates, tanoeiros, entre outros, eram ocupados por homens treinados na profissão, e que podiam ser voluntários nas viagens, mas tendo em vista a falta de mão de obra treinada, acontecia também de serem obrigados a embarcar, em especial os que ocupavam funções essenciais. Entre estas funções estavam também as já citadas, de marinheiro e grumetes, que, apesar de serem menos valorizadas, eram fundamentais para as viagens e demandavam conhecimentos básicos. Embarcavam, além desses, homens para cumprirem serviços militares – atendendo as necessidades no oriente. Esta função era, dentre todas as outras, a que menos exigia preparação e poderia ser ocupada tanto por voluntários como por convocados, tendo como únicas exigências a condição física e a faixa etária mínima.²⁶⁶ Em geral, esses voluntários ocupavam um lugar marginalizado na sociedade e viam na viagem a possibilidade de enriquecimento e de ganhar algum *status*.²⁶⁷

O número de pessoas que foram recrutadas para as viagens ultramarinas portuguesas foi muito grande e promoveu mudanças significativas na estrutura demográfica de Portugal, em especial entre os homens com conhecimentos marítimos ou militares e de faixa etária ativa. Estes recrutamentos constantes costumavam ser difíceis, sobretudo quando os cargos que estavam em questão eram os que exigiam uma mão de obra mais qualificada.²⁶⁸ Uma das passagens da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* trata do tema,

²⁶⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel. **A expansão quatrocentista**, Lisboa: Estampa, 1998, v. II, p.171. Ainda sobre as recompensas dadas aos que embarcavam ver p. 203-204 e ALBUQUERQUE, Luís de. Um exemplo de “cartas de serviços” da Índia. **Boletim da biblioteca da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v.XXXIV, 1978, p.1-12.

²⁶⁶ PAULO, Eulália; GUINOTE, Paulo. **Op. cit.**

²⁶⁷ Ainda sobre a hierarquia nas naus ver: MARQUES, A. H. de Oliveira. ; SERRÃO, Joel. **A expansão quatrocentista**. Lisboa: Estampa, 1998, v.II, p.201-203; DOMINGUES, Francisco. Contento. Navios e marinheiros. In: ARAÚJO, Carlos. **Lisboa e os descobrimentos**. Lisboa: Terramar, 1992, p.58-59 e DOMINGUES, Francisco. Contento. **A carreira da Índia**. disponível em: <<<http://pwp.netcabo.pt/fcdomingues/apoio/CIndia.pdf>>>, p.20-22.

²⁶⁸ FONSECA, Luis Adão da. **Op. cit.** p.105-111. Para mais ver MATTOS, José (dir) **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, s/d, p.106, 211-212 e 236.

ao referir que “embaraçavam-se os marinheiros por não serem ainda versados naqueles vocábulos”, isto é, os que estavam na caravela comandada por João Homem, não sabiam como proceder, de forma que, “quando haviam de governar a bombordo, que é da mão direita, governavam a estibordo, que é a esquerda.” De forma que, continuava Castanheda, “disse ao piloto que se falasse aos marinheiros por vocábulos que eles sabiam”, ou seja, a solução foi amarrar réstias de alho de um lado e de cebolas de outro, de forma que, “quando quisessem que governassem a estibordo, que dissesse alhos, e quando a bombordo, cebolas”. Tendo assim, usado o piloto aqueles vocábulos “não se embaraçaram mais os marinheiros e governaram direito.”²⁶⁹ Como se pode notar, o próprio historiador não estava tão familiarizado com a terminologia de navegação, já que desliza na definição do que é bombordo e estibordo.

Além dos cargos já citados, há ainda referência ao embarque de mulheres e missionários. A princípio, não era comum o embarque de mulheres e crianças, chegando até a ser proibido por alguns capitães, mas essa prática começou a tornar-se mais comum quando os embarcados com cargos elevados foram autorizados a levar na viagem suas mulheres e filhos. Ainda assim, em um navio em que embarcavam mais ou menos oitocentos homens, era comum encontrar, no máximo, entre dez e quinze mulheres, ou às vezes, nenhuma.²⁷⁰ O texto narra somente um episódio que diz ser “piedosa coisa de ver um homem casado que levava sua mulher e três filhas moças, que se vendo sem esperança de salvação abraçaram-se todos os cinco: e dando gritos que chegavam ao céu se foram com a nau ao fundo”. O texto termina justificando que não foram socorridos, porque as naus que os acompanhavam só compreenderam o que estava ocorrendo quando viram a nau “meter-se debaixo da água” sem

²⁶⁹ CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.211.

²⁷⁰ BOXER, C. R. **Op. cit.**, p.68.

que até ali tivessem podido saber nada do que se passava, “por irem a uma légua dela ou pouco menos...”.²⁷¹

Um outro grupo que costumava embarcar nos navios, esses sim por escolha própria, eram os religiosos que partiam com a intenção de evangelizar os povos pagãos, e geralmente não retornavam a Portugal. Esses primeiros missionários, que antecederam a presença dos jesuítas em Goa – a partir de 1542 – eram poucos e não se preocupavam em aprender as línguas locais e nem as crenças daqueles que pretendiam evangelizar, assim dependiam de intérpretes pouco familiarizados com questões teológicas. Além disso, eles, na sua maioria, pareciam mais interessados em enriquecer do que converter, de modo que o trabalho não era muito eficiente e o grupo que se converteu era composto, de modo geral, por asiáticas que se relacionavam com portugueses, por escravos e por pobres.²⁷² Castanheda discorre somente sobre um caso de embarque de religiosos, na narrativa da partida de Pedro Álvares Cabral. Não trata, contudo, especificamente das diversas funções a serem cumpridas pelos religiosos, nem tampouco do lugar que ocuparam na hierarquia da embarcação.²⁷³

É importante destacar que, além dos capitães, há também um outro grupo de embarcados que é relativamente bem citado nas descrições: as gentes de guerra. Esse contingente não está tão enfatizado a ponto de ter os nomes daqueles que o compõem explicitados, mas a presença dessas gentes, como grupo, é grande. Não são poucas as narrativas que usam expressões como: “boa gente de peleja e bem armada”, “frota bem fornecida de artilharia”, ou ainda, “homens de armas” entre os quais estão incluídos “muitos fidalgos e criados do rei” ou, como diz Castanheda “a mais luzida gente que até aquele tempo fora à Índia.”²⁷⁴ A necessidade de embarcar contingentes militares foi característica dos

²⁷¹ CASTANHEDA, **Op. cit.**

²⁷² BOXER, C. R. **Op. cit.**, p.80-81

²⁷³ Sobre a vida à bordo das naus ver: MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos** – Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI). São Paulo: Scritta, 1994.

²⁷⁴ CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.193, 943 e 608.

primórdios da expansão. O objetivo era, além de auxiliar nos combates, patrulhar a circulação comercial das mercadorias e ocupar as fortalezas portuguesas.²⁷⁵

Dessa forma, é possível perceber que, no padrão da descrição da partida, há em comum, além das questões referentes aos objetivos do envio das armadas, o fato de as narrativas enaltecerem a figura do capitão das naus e de darem mais ênfase ao contingente que embarcava do que aos mareantes, responsáveis pelas funções que possibilitavam a viagem. Essa é uma característica não só da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, mas também de outros textos que tratam da expansão marítima portuguesa, a de dar mais ênfase ao contingente militar que aos nomes e aos perfis das gentes do mar.²⁷⁶ Assim, “muitos fidalgos e cavaleiros seus criados” cumpriam a função de capitães, com armadas fornecidas de “muita e boa gente, armas e mantimentos”.²⁷⁷ Para a história quinhentista, portanto, parece ter sido mais importante o contingente que os méritos individuais de cada um dos homens de armas. O que reforça a idéia, já tratada quando falou-se dos objetivos das armadas, de que a questão militar é a que mais ganha destaque no texto de Castanheda.

O momento da partida

A descrição do momento exato das partidas, nas narrativas que não entram em pormenores relacionados a rituais religiosos, tende a enaltecer os acontecimentos infaustos que envolveram a saída e os primeiros momentos da navegação das armadas. Assim, as partidas em que não há grandes dificuldades não ganham muitos pormenores, constando nos relatos apenas dados relativos à data da partida, quantidade de naus e destino, como, por exemplo, aquele que conta que, no “ano de mil quinhentos e nove partiu de Lisboa para a

²⁷⁵ PAULO, Eulália; GUINOTE, Paulo. **Op. cit.**

²⁷⁶ FONSECA, Luis Adão da. **Op. cit.**, p.111.

²⁷⁷ CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.209-210

Índia uma armada de quinze naus a vinte de Março (...), que foram ter em Cananor em Outubro, sem acontecer na viagem coisa que seja de contar”, ou ainda a que descreve a partida de uma armada que saiu “sem lhe acontecer coisa que seja para contar”, chegando à “costa da Índia em Agosto”.²⁷⁸

Já nas partidas em que acontecem fatos preocupantes e imprevistos, há um maior cuidado, ou seja, a narrativa se dá de modo mais detalhado, como é o caso da partida da nau que levava o governador D. Francisco de Almeida que, estando “para partir, foi o rei a sua nau para o ver sair, cuidando que fosse naquele dia sua partida”. O tempo contrário, no entanto, adiou a data em que ganhou o mar. Esses atrasos eram muito comuns e acarretavam problemas como o enfrentado por Pero Danaia que viu perder-se a sua nau neste tempo de espera para zarpar, e por isso cancelou sua ida, “por se não poder logo fazer prestes outra nau em que fosse.” A narrativa segue apontando que “abonançando o tempo, o governador se partiu de Belém a vinte e cinco de Março de mil e quinhentos e cinco, e o rei foi por mar vê-lo partir, e esteve de ver deferir a frota que se desamarrou com grandes gritas e estrondo de toda sua artilharia e assim da torre.”²⁷⁹

A ênfase nos desastres que envolviam as viagens para o oriente acontece não só no texto de Castanheda. Também João de Barros se preocupa em narrar as dificuldades que cercavam as viagens, chegando ao ponto de dizer que determinada partida, como o caso da mesma comandada por Pero Danaia, convinha ser destacada em razão das dificuldades que enfrentaram os capitães que compunham a armada.²⁸⁰ O próprio surgimento de um gênero de textos específico, *Histórias trágico-marítimas*, que falam quase exclusivamente dos naufrágios sofridos nas viagens, principalmente das que se dirigiam do oriente para Portugal,

²⁷⁸ Idem, p.481-482 e 115.

²⁷⁹ Idem, p.209-210.

²⁸⁰ BARROS, João de. *Ásia... Op. cit.*, p.367-368.

é um sinal da importância que se dava a esses tipos de acontecimentos, dos quais se ocuparam não apenas os historiadores, mas todos aqueles que registraram as viagens expansionistas.²⁸¹

Nessas relações de naufrágio, o momento exato da partida também envolve acontecimentos imprevistos, mas estes atrasos e problemas descritos são uma espécie de preparação que leva a imaginar que algo trágico ocorrerá, ou melhor, que preparam o leitor para um acidente. O atraso da partida é por vezes considerado, nas histórias de naufrágio, como um aviso de que a viagem não terminará, porém, não é o atraso o culpado do acidente, ele é apenas mais um elemento, entre outros que explicam o desastre. O estado de deterioração dos navios é também um elemento que leva ao acidente.²⁸² Estas partidas são, em sua maioria, como foi mencionado, de volta – sentido oriente / Portugal –, e os naufrágios acontecem em geral em função da má distribuição ou sobrecarga de mercadorias nas naus.²⁸³ Nesses relatos da História trágico-marítima, entretanto, não é possível notar um espaço dedicado à descrição das partidas, elas surgem, ao contrário, em locais variados e não ganham destaque, pois o foco eram os naufrágios.²⁸⁴

Não obstante a pouca informação que se tem da circulação dessas histórias de naufrágios, quando ainda eram manuscritos, sabe-se que foram publicadas separadamente, no século XVI.²⁸⁵ No caso do famoso naufrágio de Sepúlveda, o primeiro, desse tipo de texto que ganhou edição, não se tem notícia ao certo do ano de sua publicação, mas foi entre 1551 e 1555, período em que se concentrou grande parte da publicação da obra de Castanheda. Outros tantos relatos também tiveram sua versão publicada ainda no século XVI. O objetivo dessas relações era, além de emocionar o leitor ou, por meio desse apelo, alertá-los para a

²⁸¹ BRITO, Bernardo Gomes de. História trágico-marítima. 2.v, 1956. Disponível em: <<<http://purl.pt/191>>>.

²⁸² LANCIANI, Giulia. **Sucessos e naufrágio das naus portuguesas**. Lisboa: Caminho, 1997. p.91.

²⁸³ MONIZ, Antônio Manuel de Andrade. **Op. cit.**, p.145.

²⁸⁴ Idem, p.143.

²⁸⁵ A oficina de Antônio Álvares publicou vários desses relatos de forma dispersa e obteve “bons proveitos”. O primeiro a reunir em uma publicação quase todos os relatos conhecidos foi Gomes de Brito em 1735 e 1736. LAPA, Rodrigues. **Quadros da história trágico-marítima**. Lisboa: Santelmo, 1963, p.9.

melhor forma de agir, caso viessem a sofrer um acidente marítimo, principalmente adverti-los sobre como evitar naufrágios quase sempre provocados por causas recorrentes.²⁸⁶

A melhor data da partida sempre foi problema, pois apesar das indicações dos pilotos, as armadas sempre saíam com atraso. Os pilotos mais experientes diziam que o melhor dia para zarpar de Portugal era o último de fevereiro e que primeiro de março já era tarde. Como, porém, as partidas aconteciam em geral com atraso, as complicações durante a viagem eram freqüentes e comuns e, não bastasse isso, as armadas enfrentavam uma outra dificuldade: roteiros recheados de falhas.²⁸⁷ Um desses freqüentes atrasos é contado por Castanheda, que diz que, por ter saído “de Lisboa, a vinte e dois dias de abril”, o capitão de uma armada foi obrigado, “na paragem do Cabo Verde”, a “ajuntar os capitães, mestres e pilotos” que o acompanhavam e, em discurso comovido, trazer-lhes à “memória o quão tarde partiram de Portugal: e por isso tinham necessidade de terem grande diligência e não fazerem os desmandos que se até ali fizeram”, para que assim não tivessem mais dificuldades durante a viagem.²⁸⁸

No que diz respeito a outras pendências a serem resolvidas na organização e no embarque das armadas, merece destaque a falta de homens, mesmo desqualificados, que estivessem dispostos a embarcar. Merece também menção a pequena quantidade de barcos disponíveis para a empresa. A frota portuguesa contava com mais ou menos trezentas naus com requisitos suficientes para esta viagem, assim, a conquista do império pretendido tornava-se muito difícil, porque, apesar de ser este um número importante, tendo em conta a extensão do reino, trezentas naus não davam conta das diversas atividades que envolviam esta conquista.²⁸⁹ No que se refere ao número de armadas enviadas para o oriente, não há um consenso, mas Vitorino Magalhães Godinho – um nome de referência nessa área – adianta

²⁸⁶ Idem, p.XVI.

²⁸⁷ Sobre os roteiros, etapas da viagem e dificuldades mais recorrentes ver: DOMINGUES, Francisco. **Op. cit.**, p.7-8.

²⁸⁸ CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.193.

²⁸⁹ BOXER, C. R. **Op. cit.**, p.69.

que, entre 1500 e 1635, partiram para o oriente 912, das quais chegaram ao destino apenas 768.²⁹⁰

Os textos quinhentistas e seiscentistas davam diversas designações aos navios, sendo os mais comuns os termos nau e galeão. A nau era um navio de grande extensão, largo e levemente armado, já o galeão era grande, mas mais estreito e com uma estrutura mais simples, mais fortemente armado. Isso não quer dizer que essas características sejam as únicas, porque existia uma variação maior, e em alguns casos a diferenciação não é exatamente essa.²⁹¹ Além disso, os termos nau e galeão se confundem na maioria desses textos, que ora se referem a uma e ora a outra na mesma descrição.²⁹² O que se sabe é que não há descrições ou imagens claras que possam esclarecer quais eram as características arquitetônicas das embarcações e nem os acessórios que as compunham.²⁹³

Nos trinta primeiros anos das viagens portuguesas para o oriente, os navios tinham uma capacidade de carga que girava em torno de quatrocentas toneladas e as armadas eram compostas em geral de sete a quatorze naus, cuja metade não voltava para Portugal.²⁹⁴ Ficavam no oriente para cumprir serviços. Posteriormente, a capacidade de carga dos navios aumentou e o número dos que partiam em cada viagem diminuiu. Ainda assim, estas são apenas generalizações sugeridas pela historiografia, já que não há registros que possibilitem a quantificação exata do número de navios e partidas de Lisboa para o oriente.²⁹⁵

²⁹⁰ GODINHO Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar séculos XIII – XVIII**. Lisboa: Difel, 1990, p.338-340. Ver também BOXER, C. R. **Op. cit.**, p.234.

²⁹¹ Idem, p.220-221.

²⁹² DOMINGUES, Francisco. Contente. **A carreira da Índia**, disponível em: <<<http://pwp.netcabo.pt/fcdomingues/apoio/CIndia.pdf>>>, p.17.

²⁹³ MENDONÇA, Henrique Lopes de. Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI. Lisboa, Tipografia da Academia Real de Ciências, 1892, p.40 apud FONSECA, Luis Adão da. **Op. cit.**, p.74. Para mais ver: MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel. **A expansão quatrocentista**. Lisboa: Estampa, 1998, v. II, p.173-183; e JOHNSON, Harold; SILVA, Maria. Beatriz. Nizza da. **O império Luso-brasileiro 1500- 1620.**, Lisboa: Estampa, 1992, v.VI, p 41-42; DOMINGUES, Francisco. Contente. Navios e marinheiros. In: ARAÚJO, Carlos. **Lisboa e os descobrimentos**. Lisboa: Terramar, 1992, p 51- 58.

²⁹⁴ Acerca do processo de construção das naus ver: MAURO, Frédéric. **Nova história e novo mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1969, p.91–106.

²⁹⁵ Sobre achegas acerca da capacidade de carga das naus ver: GODINHO Vitorino Magalhães. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar séculos XIII–XVIII**. Lisboa: Difel, 1990, p.343 e também

Apesar de ser outro o objetivo deste capítulo, algumas questões que envolviam as partidas de volta, ou seja, as que se dirigiam do oriente para Portugal, merecem menção, porque, apesar de fazerem o caminho inverso, algumas das descrições dessas partidas seguem também essa tendência a enfatizar a questão do desastre. São mais de cinquenta referências a esse tipo de partida, contando com as de naus que objetivam simplesmente deixar uma localidade e se dirigir a outra ainda no oriente. A maior parte delas são descritas de forma muito sucinta e ganham mais destaque as que, ao se dirigirem para Portugal, traziam notícias e mercadorias, como é o caso da de Cabral, que aconteceu por conveniência, já que, segundo Castanheda, o capitão decide partir para não enfrentar um combate com naus mouras que se aproximavam com intenção de detê-lo. Um outro fator importante é que a maior parte das embarcações que voltariam ou ficariam para circular no oriente já partiam de Portugal com essas funções pré-determinadas.

Ainda assim, há narrações muito parecidas com as de saída de Lisboa, que vão falar do objetivo de levar as especiarias para Portugal e apontar os nomes dos capitães das naus, como foi o caso da comandada por Fernão Soares, que partiu de Cochim com seis naus, além da de Soares, das quais “foram capitães Bastião de Sousa, Rui Freire, Manuel Teles, Antão Gonçalves, Diogo Coréia, Gonçalo Gil Barbosa, que fora feitor de Cananor, Diogo Fernandez Correia alcaide mor e feitor do castelo de Cochim.” A narrativa diz que terminaram de carregar as naus e partiram, com o número mínimo de pessoas que possibilitasse a navegação, em direção a Portugal.”²⁹⁶ Nas descrições de Barros também encontram-se as partidas do Oriente, mas referidas de forma rápida, e de modo bem menos enfatizado que na *História dos descobrimentos e conquista da Índia pelos portugueses*.

O que pode ser dito é que a descrição do momento da partida reforça a hipótese de que há sim um padrão de descrição de partidas na *História do descobrimento* que, ao que parece,

DOMINGUES, Francisco. Contente. **A carreira da Índia**, disponível em: <<<http://pwp.netcabo.pt/fcdomingues/apoio/CIndia.pdf>>>, p.10-12.

²⁹⁶ CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.258-259.

vai aparecer não só nesta, mas em outros diversos textos quinhentistas e seiscentistas, como são exemplos as narrativas de naufrágios – que não tinham obrigatoriamente o mesmo objetivo das narrativas elaboradas por Castanheda e Barros. Desse modo, é possível levantar a hipótese de que esse padrão de descrição, que marca a produção escrita sobre as viagens portuguesas em meados do século XVI, enfatiza o desastre com intenção sobretudo pedagógica. Seguindo o modelo de história como “magistra vitae”, porém, já não visando a experiência dos reis mas dos homens do mar, os historiadores parecem ter pretendido que seus leitores, ao entrarem em contato com esses escritos, aprendessem com a experiência de outros. Mais especificamente, pretenderam que aprendessem como se portar diante de um acidente, ou mesmo, como evitá-lo, reatualizando, assim, a idéia de que o melhor mestre do presente e do futuro, era a experiência vivida pelos antepassados – idéia já tratada nos capítulos um e dois do trabalho.²⁹⁷

As primeiras viagens para o oriente

Apesar da tentativa de observar a presença de um padrão nas descrições de partidas, as duas primeiras narrativas que se referem às viagens de Gama e Cabral se diferenciam desse modelo descrito anteriormente e, embora em número restrito, ganham tanto ou maior destaque que as posteriores não só por serem as primeiras, e praticamente abrirem o *Livro primeiro*, mas também em função da extensão e dos pormenores que envolvem suas descrições.

A primeira descrição da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, mais significativa em termos de extensão e detalhes, é a dos preparativos da viagem de Vasco da Gama. Esta inicia-se expondo as intenções de D. Manuel – rei que assume o trono após a morte de D. João II – de prosseguir e dar assim continuidade ao projeto, tendo se aproveitado “muito as instruções que lhe ficaram do rei D. João, e seus

²⁹⁷ Além do já referenciado Koselleck, ver também LE GOFF, Jacques. **Op. cit.**, p.189.

regimentos para essa navegação”. Segundo escreve Castanheda, D. Manuel mandou fazer os dois navios, já previstos anteriormente nos planos de D. João II, o de “cento e vinte toneladas houve nome São Gabriel; e outro de cem, São Rafael”, e ainda comprou uma caravela de cinquenta toneladas, chamada Bérrio, em homenagem ao piloto que a vendeu.

Para a capitania mor da armada, o rei escolhera Paulo da Gama, “cavaleiro de sua casa, filho que fora de Estevão da Gama alcaide mor da vila de Sinis no campo d’Ourique, em quem tinha grande confiança...”,²⁹⁸ mas tal convite fora recusado sob a alegação de doença, que impedia Paulo de cumprir a tarefa. Em seu lugar, indicou o irmão mais novo, chamado Vasco da Gama, que soube muito bem servir ao rei. Este aceitou a sugestão e ficou muito feliz, por saber “que era Vasco da Gama experimentado nas coisas do mar, que tinha feito muito serviço ao Rei D. João, e que era homem de grandes espíritos, e muito próprio para dar fim a esse descobrimento”. Junto dele iria também o irmão Paulo da Gama e Nicolau Coelho, “ambos criados do rei e homens para qualquer grande feito”. O rei comprou também uma outra nau de duzentos tonéis para levar os mantimentos necessários à viagem, até a aguada de São Brás.

A escolha de Vasco da Gama gerou algumas discussões historiográficas, isso porque, para alguns pesquisadores, a grande parcela de rejeição que a continuação dessas viagens vinha sofrendo levou o rei a apostar em um investimento menor, no caso Vasco da Gama. Para outros, a escolha está relacionada com as várias qualidades da família Gama e com os conhecimentos náuticos do capitão.²⁹⁹ Seja como for, Castanheda limita-se a dizer que Vasco da Gama foi a segunda opção do rei e que ele era qualificado para o cargo.

A descrição prossegue assinalando que, em Lisboa, a armada recebeu “a gente dela, que foram cento e cinquenta e oito pessoas” e que depois desse embarque “saíram todos em procissão de Nossa Senhora de Belém: que é agora um mosteiro da ordem de São Jerônimo.

²⁹⁸ CASTANHEDA, **Op. cit.**, livro I, p.10.

²⁹⁹ Para mais ver: FONSECA, Luis Adão da. **Op. cit.**, p.21-24.

Nessa cerimônia ambulante, os participantes iam em grupo com “círios acesos nas mãos, e os frades rezando; e iam com eles a maior parte da gente de Lisboa”. Mas o que mais chama a atenção é a menção de Castanheda de que a maior parte dessa gente “chorava com piedade dos que se iam embarcar, crendo que haviam todos de morrer.”

A sugestiva descrição da procissão que antecedia a saída das naus do porto de Lisboa e que era acompanhada por muitas lástimas, em especial daqueles que ficavam em Portugal, está presente, entretanto, somente na partida de Vasco da Gama e na de Pedro Álvares Cabral. Em nenhum outro capítulo que trata das partidas, o texto se refere a rituais desse tipo. O que nos leva a interrogar se a prática teria caído em desuso ou se Castanheda e outros autores preferiram não relatá-las, talvez para não dramatizar mais esses momentos e desestimular futuros viajantes. Afinal, da forma como aparecem elaboradas essas primeiras partidas, a ênfase recai mais no temor da viagem do que no interesse das novas terras e nos méritos portugueses.

Além disso, esse medo, como já foi dito, só está presente nas primeiras descrições, não havendo nas restantes, que perpassam todo o texto, referências ao temor e aos rituais da partida. Isso acontece também nas *Décadas* de João de Barros, mas o número de partidas que apresentam estas narrativas dos medos é maior. Por outro lado, a idéia de que enaltecer os medos nas descrições de partida dá àqueles que embarcam o predicado da coragem, em uma tentativa de destacar e enaltecer esses homens, também deve ser levada em conta. Nessa perspectiva, as figuras de Gama, Cabral e os capitães que os acompanhavam nas duas primeiras viagens ganham destaque maior que os demais das partidas posteriores.

Na descrição da partida de Gama, há uma referência ao piloto que conduz a nau, um tal Pero de Alencar, “que fora piloto de Bartolomeu Dias quando fora descobrir o rio do Infante.” Uma descrição, portanto, que ressalta a sua experiência como piloto. Gama ia na nau São Gabriel e Paulo da Gama na de São Rafael. Castanheda não refere uma terceira nau, cujo

nome seria São Miguel. Os nomes das três naus que partiram na armada comandada por Vasco da Gama trazem em si um significado importante, no que tange ao “espírito que animava a expedição”. São Miguel é o anjo protetor de Portugal, além de ser o responsável pela proteção da cristandade; São Gabriel era o anjo “mensageiro da boa nova” e São Rafael era o anjo que auxiliava nas dificuldades da viagem.³⁰⁰ Em relação aos nomes dados às embarcações, eles eram, como se pode notar, sobretudo ligados ao universo religioso – ao qual se apelava comumente na época em busca de proteção dos perigos a serem enfrentados no mar. Quanto aos nomes laicos, eles designavam comumente os antigos e os recentes donos da embarcação. Encontram-se também nomes que referenciavam aves, peixes, lugares, sentimentos, entre outros.³⁰¹

Assim como no padrão anteriormente verificado nas demais descrições de partidas, esta de Gama também aponta os capitães que acompanharam a armada e não se refere às gentes do mar que embarcaram. Depois de todos embarcados, a armada parte sem que a narrativa de Castanheda se refira a atrasos ou imprevistos. Essa foi, no que se refere à data de saída, uma viagem atípica, porque a partida se deu muito tardiamente – só em julho – o que ocasionou uma demora muito grande até a chegada à Índia. Além disso, a perda humana foi mais elevada que naquelas que a precederam, provavelmente porque as embarcações que os levaram eram muito pequenas para uma viagem tão extensa.³⁰² Isso talvez explique o fato de Castanheda ter se alongado a descrever os pormenores que anteciparam a partida. Mas não só, a viagem de Vasco da Gama foi um marco não só porque pôs fim a uma busca de décadas pelo caminho marítimo para o oriente, como também por ser a armada que representa o primeiro contato português com o oriente.³⁰³

³⁰⁰ Idem, p.22.

³⁰¹ MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel. **A expansão quatrocentista**, Lisboa: Estampa, 1998, v.II, p.184.

³⁰² DOMINGUES, Francisco. Contente. **A carreira da Índia**, disponível em: <<<http://pwp.netcabo.pt/fcdomingues/apoio/CIndia.pdf>>>, p.2.

³⁰³ JOHNSON, Harold; SILVA, Maria. Beatriz. Nizza da. **Op. cit.**, p 21.

Esse mesmo embarque também recebeu atenção especial na história de Barros. Este historiador inicia a descrição mencionando os prós e os contras da continuação do feito e da decisão, tomada pelo rei D. Manuel, “de prosseguir neste descobrimento”. Para tanto, escolhera o já referido D. Vasco da Gama, “leal vassalo, esforçado cavaleiro, merecedor de tão honrada empresa”, como capitão mor da armada e mandara terminar a construção das naus que havia sido iniciada por D. João. Assim que chegou o momento de partir, o rei pronunciou um discurso que tratou de temas como: a ampliação do patrimônio régio, a importância do descobrimento da Índia para o reino e o mérito da divulgação dos preceitos cristãos, bem como da obtenção de especiarias. Inclui ainda elogios a Vasco da Gama e termina com um pedido de auxílio divino para o sucesso da empresa e uma solicitação de paz e concórdia entre todos. Ou seja, Barros transcreveu o que seria o discurso régio, dirigido à armada de Gama, que trata dos objetivos a serem cumpridos, o que diferencia sua narrativa da elaborada no texto de Castanheda e a aproxima das descritas anteriormente, pela ênfase nos objetivos da viagem.

A narrativa prossegue com a entrega, a Gama, de uma bandeira “de seda com uma cruz no meio, da ordem da cavalaria de Cristo”, da qual fazia parte a família de Cabral e ele mesmo não estava alheio; o que pode explicar sua nomeação para o cargo de capitão mor.³⁰⁴ Em seguida, o capitão mor se pronuncia, jurando descobrir a Índia em nome de Deus e do rei “com toda fé, lealdade, vigília e diligência”. Foi entregue então o regimento com todas as ordens a serem seguidas e cartas aos reis e príncipes do oriente. Despediram-se do rei e foram os capitães a Lisboa, onde embarcaram. Os ventos a princípio não ajudaram, já que aquele mês – julho – não era o melhor para partir – atraso este que não é referido por Castanheda.

“Naquele tempo tão escura era a notícia da terra que iam buscar, como os ventos que serviam para boa navegação”,³⁰⁵ de modo que os medos, como era de se esperar, cercavam

³⁰⁴ FONSECA, Luis Adão da. **Op. cit.**, p.84.

³⁰⁵ BARROS, João de. **Op. cit.**

tanto os que se aventuravam ao mar quanto os que ficavam sem esperanças de rever o parente. Tendo em vista essa dificuldade no momento de zarpar, apontado na primeira *Década*, Vasco da Gama decidiu, antes de partir, fazer “vigília com os outros capitães na casa de Nossa Senhora de Belém”. Esta ermida, segundo Barros, tinha o Infante D. Henrique mandando fundar “onde estavam alguns freires de Tomar”, justamente para que estes pudessem administrar “os sacramentos dos mareantes.” O surgimento do imprevisto levou o capitão a orar com os companheiros de viagem, recolocando, desse modo, a relação entre atrasos e mau presságio, já presente na primeira crônica de Zurara, a “Crônica da Tomada de Ceuta”.³⁰⁶

O texto também descreve uma procissão em que os sacerdotes, com círios nas mãos, cantavam uma ladainha, acompanhados pelas gentes que os seguiam. Os que iriam para o oriente, conta o historiador, embarcaram, fazendo-se um tal silêncio que foi seguido por uma confissão geral, cuja objetivo era absolver aqueles que falecessem durante viagem, ou seja, havia uma preocupação com rituais que garantissem paz àqueles que viajavam em busca de um caminho marítimo para o oriente – até então era pouco conhecido –, uma clara associação, pois, entre este ritual e o da morte. As procissões aconteciam em Lisboa como forma de socialização dos principais ritos cristãos, como o batismo, o casamento e a morte,³⁰⁷ o que explica a presença e a importância desse ritual no momento do embarque: aqueles que se arriscavam nesta empresa não tinham como assegurar sequer o momento em que seria possível ganhar o mar, que dirá o restante da viagem.³⁰⁸

Em seguida a esse ritual, continua ainda o historiador, uma comoção geral tomou conta de todos e o local de onde as naus partiam passou a ser chamado “praia de lágrimas para os que vão, e terra dos prazeres aos que vem”. Levantaram-se as velas e todos que estavam nas vistas dos mareantes “começaram de os encomendar a Deus, e lançar juízos segundo o

³⁰⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da tomada de Ceuta**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.

³⁰⁷ FONSECA, Luis Adão da. **Op. cit.**, p.55.

³⁰⁸ Sobre rituais religiosos nas embarcações ver: MOLLAT, Michel. **La vie quotidienne des gens de mer en Atlantique IX-XVI siècle**. Paris: Hachette, 1983, p.227.

que cada um sentia daquela partida.” Em quanto partiam os navegantes, “vendo ficar em terra seus parentes e amigos” lembravam “que sua viagem estava posta em esperança e não em tempo certo e nem lugar sabido.” Assim, “uns olhavam para a terra e outros para o mar e juntamente todos ocupados em lágrima e pensamento daquela incerta viagem.” A narrativa termina com a descrição daqueles que partiram junto com Vasco da Gama.³⁰⁹

Comparando a descrição de Castanheda e de Barros, da mesma partida, é possível perceber que a segunda é mais detalhada e dá muito mais atenção aos medos e preocupações que cercavam esse momento. Os que assistiam à partida da embarcação em direção aos perigos do desconhecido, preocupavam-se muito em encomendar a Deus auxílio para a viagem. Esses navegadores embarcavam sem ao menos terem a certeza do momento em que conseguiriam partir, porque as partidas eram subordinadas às condições dos ventos e viagem, condicionada à incerteza. Os rituais que cercavam esse momento estavam, desse modo, todos ligados à solicitação de ajuda para uma boa viagem.

A partida de Cabral também recebeu de Castanheda atenção especial. A armada composta por “dez naus e três navios redondos” levava, além dos habituais capitães, “um frei Henrique, frade da ordem de São Francisco, grande letrado na santa Teologia para pregar: e iam com ele cinco frades outros para o ajudarem”, além de dois escrivães: Gonçalo Gil Barbosa de Santarém e Pero Vaz de Caminha. A armada foi composta por mil e quinhentos homens e, no momento da partida, “o rei D. Manuel, querendo fazer honra a Pedro Álvares Cabral, foi em procissão a nossa senhora de Belém, levando-o consigo, e o teve na cortina enquanto ouviu missa”. O ato de levar alguém que não pertencia à família real para assistir à missa, em local reservado, separado por uma cortina, denotava grande homenagem ao convidado.

³⁰⁹ BARROS, João de. **Op. cit.**, Década I, p.121-126.

Depois da missa, o bispo deu “por sua mão” a Pedro Álvares “uma bandeira das armas reais de Portugal”, a seguir, pôs em sua “cabeça um barrete bento que o Papa lhe mandara”, um barrete que pode ser um sinal de que o rei D. Manuel solicitou ao papa apoio para a intervenção no oriente. Em seguida, caminharam até as embarcações, acompanhados pelo rei, que teve a mão beijada por todos os capitães, concedendo-lhes “a benção de Deus”.

A procissão, como já referido anteriormente, era um ritual que vai demarcar bem essa idéia de encomendar a Deus esses corajosos navegadores que, mesmo conhecendo os riscos que corriam, partiam em busca do novo. É comum encontrar narrativas de procissões que aconteciam no convés das naus e que eram organizadas pelos religiosos embarcados. Ao entardecer, os participantes davam três voltas pelo convés, tendo nas mãos velas e tochas, com o objetivo de solicitar o mesmo auxílio divino,³¹⁰ antes requisitado na procissão que antecedia a partida. Além da função religiosa, as procissões, juntamente com outros rituais religiosos – como por exemplo as representações teatrais que solicitavam a participação dos embarcados – eram efetuadas como distração, para amenizar os sofrimentos impostos pelas longas e mal providas viagens.³¹¹

Nos batéis, a embarcação de Cabral disparou “toda a artilharia da frota com grande ruído: e o rei se tornou a Lisboa por não poder a armada partir aquele dia, pelo estorvo do tempo.”³¹² Castanheda menciona as dificuldades para partir, mas não relata nenhum tipo de rito para que a armada partisse com mais facilidade ou para que o auxílio divino permitisse uma boa partida. Barros também trata da partida de Pedro Álvares Cabral, que foi escolhido em função de suas qualidades. Próximo ao momento da partida, descreve a missa à Nossa Senhora de Belém e aponta que foram ditas palavras, pelo rei, “com aquela solenidade que tais atos requerem”. Em seguida, promoveu-se a procissão em direção à praia, com a presença

³¹⁰ FONSECA, Luis Adão da. **Op. cit.**, p.167-168.

³¹¹ DOMINGUES, Francisco. Contente. Navios e marinheiros. In: ARAÚJO, Carlos. **Lisboa e os descobrimentos**. Lisboa: Terramar, 1992, p 63-65.

³¹² CASTANHEDA, **Op. cit.**, p.73-74.

da “maior parte do povo de Lisboa, por ser dia de festa”. Os preparativos para as viagens envolviam toda a cidade de Lisboa – local que as descrições apontam como ponto de partida, à semelhança de Sevilha –, já que tanto o rei como o clero e a população participavam, se não das atividades que antecedia a partida, ao menos do momento em que as naus ganhavam o mar.

Segundo Barros, embarcaram mancebas, tambores, flautas, pandeiros, entre outros instrumentos, porque para viagem de tanto tempo “tudo os homens buscavam para tirar a tristeza do mar.” Essa era a maior armada que, até então, fora mandada para a Índia, de modo que “o coração de todos estava entre prazeres e lágrimas”. Em seguida, vem a menção a todos os capitães que embarcaram: “seria o número da gente que ia nessa frota, entre mareantes e homens de arma, até mil e duzentas pessoas: toda a gente escolhida, limpa, bem armada, e provida para tão comprida viagem”. Também acompanharam oito frades “escolhidos para aquela obra evangélica”. Finaliza a descrição apontando que uma das principais missões descritas no regimento era a evangelização dos mouros.³¹³ Essa finalização da narrativa qualifica toda a gente que embarcaria de modo geral, ou seja, referindo-se a todos, o que não aconteceu em nenhum das descrições de Castanheda, nas quais o destaque é dado mais aos capitães que vão comandar as embarcações. Essa diferença é importante porque confere à história de Barros a idéia de que não só os comandantes possuíam qualidades, mas também todas as outras pessoas que embarcavam possuíam os predicados necessários para participarem da empresa.

Mais do que narrar o sofrimento dos que partem, Castanheda e Barros tendem a exaltar as lágrimas dos que ficam, ou melhor, dos familiares que assistem à partida de um ente querido, justamente por não terem a certeza do retorno da armada.³¹⁴ Dessa forma, o que acaba ganhando destaque é a coragem dos que partem. Os principais perigos a que estavam

³¹³ BARROS, João de. **Op. cit.**, p.169-172.

³¹⁴ MARTINS, J. Candido. O mar as descobertas e a literatura portuguesa.. Disponível em: <<<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candid02.htm>>>.

sujeitos eram, além dos já referidos erros cometidos pelos pilotos e as tormentas marítimas que causaram diversos naufrágios – como alguns dos compilados por Bernardo Gomes de Brito³¹⁵ –, os ataques promovidos por corsários.³¹⁶

A partida seguinte descrita por Barros, a de Francisco de Almeida, trata, de modo mais sucinto ainda, dos rituais de partida. O autor cita a missa que todos presenciaram antes da partida, e como o rei pronunciou, segundo o costume, suas palavras e todos seguiam para o cais onde embarcavam os que iriam na viagem. Apesar de ser mais breve na descrição, o ritual é o mesmo descrito anteriormente, com a diferença de que “essa embarcação foi a mais solene que até então nesse reino se fez, não sendo de pessoa real”. Além disso, Barros descreve a gente que embarcava como “mil e quinhentos homens de armas”, também “gente limpa”, entre os quais estavam “muitos fidalgos e moradores da casa do rei: os quais iam ordenados para ficar na Índia, e por regimento que o então fez, eram obrigados a servir lá três anos contínuos.” Finaliza tratando do pagamento que era feito a esses homens, e os capitães que iam embarcados, alguns para na Índia ficarem.³¹⁷ Assim, Barros não se restringiu somente a destacar os embarques de Gama e Cabral, mas também a figura de Francisco Almeida ganha ênfase.

Nas narrativas de partida que se seguem nas *Décadas* de Barros, o objetivo é mais narrar as viagens do que enfatizar os rituais que antecedem a viagem. Essas demais descrições, como na história de Castanheda, se resumem a apontar os capitães que dela faziam parte e os objetivos das viagens. Apesar dessa semelhança, na história de Castanheda, os títulos dos capítulos que falam de partidas, já de saída as destacam. Na de João de Barros, ao contrário, o momento de embarque não é enfatizado, porque o autor não separa seus capítulos

³¹⁵ BRITO, Bernardo Gomes de. História trágico-marítima. 2.v, 1956. Disponível em: <<<http://purl.pt/191>>>.

³¹⁶ DOMINGUES, Francisco. Contente. **A carreira da Índia**. disponível em: <http://pwp.netcabo.pt/fcdomingues/apoio/CIndia.pdf>. p 18. Para mais acerca dos ataques corsários sofridos pela naus portuguesas ver: BARROS, Amândio Moraes. O porto contra os corsários. **Revista da faculdade de letras**, universidade do Porto, v. I, III série, 2000. p 1–27.

³¹⁷ BARROS, João de. **Op. cit.** p.295-296.

dando destaque às partidas, como fez Castanheda. Assim, elas não são objeto principal dos capítulos, com exceção das três primeiras descrições.

Nas *Décadas* de Barros há uma preocupação com as viagens, ou melhor, em narrar os momentos de dificuldade que as armadas enfrentaram no caminho para o oriente. Essas recebem bastante enfoque, significativamente maior que o dado aos rituais da partida, porque os diversos problemas aos quais as naus eram submetidas estão presentes em praticamente todas as descrições. Nesse sentido, seu texto não difere substantivamente daquilo que já foi visto relativamente a Castanheda e às narrativas de naufrágio. Apesar disso, na *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, o lugar conferido às partidas é outro. Se, Castanheda, como seus contemporâneos, nem sempre confere destaque para o significado histórico dos rituais de partida, ou melhor, considera que as etapas seguintes da viagem eram mais relevantes para serem registradas à posteridade, cabe lembrar que, na história narrada por ele, há capítulos especialmente dedicados às partidas, bem como há destaque nos títulos para essas partidas. Daí ser possível pensar que essas partidas servem para demarcar sua história, sendo importantes não apenas as partidas que seguem o padrão, mas também as duas primeiras, em que os rituais, principalmente os religiosos, ganham destaque.

O fato, contudo, de a partida ser essencial na *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, não explica a diferenciação que Castanheda faz entre as partidas de Gama e Cabral, e as demais narradas. Esses relatos de rituais que solicitam a intervenção divina não são comuns no texto de Castanheda, não aparecendo mais do que duas vezes. Mas o destaque dado a elas deve-se à sua relevância, tendo em vista que a primeira, de Vasco da Gama, pôs fim a uma busca que já durava décadas, e a segunda, de Pedro Álvares Cabral, além de efetivar o contato com os “mouros”, chegou àquelas que, já no tempo de Castanheda, eram reconhecidas como novas terras. Para mais, um outro ponto importante diferencia as duas primeiras viagens das demais: o fato de elas terem contabilizado uma perda de cinquenta

por cento dos embarcados, maior que a observada nas que as seguiriam, ou seja, é possível observar uma queda nesta proporção.³¹⁸ Talvez isso ajude a compreender o destaque que não só a narrativa de Castanheda, mas também a de Barros, dá a essas duas partidas.

Para finalizar, vale ainda aventar uma possível explicação para a presença das descrições de partidas na narrativa de Barros, nas *Histórias trágico marítimas* e até mesmo na história de Castanheda, a saber, a sua provável função pedagógica, tendo em vista que a história, entre os historiadores quinhentistas portugueses, mantinha seu cunho moralista. De tal modo, os textos podem ter buscado, por meio das descrições de dificuldades, especialmente as vividas em naufrágios e desastres, ensinar quais medidas deveriam ser tomadas para a partida se dar de modo mais seguro, ou quais as melhores formas de proceder em caso de naufrágio, ou ainda os cuidados que deveriam ser tomados ao se carregar as naus – porque um possível desequilíbrio de peso poderia ser a causa do naufrágio. A constatação da elaboração de narrativas de naufrágio, no decorrer do século XVI, mostra que, apesar das instruções, ainda era comum encontrar casos em que a imprudência ocasionava acidentes marítimos graves.

Ainda em relação à função das partidas nas narrativas, em especial na história de Castanheda e a de Barros, é possível levantar mais uma conjectura: a de que o destaque dado aos nomes daqueles que participavam das armadas, principalmente aqueles que ocupavam cargos importantes, foi importante para ressaltar as qualidades desses que participaram, efetivamente, da missão destinada aos portugueses, a de expansão do mundo. Isso porque todos esses homens, em especial os que ocupavam os cargos de capitão-mor das armadas, tinham, além dos nomes destacados, qualitativos que os valorizavam.

Nessa perspectiva, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral mereceram dos historiadores quinhentistas maior destaque, dado que, nas descrições de suas partidas, os

³¹⁸ FONSECA, Luis Adão da. **Op. cit.**, p.34.

medos e perigos que envolviam as viagens estão mais manifestos e, de algum modo, a opção de enfatizar o perigo confere mais coragem àqueles que o enfrentavam bravamente. Desse modo, as partidas, além de serem, na história contada por Castanheda, fio condutor da narrativa, permitiram exaltar os atributos de certos navegadores, cumpridores da missão do povo português de dar novos mundos ao mundo.

Considerações Finais

A idéia de que a abertura do mundo é um verdadeiro marco da história portuguesa teve larga fortuna na literatura e na historiografia portuguesas e encontrou, no século XVI, algumas formulações que, se não podem ser chamadas de fundadoras – já que as origens são sempre recuáveis –, podem ao menos ser consideradas decisivas para aqueles que se interessam pelo que os homens do passado quiseram fazer crer sobre eles. Entre essas formulações, foram aqui destacadas especialmente as de Fernão Lopes de Castanheda, sem, contudo, deixar de lado o que foi também realçado por um dos mais célebres de seus contemporâneos, João de Barros. O eixo da história de Castanheda, que se distancia dos cronistas do século anterior, já não são os reinados,³¹⁹ mas as viagens dos portugueses para o oriente. Seu empenho, como se procurou ressaltar neste estudo, segue no sentido de mostrar os fundamentos divinos dessa história que, agora, se organiza sob novos parâmetros.

Antes dele e de Barros, já na crônica quatrocentista de Zurara, a *Crônica de Guiné*, esses fundamentos divinos ganham espaço, uma vez que a providência aparece como inspiradora do iniciador dessas aventuras marítimas, o Infante D. Henrique. Este, movido pela idéia de cruzada, visava expandir a fé cristã entre os povos pagãos e contou, para tanto, com a nada desprezível intervenção divina, como conta Zurara. Esse apoio divino, nas narrativas de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, recebe novo fôlego. Ambos apelam, em vários momentos de suas narrativas, para os argumentos de predestinação dos portugueses como justificativa para a expansão e para as cenas nem sempre louváveis que a envolveram.

O exame, porém, das peculiaridades da história contada pelos quinhentistas portugueses para ser legada para a posteridade, trouxe à baila uma questão que diz respeito às demarcações dessa nova história. Se não são mais os reinados e os desdobramentos da

³¹⁹ As obras dos três primeiros cronistas régios portugueses, Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina, centram-se em “dar a conhecer a história dos reis e nobres”. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **O lugar da História em Portugal no final da Idade Média**. São Paulo: Annablume, 2006, p.137-212.

governança que funcionam como marcos ou recortes da história, que novas balizas conduzem o fazer histórico dos autores do século XVI? Dados os limites deste trabalho, a resposta para esta questão teve de ficar restrita à obra de Castanheda. Na sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Castanheda confere às partidas uma função capital: a de demarcar o tempo histórico. E não só, esses momentos que antecedem as viagens, além de conduzirem sua história, são tratados em capítulos especificamente destinados a descrever as circunstâncias que envolvem as diversas partidas; o que denuncia também o papel que lhes confere na preservação do passado.

Essa idéia de que a narrativa de Castanheda se diferencia da produção até então elaborada pelos cronistas oficiais portugueses não somente pelo deslocamento temático, já apontado pela historiografia, mas igualmente porque ele utiliza as partidas para conduzir e delimitar sua história, foi fundamental para reavivar a hipótese de que essa história que trata da expansão para o oriente, escrita sobretudo a partir do século XVI, apesar de herdeira da cronística anterior, toma rumos distintos na sua construção.

Esse afastamento, entre o fio condutor de sua obra e o dos cronistas de outrora, aparece na história de Castanheda, por exemplo, no momento em que o autor se refere aos cronistas, instituídos no cargo de cronistas-mores do reino, como aqueles “que fiel e particularmente escrevessem os feitos dos Reis”.³²⁰ Essa afirmação é especialmente fundamental, dado ao que fato de que, por meio dela, é possível perceber o modo como Castanheda define a função dos cronistas – seguindo em grande parte o que os seus antecessores dizem de si próprios – e de alguma forma se demarca deles. Em outras palavras, o historiador quinhentista sugere que o trabalho por ele elaborado não se inclui nesta categoria, a de narrativa de feitos do rei. Qual seria então a designação que melhor definiria a história de Castanheda?

³²⁰ CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **Op. cit.**, livro I, p.3. Aqui é importante ressaltar que no momento em que Castanheda utiliza o termo cronista ele se refere a aqueles que escreveram a história dos reis.

A historiografia portuguesa e a crítica literária tendem, comumente, a definir não só a narrativa de Castanheda, mas também a de Barros, como “crônica de expansão”³²¹, a despeito de não ser essa a definição que esses autores dão aos próprios textos, o que nos leva a levantar questões como: quais os princípios que regem a construção histórica acerca da presença portuguesa no oriente? Por que esses autores referem ao seu trabalho como história e não crônica? Estariam eles propondo, mesmo que indiretamente, uma distinção entre seus textos e o gênero cronístico? O fato de tratarem de um novo tema, por si só, significa uma substantiva mudança?

São essas perguntas, bem como outros questionamentos sobre o lugar que essa produção ocupou dentro do que se convencionou chamar *narrativas de viagem*, ou *literatura de expansão*, que ainda não puderam ser respondidas neste trabalho, mas que serão futuramente exploradas.

³²¹ Cf. GARCIA, José Manuel, **Ao encontro dos descobrimentos**. Lisboa: Presença, 1994, p.191-194.

DOCUMENTOS E BIBLIOGRAFIA

Documentos

BARROS, João de. **Ásia**. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 1988.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Introd. e notas Pedro de Azevedo. Coimbra: Imprensa Universidade, 4.v., 1924.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Edição de 1554 (arquivo do IEB/USP).

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Livro primeiro. edição de 1551 (arquivo da Biblioteca da Ajuda/Portugal).

COUTO, Diogo do. **Décadas**. Década 4, livro V, capítulo I, p.383-384 (obra digitalizada). Disponível em: <<<http://purl.pt/7030/4/>>>. Acessado em agosto de 2006.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Canto quarto. São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre: W. M. Jackson I.N.C., 1949.

VICENTE, Gil. **Auto da Índia**. Disponível em: <<www.nead.unama.br>>.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Livraria Civilização, 1973.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da tomada de Ceuta**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Academia das Sciencias de Lisboa, 1915.

BIBLIOGRAFIA

A IMPRENSA da Universidade entre 1537 (transferência definitiva para Coimbra) e 1772 (Reforma Pombalina). Disponível em: <<<http://www.imp.uc.pt/historia/index.php?lang=PT>>>. Acessado em setembro de 2006.

ALBUQUERQUE, Luís de (org.). **O confronto do olhar**. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas. Lisboa: Caminho, 1991.

_____. **Crônicas de história de Portugal**, Lisboa: Presença, 1987.

_____. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Alfa, 1983.

_____. **Os Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Publicações Alfa, 1985.

_____. Um exemplo de “cartas de serviços” da Índia. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v.XXXIV, 1978.

_____. Um prince et son chroniqueur. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Lisboa-Paris, v.23,p.319-331, 1987.

_____. Uma Releitura de Zurara. **Studia**, Lisboa, IICT-CEHCA, n.47, p.417-438, 1989.

AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **Brasil 1500: Quarenta Documentos**. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília: Unb, 2001.

AMADO, Teresa.(coord) **A guerra até 1450**. Lisboa: Quimera, 1994.

ANDRADE, António Alberto Banha de. **Mundos Novos do Mundo**. Panorama da Difusão pela Europa de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses. 2.v., Lisboa: JIU, 1972.

ANSELMO, Arthur. O livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos. **Actas do congresso internacional Humanismo português na época dos descobrimentos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.

_____. **Estudos de história do livro**. Lisboa: Guimarães, 1997.

_____. O livro português ao serviço do Humanismo. **Arquivos do centro cultural português**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, v.XIII, p.359-372, 1987.

AUBIN, Jean. Damião de Góis dans une europe évangélique. **Humanitas**, Coimbra v.31-32, p.197-227, 1979-1980.

AVELAR, Ana Paula M. **Fernão Lopes de Castanheda**. Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha? Lisboa: Cosmos, 1997.

_____. Breves sombras da China na cronística da Expansão (século XVI). **Camões**, n.7, p.148-155, 1999.

_____. **Figurações da alteridade na cronística da expansão**. Lisboa: Universidade Aberta, 2003.

_____. **Visões do oriente**. formas de sentir no Portugal de quinhentos. Lisboa: Colibri, 2003.

BAIÃO, Antônio. **História da expansão portuguesa no mundo**. Lisboa: Ática, 1937.

BARRETO, Luís Filipe (ed.). **A Abertura do Mundo**: estudos de história dos descobrimentos europeus em homenagem a Luís de Albuquerque. Lisboa: Presença, v.II, 1987.

_____. A incidência dos descobrimentos no aparecimento de uma mentalidade renascentista. In: ALBUQUERQUE, Luís de (ed.). **Portugal no Mundo**. Lisboa: Alfa, v.IV, 1990, p.94-104.

_____. Gomes Eanes de Zurara e o nascimento do discurso historiográfico de transição. In: _____. **Descobrimientos e Renascimento**. formas de ser e pensar em Portugal nos sécs. XV e XVI. Lisboa: ICM, 1983, p.63-126.

_____. Gomes Eanes de Zurara e o problema da Crónica da Guiné. **Studia**, Lisboa, IICT-CEHCA, n. 47, p.311-370, 1989.

_____. **Os descobrimentos e a ordem do saber**. Lisboa: Gradiva, 1989.

BARROS, Amândio Moraes. O porto contra os corsários. **Revista da Faculdade de Letras**, Universidade do Porto, v.I, III série, p.11-27, 2000.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. Cultura escrita e história do livro. **Revista Leituras**, Lisboa, n.9/10, p.63-95, 2001-2002.

BOXER, C. R. **O império marítimo português**. São Paulo: Cia das letras, 2002 [1.ed. 1969].

BRITO, Bernardo Gomes de. História trágico-marítima. 2.v, 1956. Disponível em: <<<http://purl.pt/191>>>.

BRITO, Maria Fernanda. Pedro Nunes na tipografia de quinhentos. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v.34, p.57-74, 1978.

BUESCO, Ana Isabel. O mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: CURTO, Diogo Ramada. (org) **A memória da nação**. Lisboa: Sá da Costa, 1991.

CAIADO, José Pedro. Os instrumentos musicais e as viagens dos portugueses. **Camões**, n.1, p.82-91, 1998.

CANAVEIRA, Rui. **Dicionário de Tipógrafos e Litógrafos famosos**. 2002. (Obra digitalizada). Disponível em: http://webpace.zmail.pt/pag/livro_dicionario.pdf.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. A literatura portuguesa de viagens. (séculos XV, XVI, XVII). **Revista de História**, São Paulo, v.XL, n. 81, 1970.

_____. Sobre a erudição de Gomes Eannes de Zurara. In: _____. **Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV**. v.I. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1949.

_____. Sobre a erudição de Gomes Eannes de Zurara. In:_____. **Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV**. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1949, v.I, p.1-241.

CASTRO, Anibal de. Físicos, cirurgiões e boticários nas naus dos descobrimentos. **Arquipélago**, Barcelona, v.4, p.26-52, 2002.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. **Revista do IEA**. São Paulo: USP, v.5, n.11, p.173-191, 1991.

_____. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A ordem do livro**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994

CHAUNU, Pierre. **Expansão europeia do século XIII ao XV**. São Paulo: pioneira, 1978.

CHAVES, M.A. Godinho Arala. **Formas de pensamento em Portugal no séc XV**. Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias. Lisboa: Livros Horizonte, s.d.

COELHO, Geraldo J. A. A ideologia e os começos da imprensa em Portugal. **Revista de História**, Instituto de Investigação Científica, Porto, v.VIII, 1988.

CORTESÃO, Jaime. **O humanismo universalista dos portugueses**: a síntese histórica e literária. Lisboa: Portugália, 1965.

_____. **O império português no Oriente**. Lisboa: Portugália, 1968.

_____. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Arcádia, 1962.

COSTA, Avelino Jesus da. A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v.38, p.52-69, 1983.

D’ALMEIDA, A. J. Desencontros entre textos e imagem “ilustrativa”, no *Flos Sanctorum* de 1513. **Revista Cultura**, Centro de História e Cultura, Lisboa, v.XXI, II série, p.45-65, 2005.

DELUZ, C., **Le Livre de Merveilles du Monde**. Paris : CNRS, 2000.

DIAS, Geraldo J. A.Coelho. A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal. **Revista de História**, Instituto nacional de investigação científica., Porto, v.VIII, p 159-169, 1988.

DIAS, J. S. da S. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Lisboa: Presença, 1982.

_____. **A política cultural da época de D. João III**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1969.

DOMINGUES, Francisco Contente; BARRETO, Luis Filipe (org.). **A abertura do mundo**. Estudos de história dos descobrimentos europeus. Lisboa: Presença, 1986.

DOMINGUES, Francisco Contente. **A carreira da Índia**. Disponível em: <<<http://pwp.netcabo.pt/fcdomingues/apoio/CIndia.pdf>>>.

_____. Navios e marinheiros. In: ARAÚJO, Carlos. **Lisboa e os descobrimentos**. Lisboa: Terramar, 1992

DORÉ, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, n.44, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200004>>.

DORIA, A. Álvaro. Repercussões europeias dos descobrimentos portugueses. **Bracara Augusta**, Braga, n.70, v.30, p.657-680, 1976.

EBERNZ, Rolf. “Nave” y “nao” en castellano medieval: historia de una sustitucion lexica. **Anuario**

de estudios medievales, Barcelona, n.24, p.32-41, 1994.

FARIA, Francisco Leite de. Livros impressos em Portugal no século XVI existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v.34, p.141-226, 1978.

FERRO, Gaetano. **As navegações portuguesas no Atlântico e no Índico**. Lisboa: Teorema, 1984.

FONSECA, Luís Adão da. A memória dos descobrimentos, hoje. **Arquivos do centro de cultura Calouste Gulbenkian**, Lisboa, v.34, p.121-129. 1995.

FONSECA, Luis Adão da. **De Vasco a Cabral**. Bauru: Edusc, 2001. [1.ed. 1997].

FOUCAULT, Michel **O que é um autor?** Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja, s/d.

_____. **Arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **O lugar da História em Portugal no final da Idade Média**. Annablume, 2007.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira historia do Brasil**. História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. texto modernizado e notas: Sheila Moura Hue e Ronaldo Menegaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GARCIA, José, Manuel, **Ao encontro dos descobrimentos**, Lisboa: Presença, 1994, p.191-194.

GODINHO Vitorino Magalhães **Documentos sobre a expansão portuguesa**. Lisboa: Glala, s/d.

_____. **A economia dos descobrimentos henriquinos**. Lisboa, 1962.

_____. **A expansão quatrocentista portuguesa**. Problemas da origens e da linha da evolução. Lisboa: Renascença, 1944.

_____. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Presença, 1981.

_____. **Documentos sobre a expansão portuguesa**. Lisboa: Glala, s/d.

_____. **A expansão quatrocentista portuguesa**. Lisboa: Contemporânea, 1944.

_____. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Presença, 1981.

GRAFTON, A. O leitor humanista. In: CHARTIER, R.; CARVALHO, G. **Historia de la Lectura en el mundo occidental**. Madrid: Taurus, 2004, p.326-334.

GUENÉE, Bernard. Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen age. In: _____(org.). **La chronique et l'histoire au Moyen Age**. Colloque dès 24 at 25 mai 1982.

_____. **Histoire et culture historique dans l'Occident medieval**. Paris: Aubier Montaigne, 1980.

HOOYKAAS, R. **Os descobrimentos e o humanismo**. Lisboa: Gradiva. 1983.

JOHNSON, Harold; SILVA, Maria. Beatriz. Nizza da. **O império Luso-brasileiro 1500-1620**. Lisboa: Estampa, v.VI, 1992.

KOPKE, Diogo. **Roteiro da viagem que... fez Dom Vasco da Gama em 1497**. Porto, 1838.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Paidós: Barcelona, Buenos Aires e Cidade do México, 1993.

LANCIANI, Giulia. **Sucessos e naufrágio das naus portuguesas**. Lisboa: Caminho, 1997.

LAPA, M. Rodrigues. **Historiadores quinhentistas**. Lisboa: Santelmo, 1960.

_____. **Quadros da história trágico-marítima**. Lisboa: gráfica Santelmo, 1963.

LE GOFF, Jacques. Verbete história **Enciclopédia Einaudi**. Memória-História, v.I., Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. p.189.

LEITE, Duarte. **Acerca da “Crônica dos feitos de Guiné”**. Lisboa: Bertrand, 1941.

_____. **História dos descobrimentos**. Lisboa: Cosmos, 1958.

_____. **Acerca da “Crônica dos feitos de Guiné”**. Lisboa: Bertrand, 1941.

LEME, Francisco Carlos da Azevedo. **Vasco da Gama** – notas históricas e genealógicas. Porto: Câmara Municipal do Porto, s/d.

LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v 22, n.43, p.11-32, 2002.

LOPES, Marília dos Santos. Os descobrimentos portugueses e a Europa. **Mathesis**, n.9, p.233-241, 2000.

_____. **Os descobrimentos portugueses e os novos horizontes do saber nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII**. Disponível em: <<<http://www.instituto-camoes.pt/CVC/bvc/revistaiclp/horizontes.pdf>>>p.2.

LOURENÇO, Carlos Rosenmoser. Apontamentos sobre a navegação e a cartografia no debate dos descobrimentos marítimos. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v 42, p.16-32, 1994.

MACEDO, Jorge Borges de. O *Mare Clavsvm* na evolução da política externa portuguesa no século XVI. **Arquivos do centro de cultura Calouste Gulbenkian**, Lisboa-Paris, v.34, p.137-149. 1995.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. O discurso de conquistadores e conquistados nas crônicas de Zurara. **Convergência lusitana**, Rio de Janeiro, n.11, p.17-24, 1994.

MARCHELLO-NIZIA, Christiane. L'historien et son prologue: forme littéraire et stratégies discursives. In: GUENÉE, Bernard. Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen age. In: **La chronique et l'histoire au Moyen Age**. Colloque dès 24 at 25 mai 1982. p 16-18.

MARGARIDO, Alfredo. La multiplicité dès sens dans l'écriture de Fernão Mendes Pinto et quelques problemes de la littérature de voyages au XVI siecle. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Paris, v.11, p.159-199, 1977.

MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel (coord.). **Nova história da expansão portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. **A expansão quatrocentista**, v.II Lisboa: Estampa, 1998.

MARTIN, Henri- Jean; CHARTIER, Roger. **Histoire de l'édition française Du Moyen Age au milieu du XVII siècle**. Paris: Fayard, 1989.

MARTÍN, Paola Supino. La Península Ibérica en la era de los descobrimentos (1391-1492). **Anuario de estudios medievales**, Barcelona, n.31/32, p.15-30, 2001.

MARTINS, Antônio Coimbra. Quem conta um conto...ou Diogo do Couto e as “diferenças” da Índia. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Lisboa-Paris, v.33, p.3-38, 1994.

MARTINS, J. Candido. O mar as descobertas e a literatura portuguesa.. Disponível em: <<<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candid02.htm>>>

MARTINS, José V. de Pina. Para a história da cultura portuguesa do renascimento: a iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Dürer. **Arquivos do centro de cultura Calouste Gulbenkian**, Paris, v.5, p.80-189. 1972.

MATOS, Manuel Cadafaz de. A tipografia quinhentista de expressão cultural portuguesa no oriente veículo de propagação dos ideais humanísticos. **Humanitas**, Coimbra, v 43-44, p 153-171, 1991/92.

MATTOSO, José (dir. e coord.). **História de Portugal**. A Monarquia Feudal, v.III. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MAURO, Frédéric. **Nova história e novo mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos – Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)**. São Paulo: Scritta, 1994.

MIRANDA, José Carlos. A dimensão da cultura da nobreza em Portugal no século XIII. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v.CV, II série, t.II, 1998.

MOLLAT, Michel. **La vie quotidienne des gens de mer en Atlantique IX-XVI siecle**. Paris: Hachette, 1983. p.227.

MONIZ, A. M. de A. **A História trágico-marítima**. Identidade e condição humana. Lisboa: Colibri, 2001.

MONTEIRO, Isabel. A escrita da História Oriente Ocidente. **Camões**, n.1, p.74-81, 1998.

MORENO, Humberto Baqueiro. Balanço da um século no Portugal anterior ao encontro do Brasil. **Arquipélago**, Barcelona, v.5, p.15-28, 2001.

_____. D. João II e os descobrimentos portugueses. **Bracara Augusta**, Braga, v.38, n.85-86, p.191-201, 1984.

MUNIZ, M. R. C. Os leais e prudentes conselhos de El-Rei D. Duarte In: MONGELLI, Lênia Márcia (coord). **A literatura doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MUNTANER, Antoni Picazo. Notas para una contribución a la concepción espacial y geografía mental da los comerciantes europeos en la edad madia e inicios de la moderna. **Arquipélago**, Barcelona, v.4, p.53-69, 2002.

NOVAES, Adauto. (org) **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

NUNES, Pedro. Tratado de Sphera. In: _____. **Obras**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, v.1, 1940.

OLIVEIRA, Aurélio de. Coordenadas espirituais na gênese da expansão: os aspectos místico-religiosos na tese de Jaime Cortesão. **Bracara Augusta**, Braga, v.38, n.85-86, p.131-164, 1984.

OSÓRIO, Jorge A. Cícero traduzido para português no século XVI: Damião de Góis e o *Livro da Velhice*. **Humanitas**, Coimbra, v.37-38 p.191-266, 1985-1986.

_____. Humanismo e história. **Humanitas**, Coimbra, v.XLIII-XLIV, p.461-483, 1991-1992.

PAULO, Eulália; GUINOTE, Paulo. A caminho do oriente: preparação e quotidiano da gente nas naus da Índia. **Actas do VIII Colóquio de História Militar – Preparação e Formação Militar em Portugal**. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1997, p.59-110. Disponível em: <<<http://nautarch.tamu.edu/shiplab/01guifrulopes/Pguinote-milit97.htm>>>. Acessado dia 28/10/2006.

PENROSE, Bóies. **Travel and Discovery in the ranaissance 1420-1620**. New York: Atheneum, 1962.

PERES, Damião. **História de Portugal**. Palestra na emissora nacional. v.1, 2 e 3. Lisboa: Portucalia, Portucalense, s/d.

_____. **História dos descobrimentos portugueses**. Lisboa: editado pela comissão executiva das comemorações do quinto centenário de morte do Infante d. Henrique.

_____. **História dos descobrimentos portugueses**. Porto: Vertente, 1992.

PIMENTA, José de Melo. **De Sagres à Índia portuguesa**. São Paulo: Biblos, 1960.

POULLAIN, Claude. Eglogue ancienne et eglogue nouvelle dans la litterature portugaise de la renaissance. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Paris, v.15, p.551-568, 1980.

RAMALHO, Américo da Costa. A introdução do humanismo em Portugal. **Humanitas**, Coimbra, v.23/24, p.435-452, 1971-1972.

_____. Alguns aspectos da introdução do humanismo em Portugal. **Boletim da Biblioteca da**

Universidade de Coimbra, Coimbra, v.34, p.13-34, 1978.

_____. Damião de Góis plagiado. **Humanitas**, Coimbra, v.35-36, p.203-216, 1983-1984.

_____. Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos. **Humanitas**, Coimbra, v.XLIII- XLIV, p.203-216, 1991-1992.

REBELO, Luís de Sousa. As crônicas portuguesas do século XVI (excerto). In: **História e antologia da Literatura Portuguesa** (século XVI). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, Fernando; MACEDO, Helder. **Viagens do olhar**. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português. Porto: Campo das Letras, 1998.

_____. Damião de Góis, Diogo de Teive e os arbitristas do século XVII. **Humanitas**, Coimbra, v.XLIII- XLIV, p.203-216, 1991-1992.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A Ilha de São Brandão: um percurso simbólico pelo Atlântico. **Arquivos do centro de cultura Calouste Gulbenkian**, Lisboa-Paris, v.34, p.159-168, 1995.

RODRIGUES, Graça Almeida. Damião de Góis face à ideologia e ao poder vigentes. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Paris, v.11, p.107-131, 1977.

_____. Damião de Góis' historiography: a document of the new-born – but promising – Europe. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Paris, v.13, p.421-434, 1978.

ROLO, Fr. Raul de Almeida. Dominicanos portugueses nas missões do oriente. **Bracara Augusta**, Braga, v.38, n.85-86, p.233-255, 1984.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Portugal e o mar: um mundo entrelaçado**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.

SAMPAIO, F. de S. **História da literatura portuguesa ilustrada**. Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1929.

SARAIVA, Manuel. Uma *ars eloquentia* dos primórdios do humanismo em Portugal. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v.37, p.122-156, 1982.

SEED, P. **Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo**. São Paulo: Unesp, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia Portuguesa**. Doutrina e Crítica, v.I. Lisboa: Verbo, 1972.

_____. **História de Portugal (1495-1580)**. Lisboa: Verbo, 1978.

SOARES, Nair Castro. A literatura de sentenças no humanismo português: *res et verbe*. **Humanitas**, Coimbra, v.43/44, p.377-410, 1991-1992.

TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva. Os Judeus e a expansão portuguesa na Índia durante o século XVI. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Lisboa-Paris, v.33, p.235-260, 1994.

TERRA, José da Silva. De João de Barros a Jerônimo Cardoso o terramoto de Lisboa de 1531. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**, Lisboa-Paris, v.23, p.373-416, 1987.

TORRES, Amadeu. Humanismo inaciano e artes de gramática: Manuel Álvares entre a “ratio” e o “usu”. **Bracara Augusta**, Braga, v.38, n.85-86, p.173-189, 1984.

_____. Os descobrimentos portugueses nos escritos goisianos. **Humanitas**, Coimbra, v. 43/44, p.37-45, 1991-1992.

VARELA, Maria Elisa. Navegar y rezar. Devoción y piedad de las gentes de mar barcelonesas. **Anuario de estudios medievales**, Barcelona, n.29, p.23-39, 1999.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4.ed. Brasília: UNB, 1998.

VITERBO, Sousa. **O movimento tipográfico em Portugal no século XVI**. Coimbra: Imprensa Universitária, 1924.

WHITE, Hayden. **El contenido de la forma**. Paídos: Barcelona, 1992.